

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ADROALDO JOSÉ SILVA ALMEIDA**

**O ANJO REIFICADO: sentidos do carisma e do poder na Igreja Evangélica Brasileira**

**São Luís  
2005**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**ADROALDO JOSÉ SILVA ALMEIDA**

**O ANJO REIFICADO: sentidos do carisma e do poder na Igreja Evangélica Brasileira**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-PPGCS da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais (área de concentração: Antropologia)

Orientador: Prof.Dr. Sérgio F. Ferretti

São Luis  
2005

**ADROALDO JOSÉ SILVA ALMEIDA**

**O ANJO REIFICADO: sentidos do carisma e do poder na Igreja Evangélica Brasileira**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-PPGCS da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais (área de concentração: Antropologia)

Aprovada em     /     /     /

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.Dr.Sérgio Figueiredo Ferretti** (Orientador)  
Dr. em Antropologia  
Universidade de São Paulo  
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

---

**Prof.Dr.Lyndon de Araújo Santos**  
Dr. em História  
Universidade Estadual Paulista-Unesp  
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra.Mundicarmo M.R Ferretti**  
Dra. em Antropologia  
Universidade de São Paulo-USP

Aos meus pais, Maria Ribamar Silva e Alderico Santos, por terem sido durante toda minha vida os meus verdadeiros mestres; e ao meu sogro, Moisés, *in memoriam*.

Há de tomar o pregador uma só matéria, há de defini-la para que se conheça, há de dividi-la para que se distinga, há de prová-la com a Escritura, há de declará-la com a razão, há de confirmá-la com o exemplo...

(Padre Antônio Vieira – *Sermões*)

## AGRADECIMENTOS

Ao término, temporário, desta pesquisa, percebi que o uso do verbo na primeira pessoa do plural durante toda a redação do texto havia deixado de ser uma convenção acadêmica para se tornar o reconhecimento de que este trabalho não foi feito de forma solitária. Várias pessoas tomaram parte nele, mas seria difícil relacionar todas elas. No entanto, algumas, cuja atuação foi imprescindível, precisam ser aqui destacadas, pela compreensão, responsabilidade e seriedade demonstrados durante este processo.

A CAPES, pelo apoio financeiro para que esta pesquisa se concretizasse.

A você que me tirou os sábados, domingos e feriados, com o qual aprendi, resignadamente, a ser *homo academicus*, a quem tenho orgulho de chamar meu orientador: Prof. Dr. Sérgio Figueiredo Ferretti.

Ao Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos, pelo incentivo e apoio, desde a graduação, para o desenvolvimento deste trabalho e com quem tenho aprendido que a Academia não se resume a livros e elogios.

À Prof.<sup>a</sup> Mundicarmo Ferretti pelo acompanhamento de toda esta pesquisa, desde o seu projeto até o texto final e pelas diversas contribuições que fez em nossas reuniões no Grupo de Pesquisa Religião e Cultura Popular.

Aos professores do Depto. de História da UFMA — Prof.<sup>as</sup>. Ms. Regina Faria e Prof. Ms. Manoel de Jesus (Manoelzinho) – pela disponibilização de documentos e informações privilegiadas que compartilharam comigo.

À D. Ruth Vieira Ferreira, sem a qual este trabalho não chegaria ao seu término. Obrigado pela solicitude, generosidade e paciência com que nos recebeu no Rio de Janeiro.

A Ronald Clay, colega que virou grande amigo, companheiro e com quem tive o privilégio de dividir minhas crises intelectuais. Também a Cristiane Jacinto, pelo apoio, companheirismo e amizade. De igual modo agradeço a Creudecy, Yuri, Rosiana, Inácio,

Heitor, Milena e Gabriel, pelas discussões e críticas ao trabalho durante todo o mestrado. Nossa amizade prova que respeito, honradez e sinceridade são valores caros e necessários para o convívio entre pessoas, dentro ou fora da Academia.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa em Religião e Cultura Popular, principalmente Antônio Evaldo e Jacyara Mello.

Sou muito grato a Rejane e Cristina, secretárias do Mestrado em Ciências Sociais, por terem me ajudado nas questões burocráticas do Mestrado e pela enorme paciência que tiveram para comigo. Também a Lourdes, funcionária do Arquivo Público do Estado do Maranhão, pelas pesquisas em documentos do século XIX.

Aos membros da Igreja Evangélica Brasileira em São Luís e no Rio de Janeiro. Em especial, ao Sr. Edson Ferreira de Sousa que nos recebeu sempre com muita gentileza. Espero ter tido o devido cuidado em não adjetivar o modo como expressam sua fé religiosa.

A Paulino Cantanhede e Jean Carlos por atenuarem minha vaidade. E a Márcia Santos, pela tradução do meu resumo para o inglês.

Aos meus irmãos: Marcony, Saint-Clair, Segundo, e às minhas irmãs: Telícia (*in memoriam*) e Yasmin.

E, principalmente, quero agradecer à minha esposa, Marcinha, e ao meu filho, Davi, por terem compartilhado de minhas angústias, alegrias e anseios, com paciência e amor. Se tiver algum mérito nesta pesquisa, devo antes aos dois que, apesar das minhas diversas ausências, suportaram-me com carinho e atenção.



## RESUMO

Essa dissertação realiza um estudo sobre os sentidos do carisma e do poder na Igreja Evangélica Brasileira. Pesquisas empreendidas em arquivos públicos e/ou eclesiásticos, bibliotecas e entrevistas foram os principais instrumentos utilizados para a análise. Privilegamos a biografia de Miguel Vieira Ferreira, fundador da Igreja Evangélica Brasileira, e os papéis sociais que ele desempenhou na trajetória da igreja. A comunidade religiosa da Igreja Evangélica Brasileira tem em Miguel Vieira Ferreira seu referencial maior. O mesmo é visto pela comunidade religiosa como o anjo Miguel da profecia do livro de Daniel, capítulo 12. Este processo, a que chamamos de reificação, permitiu a construção de um mito fundador para a Igreja Evangélica Brasileira, sendo constantemente atualizado por meio de rituais que celebram sua origem primeva. As relações existentes entre os fiéis da Igreja Evangélica Brasileira estão normatizadas por meio do *habitus* religioso e por uma sólida rotinização carismática, legitimada pela revelação e pelo reconhecimento da comunidade religiosa. A Igreja Evangélica Brasileira pode ser tomada como exemplo da dinâmica cultural brasileira, acentuando os aspectos híbridos e multiformes que compõem a religiosidade evangélica.

Palavras chaves: Igreja Evangélica Brasileira, Miguel Vieira Ferreira, carisma, mito, São Luís, Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

This dissertation is a study of the meanings of charisma and power at the Brazilian Evangelical Church. Researches done at public and ecclesiastical archives and libraries, and interviews were the main tools used for the analysis. We gave emphasis on Miguel Vieira Ferreira's biography, founder of the Brazilian Evangelical Church and on the social roles that he performed during the development of the church. The religious community of the Brazilian Evangelical Church considers Miguel Vieira Ferreira its main reference. He is seen by the religious community as being the angel Michael from the prophecy that is in the book of Daniel, chapter 12. This process, that we call *reification*, permitted the construction of a founder myth for the Brazilian Evangelical Church, and it is constantly updated through rituals that celebrate its origin. The relations among the followers of the Brazilian Evangelical Church are organized through religious *habitus* and through solid charismatic routine, legitimated by revelation and recognition by the religious community. The Brazilian Evangelical Church can be taken as an example of the Brazilian cultural dynamics, highlighting the hybrid and multishaped aspects that are part of the evangelical religiosity.

Key-words: Brazilian Evangelical Church, Miguel Vieira Ferreira, Charisma, myth, São Luis, Rio de Janeiro.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 – Brasão de Armas de Nobreza e Fidalguia do Cel. José Antonio Gomes de Souza.....	15
Foto 2 – Miguel Vieira Ferreira, vestido com a “beca” e de borla e capelo.....	22
Foto 3 – Emblema do Jornal “O Artista”.....	31
Foto 4 – Templo sede da Igreja Evangélica Brasileira – Cidade Nova – RJ.....	79
Foto 5 – Igreja Evangélica Brasileira – Cidade do Grande Príncipe Miguel – RO.....	79
Foto 6 – Igreja Evangélica Brasileira – Brás – SP.....	80
Foto 7 – Alunos, alunas e Professoras da Escola Bíblica Dominical da IEB de São Paulo, em 1936.....	93
Foto 8 – Alunos, alunas e Professoras da Escola Bíblica Dominical da IEB de Bangu, RJ, em 1947.....	94
Foto 9 – Fiéis da IEB de São Paulo, em 1941.....	95
Foto 10 – Alunos da Escola Bíblica Dominical da IEB de São Luís, em 2004.....	96
Foto 11 – Alunas da Escola Bíblica Dominical da IEB de São Luís, em 2004.....	96
Foto 12 – Entrega de arranjo de flores ao diácono Miguel. Templo da IEB de São Luís. 10.12.2004.....	103

## LISTA DE SIGLAS

APBE	-	Álbum de Portugueses e Brasileiros Eminentes
IEB	-	Igreja Evangélica Brasileira
MVF	-	Miguel Vieira Ferreira

## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	x
LISTA DE SIGLAS	xi
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>1 OS QUE DORMEM NO PÓ DA TERRA RESSUSCITARÃO</b> .....	13
1.1 O Princípio do Príncipe.....	13
1.2 Dois pilares: moral e trabalho.....	26
1.3 Ao progresso!.....	31
1.4 Centros, reis e carisma.....	45
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>2 DE DOUTOR A PASTOR: FACES DO LÍDER CARISMÁTICO</b> .....	52
2.1 O Chamado.....	53
2.2 A dramatização da crença.....	61
2.3 A ilusão das fronteiras.....	65
2.4 Estabelecimento da Igreja Evangélica Brasileira.....	76
2.5 O anjo reificado.....	85
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>3 A (RE)PRODUÇÃO DA CRENÇA</b> .....	91
3.1 Naquele tempo se levantará Miguel.....	92
3.2 A sacralização dos diversos locais e objetos na Igreja Evangélica Brasileira.....	99
3.3 A reapropriação dos saberes.....	107
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
ANEXOS.....	115
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	170

## INTRODUÇÃO

O estudo de práticas religiosas é ao mesmo tempo sedutor e perigoso. Sedutor, porque nos sentimos envolvidos pela atmosfera dos rituais, pela dinâmica do próprio fenômeno religioso e, principalmente, pelo modo particular com que cada grupo ou comunidade elabora, conceitua e pratica sua religiosidade. Mas o que nos seduz é também o que nos aflige. Lidamos com crenças, dogmas, ritos, questões muito caras aos fiéis e, por isso mesmo, difíceis de serem abordadas, sem causar certo incômodo. Além disto, pesquisamos grupos pertencentes à nossa própria sociedade, como é o caso deste trabalho, tornando ainda mais complexa a relação entre pesquisador e pesquisado.

Ao proceder à análise crítica das experiências religiosas, deixamos em suspenso certezas e verdades, algumas vezes colocando em risco o equilíbrio da comunidade religiosa que estudamos. Eis o perigo. O trabalho do antropólogo não é desvendar mistérios, segredos e códigos internos destas comunidades, mas, antes, compreender, acima de tudo, a dinâmica religiosa, sem conferir autenticidade a uma ou outra prática. Como bem ressalta Ferretti (SILVA, 2000, p. 168) não somos teólogos, apesar do trabalho que fazemos, antropologia da religião está bem próximo da teologia.

Esta aproximação, tão técnica quanto prática, é ainda mais conflitante quando o campo empírico — onde se encontra delimitado o nosso objeto de estudo — é também o campo no qual estamos inseridos como agentes. Nisto há vantagens e desvantagens. Por ser evangélico, tenho maior trânsito (não confundir com livre acesso) nas igrejas (comunidades eclesásticas); as expressões e símbolos de dentro do grupo me são familiares; as relações com a comunidade religiosa são mais fáceis de serem estabelecidas, uma vez que estão mediadas pela sensação de pertencimento — pesquisador e pesquisados fazem parte do mesmo grupo.

Contudo, as desvantagens se impõem principalmente por esta familiaridade com o campo de estudo. Há uma ilusão da transparência de que todos os discursos, códigos e símbolos de dentro do grupo, por nos serem familiares, também se tornariam evidentes. Outro obstáculo é a cobrança que a comunidade religiosa faz do pesquisador, visto como seu defensor e, em certos casos, uma espécie de intelectual orgânico<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Por intelectual orgânico entendemos os indivíduos que expressam teóricamente e analiticamente, os interesses da classe, grupo ou comunidade ao qual estão próximos ou com eles se identificam. Jacob Gorender na introdução da *Ideologia Alemã*, considera Marx e Engels *intelectuais orgânicos* da classe operária (MARX, 1998).

Estas implicações dos sentimentos da intimidade com o objeto de pesquisa, se por um lado revelam que o pesquisador não é nenhum fantasma (destituído de sua classe, sexo, cor, opiniões etc.) (SILVA, 2000, p. 117), por outro, possibilitam uma ótima oportunidade para a crítica mútua, do uso da reflexividade, isto é, em insistir não mais num olhar de fora para dentro, mas de dentro para dentro, reconhecendo as limitações, impregnações e juízos de valor, subjacentes à pesquisa (BOURDIEU e WACQUANT, 1994).

O ato de conhecer não somente o objeto de pesquisa, mas eu mesmo, foi de fato um contra-conhecimento anterior, à superação de obstáculos que impediam o conhecimento científico; em suma, foi um ato de estranhamento do que me era familiar e claro. Disse acertadamente Bachelard (1996, p. 65) que “encontrar o objeto é de fato encontrar o sujeito: é reencontrar-se no momento de um renascimento material”.

Durante a graduação no curso de História da UFMA empreendemos pesquisa documental que demonstrasse de que modo o protestantismo havia se inserido no Maranhão. Naquele trabalho, priorizamos um estudo sobre o protestantismo durante a Primeira República (1889-1930) no Maranhão (Almeida, 2000). Como se tratava de uma pesquisa histórica, que se limitava a verificar os registros de entrada e saída de missionários da província e a relação destes com a fundação de igrejas protestantes no Maranhão, sentimo-nos à vontade pela distância que havia entre estas informações e o presente cotidiano das igrejas evangélicas em nossa cidade.

No decorrer da monografia, um livro em específico nos chamou a atenção: o *Álbum de Portugueses e Brasileiros Eminentes*. Este álbum era impresso em Lisboa e tinha como finalidade homenagear personalidades da história do Brasil e de Portugal. É lógico que os editores arbitravam quem deveria ser homenageado na publicação. Mas o que nos interessou foi o fato de que a Igreja Evangélica Brasileira, em 1969, providenciou a reimpressão de dois fascículos deste álbum, justamente os que se referiam à biografia de Miguel Vieira Ferreira, fundador daquela Igreja.

Daí começou o meu interesse em pesquisar sobre a fundação da Igreja Evangélica Brasileira (IEB), no século XIX, por um maranhense que havia se mudado para a Corte. Miguel Vieira Ferreira passou a ser uma espécie de fio de Ariadne a conduzir-nos por caminhos até então desconhecidos e complexos dentro do campo religioso evangélico. Percebemos disputas pela legitimidade da fala sacerdotal, encontros extáticos que definiriam a

criação de uma nova Igreja evangélica e rupturas com aspectos teológicos vigentes entre protestantes presbiterianos.

O que nos fascinou, principalmente, foi a transição que ocorrera na vida de Miguel Vieira Ferreira: de monarquista a republicano, de católico (pelo menos batizado na Igreja Católica) a pastor protestante, sem que houvesse anulação de si mesmo, renúncias ou trocas completas de uma forma política ou religiosa por outra. Não havia como discutir isto tudo em um trabalho monográfico.

Empreendemos, desse modo, um projeto que teve como um de seus desdobramentos esta dissertação, cujo objetivo maior foi compreender os sentidos do carisma e do poder religioso na IEB, tendo por base a reificação de Miguel em anjo, ou seja, o processo que tornou possível atribuir as características de uma entidade sobrenatural a uma realidade objetiva. Em um dado momento da história da IEB, Miguel Vieira Ferreira passou a ser reconhecido por sua comunidade religiosa como o anjo Miguel das Escrituras, que cumpriria assim a promessa de Deus aos homens, conforme a narrativa bíblica.

Vejamos que o assunto se tornou bem mais delicado. Falamos da vida de um homem, mas também de um ente sobrenatural, de alguém que para a sua igreja é revestido de conteúdo sagrado. Há de se ter todo o cuidado com os métodos de abordagem e com a maneira com que escrevemos acerca do assunto, não por melindre, mas em respeito às crenças e rituais que fazem parte desta comunidade. Mundicarmo Ferretti (2000), em sua pesquisa sobre a Casa Fanti-Ashanti, em São Luís, levantou um grande número de informações sobre este terreiro, porém evitou adentrar em questões que eram de fórum íntimo ao mesmo. Este respeito, que também foi uma estratégia, permitiu que suas pesquisas avançassem à medida que ganhava a confiança daquela comunidade.

Sendo assim, iniciamos primeiramente uma pesquisa documental que nos informasse a respeito da trajetória de vida de Miguel Vieira Ferreira: seu envolvimento com a política, economia e religião, sua formação intelectual, suas atividades profissionais, seus artigos e livros publicados (capítulo 1). Miguel nascera numa família aristocrática, descendente de fidalgos portugueses o que lhe acrescia certo prestígio no Maranhão. Logo



cedo foi estudar na Escola Militar no Rio de Janeiro, capital do Império, e lá alcançou o título de doutor em Ciências Matemáticas e Físicas.

Durante o Segundo Reinado, a elite brasileira utilizou a educação como marca distintiva, senão de sua nobreza, pelo menos de seu prestígio. O diploma, como ressalta Schwarcz (1998, p. 119), além de ser uma distinção, garantia a sobrevivência estável dessa elite por meio do acesso às escassas vagas de emprego público. Porém, Miguel foi preterido ao cargo de professor da Escola de Marinha e logo depois estava retornando ao Maranhão devido à pneumonia.

O capítulo primeiro enfatiza principalmente estas questões que envolvem sua desilusão com a Monarquia e seu regresso ao Maranhão. Durante os seis anos em que permaneceu na província ele lançou propostas para o desenvolvimento do Maranhão, escreveu artigos em jornais criticando, sobretudo, o governo, a imprensa e a Igreja Católica, os quais, no seu ponto de vista, seriam responsáveis, respectivamente, pelo atraso, imoralidade e intolerância que ocorriam no país. Supomos que, além de oferecer um projeto de regeneração social de âmbito local, Miguel Vieira Ferreira se apresentou como a pessoa legítima para realizar o processo de transformação da sociedade.

Acometido pelo beribéri, Miguel retornou à Corte em 1870 e lá manteve contato mais próximo com os liberais, principalmente os que estavam ansiosos pela República e modernização do Estado, entendida naquele contexto como incrementação da indústria, dos transportes e ampliação da liberdade política e religiosa, além de outras reivindicações.

Nesta etapa do trabalho (capítulo 2), procuramos entender quais elementos e aspectos permitiram que Miguel se aproximasse do protestantismo. Além disto, analisamos durante este capítulo a maneira peculiar como Miguel se converteu na Igreja Presbiteriana, pois o mesmo parecia estar convencido de que tinha uma missão a cumprir, a qual havia sido outorgada diretamente por Deus.

A experiência extática que ele sofreu em 1874 demonstra, ao nosso ver, as disputas pelas formas legítimas de aproximação com o sagrado. Ao encontrar-se numa situação de conflito religioso dentro da Igreja Presbiteriana,

Miguel desligou-se da mesma, fundando em 1879 a Igreja Evangélica Brasileira.

Nesse ponto, discutimos os sentidos do carisma e do poder entre os membros desta comunidade religiosa à medida que Miguel se tornava o seu referencial maior. Nas lembranças dos fiéis, colhidas em entrevistas, era visível o poder de aglutinação e a reverência ao nome de Miguel, dito sempre da mesma forma (Doutor Miguel), apesar de transcorridos mais de cem anos de sua morte.

Ele de fato havia se tornado um líder religioso, legitimado ao mesmo tempo pelo carisma e pelo capital intelectual acumulado durante anos. Ao sofrer uma experiência extática no templo da Igreja Presbiteriana e, sobretudo, ao enfatizar que Deus ainda falava diretamente aos homens, Miguel Vieira Ferreira nos foi tomado como exemplo de que a crença protestante assimilara conteúdos e formas típicas da cultura nativa (SANTOS, 2004, p. 289).

Após todas essas inserções — e não foram poucas — percebemos a necessidade de observar o comportamento atual dos fiéis da IEB (capítulo 3), não por simples curiosidade, mas na intenção de perceber a manutenção das redes de relacionamento na comunidade religiosa e os desdobramentos que tiveram efeito ao longo do processo histórico vivido pela IEB.

A princípio, nosso objeto de estudo estava situado cronologicamente entre 1837 e 1895, ou seja, o período de vida de Miguel Vieira Ferreira. Porém, como a força de um projeto, seja ele qual for, está na capacidade de se adaptar as necessidades que o objeto lhe impõe, resolvemos, de forma ousada, realizar uma etnografia do culto de aniversário de nascimento do fundador da IEB, mesmo sabendo das implicações do brevíssimo tempo para este empreendimento.

O trabalho de campo não se limitou apenas na análise etnográfica do culto. As visitas que fizemos à IEB, no Rio de Janeiro e em São Luís, anteriores e posteriores ao ritual de celebração do aniversário de Miguel, deram-nos elementos para compreender de maneira mais apurada a construção do sagrado na IEB, bem como o *habitus* religioso dos fiéis daquela igreja. Mauss (2003) adverte que uma das razões para que os atos se tornem *habitus* na vida do indivíduo é que eles são montados pela autoridade social e para ela (corpo socializado).

Porém, Bourdieu (1998) na tentativa de romper com o paradigma estruturalista entendeu que o *habitus*, além de ser um conhecimento adquirido, também é gerado pelo agente em ação.

Esta concepção nos permitiu perceber que os fiéis da IEB fizeram reapropriações e re-elaborações de normas e conceitos da igreja, sendo eles próprios produtores e consumidores de aspectos que construíram seu *habitus*. Alguns símbolos foram criados e outros reinterpretados pelos fiéis, de maneira a produzir sinais distintivos que os caracterizariam, de modo singular, no campo religioso.

Na dramatização da vida de Miguel e da fundação da IEB que ocorreu durante o ritual de celebração, pudemos observar de modo claro que a cadeira do pastor era um lugar sagrado e, como tal, de grande reverência por parte da comunidade religiosa. Durante todas as visitas que procedemos aos templos da IEB, em nenhum momento vimos qualquer pessoa assentada na cadeira reservada ao pastor.

Este aspecto, um tanto raro no meio evangélico, demonstra, por sua vez, a força imperativa que o sagrado exerce sobre aquela comunidade religiosa, alienando daquela cadeira qualquer valor material que nela venha a existir. A certa altura do ritual, ela se tornou objeto de ligação entre dois mundos: celestial e terreno. De fato, toda a dramatização que vimos durante o culto serviu para re-atualizar o mito fundador da IEB, bem como para dar sentido à existência daquelas pessoas.

Todas estas elucubrações teóricas só foram possíveis graças às contribuições dos membros da IEB e de alguns familiares de Miguel Vieira Ferreira. Ao ser apresentado como aluno de Mestrado e evangélico, tive maior penetração na Igreja Evangélica Brasileira, bem como a aproximação com alguns integrantes da família Vieira Ferreira, pois se tratava agora de um pesquisador que, além de conferir mais visibilidade à igreja deles, representava uma instituição ainda prestigiada pelos mesmos.

Após os primeiros contatos ocorridos com integrantes da IEB e com descendentes da família Vieira Ferreira, soube da existência de netos de Miguel que ainda estavam vivos. D. Ruth Vieira Ferreira, residente no Rio de Janeiro e atualmente com 84 anos de idade, é neta do primeiro casamento de Miguel Vieira Ferreira. Ela, durante décadas, guardou informações, registros e documentos da família, produzindo uma espécie de memorial.

Constam nesse memorial anotações, traduções de textos de autores estrangeiros, informes jornalísticos, discursos proferidos e, principalmente, diversas transcrições de cartas que foram trocadas entre Fernando Luiz Ferreira (pai de Miguel) e seus filhos, bem como outras tantas correspondências destinadas a

várias autoridades, tanto políticas (presidente da província do Maranhão) quanto eclesiásticas (pastor Blackford da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro).

Muito gentilmente, D. Ruth nos recebeu no Rio de Janeiro para ser entrevistada e nos surpreendeu ao disponibilizar toda a documentação de que dispunha sobre a vida de seu avô. Ela não chegou a conhecê-lo, mas, recordando aspectos que seu pai e seus tios comentavam na família, evocou lembranças que nos permitiram outras interpretações a respeito da fundação da IEB e do carisma de seu principal pastor. Ressaltamos que as lembranças de D. Ruth são reconstruções do passado com a ajuda de dados emprestados do presente (HALBWACHS, 1990, p. 71). Não estando fixa ou imutável, esta memória evoca o passado vivo, isto é, aquele que conseguiu subsistir em sua consciência.

Além da memória individual, servimo-nos da memória coletiva de pessoas que fazem parte da IEB. Várias recordações eram compartilhadas por todo o grupo; dentre elas, o número de famílias que saíram da Igreja Presbiteriana para fundar a IEB, a revelação tida por Miguel Vieira Ferreira — alguns falaram inclusive que Miguel fôra arrebatado. Todas estas lembranças nos obrigaram a retornar ao que já havíamos escrito e a releituras sobre os acontecimentos e experiências que ajudaram a construir Miguel Vieira Ferreira como mito fundador da IEB.

Conversamos com alguns membros da IEB em São Luís e no Rio de Janeiro no intuito de perceber os elementos comuns às comunidades religiosas. Realizamos entrevista com o Sr. Edson Ferreira de Sousa, diácono da IEB de São Luís, que nos disponibilizou livros como o “Cristo no Júri” (produzido por Miguel Vieira Ferreira) e o Novíssimo Testamento. O Sr. Edson (61 anos) foi nomeado diácono pelo último pastor da IEB, Antônio

Prado, em 1979 e, atualmente, é o responsável pela igreja de São Luís. Seu testemunho nos foi de grande valia, pois permitiu esclarecer aspectos particulares da comunidade religiosa, como a crença de que Miguel Vieira Ferreira é o mesmo anjo Miguel da profecia bíblica do livro de Daniel.

Vimos a necessidade de mapear as representações sobre Miguel ao longo de sua trajetória para que pudéssemos compreender as posições ocupadas por ele e de qual delas seu discurso era pronunciado, uma vez que a este discurso correspondiam práticas tanto de Miguel quanto da instituição eclesiástica à qual estava vinculado. Como instrumental teórico e de análise do objeto, utilizamos, sobretudo, categorias disponibilizadas por Weber, tais como: profeta, sacerdote, carisma e vocação.

“Os conceitos, as categorias, as definições são nossas ferramentas de trabalho, e ferramentas têm de ser boas e adequadas para o que delas se espera” (PIERUCCI, 2003, p. 37). Tivemos, portanto, o cuidado de não utilizar conceitos e categorias desnecessariamente. Felizmente a obra de Weber vem sendo privilegiada há poucos anos por boas traduções<sup>2</sup>, as quais têm demonstrado que as categorias por ele trabalhadas não são clausuras que prendem o objeto em conceitos rígidos e definitivos. Weber prezou pelo rigor metodológico, e não pela rigidez de sua análise.

Sua posição de que em quase todos os fenômenos sociológicos as oposições, na realidade, são inteiramente fluídas — por exemplo, entre o mago e o sacerdote (WEBER, 1999, p. 294) — deixa claro a dinâmica que existe nas relações sociais, principalmente as que estão mediadas pela religiosidade.

Assim, evitando cair na armadilha de reificar o profeta ou o sacerdote, por

---

<sup>2</sup> Sobretudo as publicações que têm sido revisadas e acompanhadas por Antônio Flávio Pierucci, demonstrando o cuidado para com o significado de expressões tais como *Entzauberung* (PIERUCCI, 2003).

exemplo, propusemos que estas categorias fossem vistas como fronteiras, isto é, como espaço de transitoriedade do sujeito que o distinguiria, provisoriamente, de outros espaços.

Vimos ainda que em diversas ocasiões existiram conflitos nas duas instituições eclesiásticas que Miguel Vieira Ferreira frequentou: a Igreja Presbiteriana e a IEB. Tentamos compreender, primeiramente, as razões destes conflitos para, logo em seguida, proceder à análise dos mesmos.

Foi oportuno perceber como Bourdieu operacionaliza determinados conceitos weberianos, ao demonstrar que as funções desempenhadas pela religião diferenciam-se de acordo com a posição que o grupo ou a classe ocupa, tanto nas estruturas das relações de classe quanto na divisão do trabalho religioso (BOURDIEU, 1999, p. 50).

Consideramos que ocorreram disputas pelo monopólio do exercício legítimo do poder (BOURDIEU, 1999). Se na Igreja Presbiteriana estas disputas tiveram entre seus desdobramentos a ruptura de Miguel Vieira Ferreira e de mais algumas famílias com esta instituição eclesiástica, na IEB as disputas culminaram com a criação de um mito fundador que se tornou a partir daquele instante elemento aglutinador da comunidade religiosa.

Dialogamos com diversos pesquisadores — entre sociólogos, antropólogos e historiadores — que estudaram o fenômeno evangélico no Brasil. Discutimos principalmente os trabalhos de Léonard (1963), Vieira (1980) e Santos (2004), pois os mesmos trazem referências à formação da Igreja Evangélica Brasileira, ressaltando aspectos concernentes ao seu fundador.

Léonard (1963) considera a IEB como uma comunidade de inspirados, apoiada, sobretudo, na memória de Miguel Vieira Ferreira. O historiador Vieira (1980), situa Miguel como um homem místico, pois ele enfatizaria sua conversão por meio da revelação pessoal. E Santos (2004) nos dá pistas de como a IEB construiu estratégias de assimilação das doutrinas protestantes, elaborando uma síntese religiosa capaz de engendrar outras experiências frente ao sagrado.

O trabalho que empreendemos ao longo de quase dois anos, muito pouco para o que pretendíamos a princípio, permitiu-nos conhecer um pouco melhor elementos singulares da religiosidade brasileira. Em especial, a Igreja Evangélica Brasileira que, ao nosso ver, reproduz, numa dimensão micro, toda esta pluralidade e sincretismo que caracteriza no cenário nacional a nossa religiosidade.

Daí procede, em parte, a relevância deste trabalho: colocar em evidência uma instituição religiosa evangélica, impregnada por elementos culturais de outras matrizes religiosas, dos quais se re-apropria para criar elementos novos e que vão, por sua vez, influenciar outras práticas da religiosidade brasileira.

E mais. Este trabalho coloca em discussão as tipologias que classificaram e ordenaram o campo religioso evangélico em protestante histórico, pentecostalismo clássico, deuteropentecostalismo e neopentecostalismo. Apesar das ressalvas de alguns autores de que as diferenças que separam protestantes históricos de pentecostais estarem se tornando cada vez menos perceptíveis (MARIANO, 1999) e de que a vantagem em ordenar o campo evangélico está em caracterizar as denominações evangélicas no Brasil (FREESTON, 1994, p. 163), as tipologias usadas para classificar as igrejas evangélicas no Brasil limitaram a compreensão do fenômeno religioso em toda a sua diversidade, ao demarcar “espaços de encaixe” para estas igrejas.

Onde alocar, por exemplo, dentro desse sistema classificatório, a IEB? Em mais de 120 anos de existência, somente quatro pastores a dirigiram; a sucessão pastoral ocorre apenas depois da morte do pastor; em todo fim de culto os fiéis praticam ritualmente o “beija mão”; a comunidade religiosa exerce a revelação como dom espiritual, mas não falam em línguas (glossolalia), profetizam ou batizam no Espírito Santo. E então, onde encaixá-la?

É lógico que, didaticamente, este sistema classificatório nos é de grande valia. Entretanto, ele não pode ser tomado como expressão do real, sob o risco de cristalizar o fenômeno religioso, além de imputar-lhe homogeneidades — “estes são pentecostais, aqueles são neo-pentecostais...”.

Enfim, esperamos ter contribuído para o debate acadêmico, sobretudo, no que diz respeito aos aspectos da religiosidade evangélica, multiforme e híbrida desde o seu início. Disponibilizamos material complementar, em anexos, para que outros pesquisadores possam proceder à sua consulta. Consideramos de suma importância a inclusão destes anexos neste trabalho para permitir que pesquisadores que deles fizerem uso possam ter suas próprias interpretações diante dos textos transcritos.

## CAPÍTULO 1

### OS QUE DORMEM NO PÓ DA TERRA RESSUSCITARÃO

A vida resumida do homem é um capítulo instantâneo da vida de sua sociedade.  
Euclides da Cunha, *Os Sertões*.

Como se deu o processo de formação intelectual de Miguel Vieira Ferreira? Quais ações ele realizou durante o período que antecedeu sua entrada para a Igreja Presbiteriana? Como ele construiu sua teia de relações sociais? São inquietações que se impõem num primeiro momento e que achamos conveniente discutilas, no sentido de abordar da melhor maneira possível nosso objeto de estudo.

Consideramos que a história de uma pessoa não se reduz à narrativa dos fatos e acontecimentos, encadeados cronologicamente, sem ligação com outras transformações. Para além disto, esta concisa biografia que empreendemos neste capítulo tenta construir o conjunto das relações objetivas que vincularam o agente, Miguel Vieira Ferreira, ao conjunto dos outros agentes envolvidos e que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis.

#### 1.1 O Princípio do Príncipe

Miguel Vieira Ferreira nasceu no Maranhão em 1837, numa família aristocrática, com relativa influência na Província. Seus avós eram brasileiros, militares, descendentes diretos de nobres fidalgos portugueses. Seus pais eram o tenente-coronel, Fernando Luiz Ferreira (1803-1877), e D. Luiza Rita Vieira da



Silva Ferreira (1802-1880). O Álbum<sup>3</sup> de Portugueses e Brasileiros Eminentemente (APBE) dedica dois fascículos (XVII e XVIII) a descrever a vida de Dr. Miguel. Este mesmo álbum, como seu título sugere, é uma publicação em homenagem a este maranhense e que, portanto, não se preocupou em realizar qualquer análise histórico-social de suas ações, como podemos observar na seguinte citação:

Nós prefaciamos não historiamos, abrimos a porta de nossa galeria ao herói que vai honrá-la com a sua presença, não fazemos a apreciação circunstanciada dos seus méritos, dos seus atos, dos seus serviços. Seriam duas biografias, e seriam portanto dois exemplares da mesma obra num só volume. Para muitos dava esta vida ilustre, mas nós tratamos de compendiar [...] (APBE, 1969, p. 28).

Ele era primo de Joaquim Gomes de Souza<sup>4</sup> de quem três irmãs acabaram por se filiar à Igreja Presbiteriana. Maria da Glória Gomes de Souza contraiu matrimônio com seu primo Miguel, com quem teve oito filhos.

O bisavô materno de Miguel Vieira Ferreira, José Antonio Gomes de Souza, era Cavaleiro da Ordem de Cristo e Coronel do Regimento de Milícias de Itapecuru, na antiga Capitania do Maranhão, e recebeu da Rainha de Portugal e Algarves, D. Maria I, o Brasão de Armas de Nobreza e Fidalguia (Foto 1). Em 1887, Miguel Vieira Ferreira solicitou ao Escrivão de Registros de Nobreza e Fidalguia do Império, Ernesto Aleixo Boulanger, a certidão dessa Carta de Nobreza<sup>5</sup>, a qual lhe foi concedida e que atualmente encontra-se em mãos de sua neta, D. Ruth Vieira Ferreira, de quem nos ocuparemos em tempo oportuno.

Como podemos perceber pela constituição de sua família, o fundador da IEB é filho da alta aristocracia maranhense. No entanto, nasceu em período

<sup>3</sup> O Álbum de Portugueses e Brasileiros Eminentemente era editado em Lisboa. Os fascículos utilizados neste trabalho são os de n.º XVII e XVIII, reimpressos pela Oficina Gráfica da Igreja Evangélica Brasileira, em 1969, pela comemoração do seu 90º aniversário de fundação. Infelizmente a Biblioteca Nacional também só possui estes dois fascículos, o que nos impossibilita, por hora, informar de quem era a iniciativa de homenagear portugueses e brasileiros considerados, pela publicação, como grandes personalidades. Uma outra cópia dos mesmos fascículos se encontra na Biblioteca da 3ª Superintendência Regional do IPHAN, em São Luís/MA, da qual nos servimos para esta pesquisa. Boa parte das informações contidas no Álbum procede do Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão, de César Marques e de alguns artigos do Jornal “O Artista”.

<sup>4</sup> Joaquim Gomes de Souza (Souzinha – 1829-1863), político maranhense que foi também matemático e engenheiro pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Após ter defendido tese de doutorado em 1848, tornou-se professor substituto de matemática da mesma escola (GUEIROS, 1980, p. 156). Foi Deputado Geral pelo Maranhão, cujo pai, Major Inácio Gomes de Souza, era rico comerciante que edificou em 1837 o belo solar da Rua do Sol onde hoje está instalado o Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MARANHÃO, 1973).

conturbado da história do Maranhão. O sistema agro-exportador maranhense viveu diversas crises durante todo o século XIX. Segundo Faria (2003, p. 31) “tais momentos decorrem de fatores múltiplos e diferenciados, tais como: demanda internacional, facilidade de financiamento, disponibilidade de mão-de-obra e de novas terras, revoltas, guerras e até problemas ecológicos”. Ressalto este panorama econômico porque o discurso de Miguel Vieira Ferreira em sua proposta de regeneração social por meio do trabalho e da moral, não estava dissociado dessas conjunturas que influenciaram a província durante boa parte do século XIX.

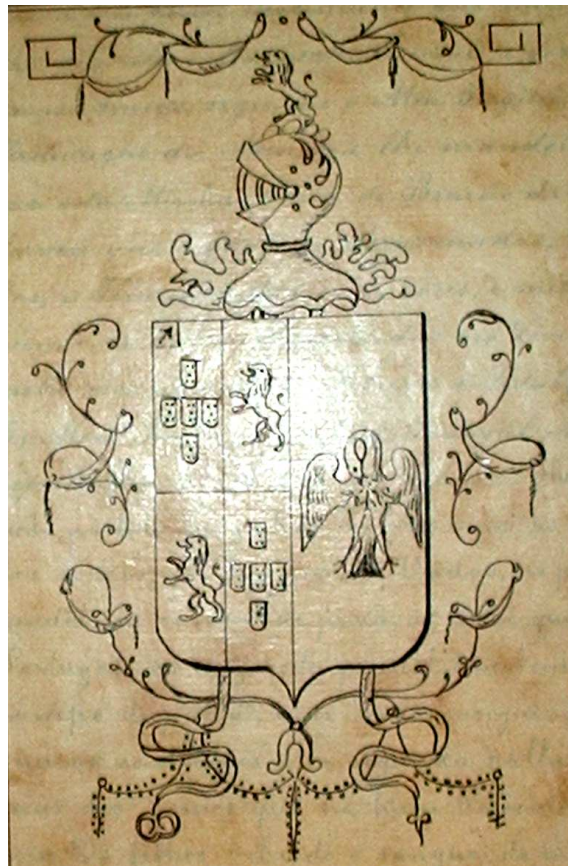


FOTO 01 – Brasão de Armas concedido por D. Maria, Rainha de Portugal e Algarves, ao Coronel José Antonio Gomes de Souza.

<sup>5</sup> Vários remanescentes da aristocracia brasileira tiveram a preocupação em buscar sua origem nobre, por meio dos brasões, por exemplo. O interesse pelo título nobiliárquico revela a preocupação dessa aristocracia em manter o brilho de sua, outrora, ostentosa posição (SCHWARCZ, 1998).

Em 1839, uma revolta de origem popular — a Balaiada — envolveu fazendeiros de gado, vaqueiros e mesmo escravos. Durante a revolta, Joaquim Vieira da Silva e Sousa, tio de Miguel, representava o Maranhão como Deputado Geral na Corte, em sua segunda legislatura (1838-1841). O mesmo já havia sido presidente da Província do Maranhão de 1832 a 1834 (MEIRELES, 2001, p. 229). Joaquim era cunhado do tenente-coronel, Fernando Luiz Ferreira, pai de Miguel.

A Balaiada e a crise do algodão cooperaram para o arruinamento de algumas famílias ricas do Maranhão que dependiam diretamente da grande lavoura. Consideramos que tal desdobramento socioeconômico levou a família Vieira Ferreira a ter problemas financeiros, pois também era proprietária de terras e escravos na vila de Itapecuru, interior do Maranhão, como menciona o APBE ao relatar a dificuldade de Fernando Luiz Ferreira em inserir técnicas agrícolas mais modernas na lavoura.

Um dia fôra com seu pai [Fernando] ao campo, morando eles então nesse interior do país onde se encontram léguas incultas e matas virgens sem habitação. Lá achava-se trabalhando um escravo que atacou de palavras a seu pai, porque este, querendo introduzir na província a cultura pelo arado, o mandara destocar uma certa área do terreno. Naquela província todos ainda classificavam de estultícia e loucura o querer empregar processo de lavoura diferente do rotineiro... (APBE, 1969, p. 46).

Vários senhores de terra abandonaram suas propriedades, deixando para trás seus casarões, alguns deles construídos ao final do século XVIII, como os da Vila de Alcântara, resultado do acúmulo do capital produzido pela lavoura algodoeira. Segundo Gaioso (apud ALMEIDA, 1983, p. 56), as terras do vale do Itapecuru eram “terras cansadas” e pouco produtivas e os poucos recursos, de que dispunham os senhores, não permitiam que ampliações e melhoramentos fossem levados a termos nas fazendas.

Para Almeida (1983, p. 73), os múltiplos acontecimentos durante o Segundo Reinado, entre eles, a Balaiada, os surtos algodoeiros e a reativação da lavoura canavieira de 1840 a 1850, tiveram profunda repercussão e diferentes impactos na vida econômica e social da província. Entendemos que esta situação de instabilidade acabou gerando a criação de vários cargos públicos que dessem conta em alocar remanescentes dessa aristocracia decadente. Maranhenses que tiveram prejuízos com a lavoura algodoeira e aqueles que não

tinham perspectiva de investimento agrícola foram apadrinhados pelo governo provincial, de modo a garantir sua sobrevivência.

Fernando Luiz Ferreira, pai de Miguel, veio para o Maranhão em 1833, após ter concluído o curso de ciências matemáticas e físicas na Academia Militar no Rio de Janeiro. Segundo César Marques (1970, p. 259), ele ocupou, nesta província, cargos públicos como o Comando de Artilharia (em 1835) e foi destacado para fundar a colônia indígena de S. Pedro do Pindaré, interior do Maranhão. Em 1848, pediu e obteve sua reforma no posto de tenente-coronel.

Segundo Gomes e Saraiva (2000, p. 19), entre os anos de 1842 e 1851, Miguel Vieira Ferreira morava com sua família em Itapecuru-Mirim, interior do Maranhão. Nesse ínterim, a província do Maranhão teve 9 presidentes. Dentre as principais ações governamentais desse período, citamos a inauguração da Casa dos Educando Artífices, em 1843, destinada aos meninos desvalidos que deveriam aprender nela algum ofício. O pai de Miguel foi nomeado lente de geometria e mecânica desta escola.

A Casa dos Educando Artífices tinha como objetivo ensinar artes ou ofícios a meninos em oficinas. Havia as de sapateiro, alfaiate, carpina, marceneiro e de surrador de cabedal. Era uma forma não somente de educar pelo trabalho, mas também de criar “amantes do trabalho”, por meio da disciplina militar, da observação rígida de seu regulamento e da obediência à moral e ética cristãs. O estabelecimento durou cerca de 30 anos e acolheu mais de 700 alunos.

O fim desta instituição foi proporcionar à mocidade desvalida educação regular, torná-la moralizada, inspirar-lhe amor ao trabalho e dirigi-la de sorte que mais tarde concorresse para a felicidade e riqueza pública. [...] Os educandos sabem corretamente a doutrina cristã, vivem a mais perfeita união e fraternidade, respeitam os seus superiores, são atenciosos para com todos, e amantes do trabalho. (MARQUES, 1970, p. 252).

A instrução escolar de Miguel Vieira Ferreira, em seus primeiros anos, coube a seu pai, bem ao costume da época. Fernando Luiz Ferreira era um intelectual dado às letras, matemáticas e poesia; leitor de algumas obras escritas em francês, como as de Voltaire, por exemplo, e pouco afeiçoado à Igreja Católica, embora tenha batizado todos os filhos. Considerava a escravidão um dos males que impedia a ação civilizatória no Brasil.

Em 1851, segundo Rivera (2000, p. 181), Miguel Vieira Ferreira foi enviado de volta a São Luís, onde estudou no Liceu Maranhense. O pastor metodista norte-americano, Daniel Kidder, fez o seguinte comentário a respeito do Liceu Maranhense, quando de sua visita a São Luís, em 1838:

Agradou-nos muito a visita que fizemos ao Liceu. Por determinação do governo, essa instituição está instalada no Convento Carmelita [...]. As cadeiras aí lecionadas são em número de sete, a saber: latim e grego; Inglês e Francês; História e Geografia; Filosofia, Geometria; Desenho. [...] Os alunos são quase todos jovens. [...] A Biblioteca tinha quatro mil volumes, com predominância dos livros franceses. (KIDDER, 1980, p. 169)

Assim, a educação que Miguel Vieira Ferreira recebeu até os seus 14 anos foram divididas entre o pai e o colégio, mas ambas voltadas para o humanismo. Para aquela elite, o ambiente ideal para a formação acadêmica de seus filhos era a Europa, sobretudo França e Portugal, onde concluíam seus estudos de Medicina e Direito. Entretanto, a crise financeira que se impôs sobre algumas das famílias abastadas da província forçava o envio de seus filhos para a Corte, no Rio de Janeiro, a fim de lá concluírem seus estudos. Tal caminho não era o mais desejável; mas, como eram momentos difíceis, as escolhas se tornavam escassas.

São assim, os filhos da modesta burguesia comercial e burocrática, de importância relativamente secundária, que irão aparecer, graças ao desenvolvimento também modesto do capitalismo no Brasil, no cenário político e intelectual da segunda metade do século XIX. Nas novas gerações que ingressam nas faculdades de Direito do país, infiltrar-se-iam esses novos burgueses. Nas Escolas Técnicas, a Central e a Militar, também procurarão eles, em virtude de não possuírem recursos necessários para enfrentar estudos longos e caros, satisfação para as suas tendências intelectuais. (COSTA, 1956, p. 139)

Em 1855, com dezessete anos, Miguel era primeiro-cadete do Exército e, nesse mesmo ano, foi enviado por seu pai à Corte para ser matriculado na Escola Militar do Império (Escola Central do Rio de Janeiro), onde completaria seus estudos de matemáticas elementares (APBE, 1969, p. 34). Não tomamos essa seqüência cronológica da vida escolar/acadêmica de Miguel Vieira Ferreira como exata, posto que algumas informações com respeito a datas e outros aspectos demonstraram ser imprecisas.

A demora de Miguel Vieira Ferreira em ir para a Corte, onde já se encontrava o seu irmão, Luiz, dá-se principalmente por conta dos poucos recursos disponíveis que a família possuía naquele momento para fazer face às despesas educacionais dos filhos. Em agosto de 1852, em uma carta dirigida a seu pai (ver anexo A), Luiz V. Ferreira ressaltava, os problemas financeiros que enfrentava, bem como a preocupação com a continuidade dos estudos de seus irmãos:

[...] V. M meu Pae, dis-me que de Agosto em diante melhoraria a minha mezada; porem apesar de eu precisar disso, digo-lhe que não quero sacrificios de meus irmãos por minha causa, se V. M. mandando-me mais dinheiro não poder mandar o Joaquim para a cidade ou o Miguel para onde V. M. destina, eu despenso esse dinheiro com tanto que seja para utilidade dos meus manos, [página 024v] isto era inútil dizer-lhe, mas é que V. M. podia julgar que eu estou aqui morrendo á fome, não, o dinheiro que tenho chega-me para eu manter-me [...].Eu desejo muito ter meus dous manos comigo, ao menos um delles, porem não posso agora que elles venhão, porque não sei se isto já deixará de ser sacrificio, e eu mais nenhum posso exigir, mas espero que elles a seu turno, fassão os esforços quando acharem conveniente, e mesmo V. M. de seu moto-proprio fará a diligencia de proporcionar-lhes os meios (Carta de Luiz Vieira Ferreira, 1852, p. 116).

Este trecho da carta de Luiz V. Ferreira a seu pai mostra que, apesar da origem aristocrática, a família se deparava com a escassez de recursos, fato que talvez tenha motivado Fernando Luiz Ferreira a matricular os filhos na Escola Militar e não em cursos como os de Direito e Medicina, muito mais custosos. O Exército oportunizava a essa aristocracia endividada a possibilidade de tornar seus filhos engenheiros e ainda garantir-lhes o emprego público por meio da inserção no quadro de oficiais.

O ensino na Escola Militar, a partir da primeira metade do século XIX, tornou-se estritamente científico, voltado muito mais para as ciências matemáticas do que para uma formação bélica. Segundo Torres (1957), os estudantes formados eram muito mais acadêmicos que militares. Isto talvez se devesse à influência do pensamento positivista que, no Brasil, encontrou ambiente favorável para a propagação de suas idéias.

A Escola Militar era principalmente uma escola de engenheiros. Os que tinham vocação para professores de matemáticas perdiam completamente o espírito bélico. [...] Houve uma paisanização progressiva devido a esta infiltração positivista cada

vez maior. No fim de certo tempo muitos de nossos oficiais de militares só tinham a farda. (TORRES, 1957, p. 29)

Torres escreve com muito desânimo a respeito da Escola Militar que, para ele, deveria ser um centro de formação de oficiais defensores do país, do Imperador, além de instruir intelectual e moralmente os militares para a guerra. Para ele, a ausência da vocação militar na maioria dos alunos contribuía à “paisanização” da Escola Militar. Muitos pretendiam o grau máximo de doutor e, quando o conseguiam, ou se tornavam professores de escolas militares (Exército e Marinha) ou funcionários públicos, ocupando cargos como os de engenheiros nas províncias.

Os maranhenses, Miguel Joaquim Pereira de Sá e Augusto Dias Carneiro, foram alunos da Escola Militar que receberam o título de doutor. O primeiro, Miguel Joaquim Pereira de Sá, apresentou tese em 1850 que discutia sobre os princípios da Estática. Benjamin Constant apontou este trabalho como o primeiro vestígio da influência positivista no Brasil (TORRES, 1957, p. 28). O segundo defendeu tese de doutorado, em 1854, com assunto voltado para a Termologia. No ano seguinte, já era nomeado professor da mesma escola.

Benjamin Constant (1836-1891), um dos líderes do positivismo no Brasil, e que havia se matriculado na Escola Militar em 1852, descobriu a obra de Comte nos estudos de Matemática e, como professor, encaminhou muitos jovens ao positivismo. No início da República foi Ministro da Guerra e da Educação; elaborou a Reforma do Ensino de 1891 que influenciou todo o sistema educacional do país. Segundo Muniz (1978, p. 181):

A regeneração social propalada pelo positivismo implicaria numa educação visando o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral das camadas populares, embora não excluísse as outras. Tal tarefa requeria um desenvolvimento total, proporcionado por um ensino integral, o qual está previsto nos princípios da instrução primária e secundária.

Jovens como Teixeira Mendes (maranhense) e Miguel Lemos, fundadores da Igreja Positivista no Brasil (em 1881), foram orientados por Benjamin Constant. Torres faz o seguinte comentário a seu respeito:

Tendo sido um mestre, em toda a significação da palavra, a mocidade da Escola Militar idolatrava-o. Apesar de positivista incompleto, foi o principal propagandista das idéias de Augusto Comte em nosso país. Por seu intermédio Miguel Lemos e Teixeira Mendes aproximaram-se do filósofo da rua *Monsieur-le-Prince*. Com o seu talento de vulgarizador, Benjamin fez com que muita gente se interessasse por

Comte, das lições dele passando para as de Lemos e Teixeira Mendes. (TORRES, 1957, p. 95)

Dentro desse contexto, é impossível que Miguel Vieira Ferreira tenha escapado ileso às influências positivistas daquela época. Seu envolvimento em prol da República, do abolicionismo e da liberdade de culto deixa transparecer impregnações do pensamento positivo de Comte, via Escola Militar. Entretanto, ele não desenvolveu um positivismo mais radical e nem foi um de seus adeptos, como o foram Miguel Lemos, Teixeira Mendes, Silva Jardim, Júlio de Castilhos, entre outros.

Miguel Vieira Ferreira, tanto nos artigos que escrevera quanto nas ações que tomou antes e depois de sua conversão ao protestantismo, deixa evidente vestígios de um positivismo próprio daquele que impregnou o pensamento militar durante o Império e inícios da República, qual seja, o positivismo que condenava a relação entre Igreja e Estado, que racionalizava as ações humanas e que estabelecia a ordem (social, política, econômica...) como elemento-base para o progresso.

Com a patente de segundo-tenente do Corpo de Engenheiros, Miguel Vieira Ferreira deu continuidade aos seus estudos, para obtenção do grau de Doutor pela Escola Militar, fato ocorrido em 1863, quando tinha 26 anos. Há muitas fontes não confessionais, no modo como se deu a conquista desse título pelo Imperador, como demonstram as citações seguintes:





Poderemos apreciar devidamente a majestade de seu porte grandioso se o observarmos

[Miguel] como Doutor de borla e capelo em Ciências Matemáticas e Físicas, que o foi por defesa de tese, sustentada e defendida perante o Imperador. (IEB, 2003, p. 15-16).

(1862). Defende sua tese de doutorado em Ciências Físicas e Matemáticas com louvor e aprovação plena do Imperador que estava presente. (GOMES; SARAIVA, 2000, p. 20).

[...] e aos 17 de outubro de 1863 lhe foi conferido o [grau] de DOUTOR nestas ciências por brilhante defesa de tese que, aos 3 de julho dêsse mesmo ano, sustentou perante a respectiva congregação, na presença de todos a escola e numerosíssimo auditório, com assistência do Imperador e sua comitiva; e obtendo aprovação plena. (APBE, 1969, p. 34).

Toda essa ênfase dada ao título é amplificada pelas publicações; algumas delas posteriores à morte de Miguel Vieira Ferreira. Após a defesa, Miguel escreveu a seu pai (ver anexo B), informando-lhe da intenção de fazer parte do quadro de professores da Escola da Marinha. Entretanto ele fora preterido em favor de um colega estrangeiro, considerado por ele como um “francês naturalizado brasileiro que é repetidor da Escola de Marinha”. É interessante, nesse diálogo com o pai, a maneira como ele ressaltava suas qualidades, tentando provar que era alguém importante ou de quem podia se esperar algo de grandioso.

[...]Durante a defesa de minha these, o Imperador esteve satisfeito, segundo me disse o Joaquim, pois eu não estava voltado para elle. O Paranhos, que me ficava ponteiro, applaudio todas as minhas respostas, e o Joaquim diz que era sempre de intelligencia com o Imperador. [...] Todas as vezes que lhe tenho fallado elle pergunta-me pelos meus trabalhos, de sorte que o homem parece esperar de mim alguma cousa, alem, de que já tive o prazer, em uma de nossas entrevistas de ouvir de sua própria bôca que eu era um moço de talento, de quem o paiz tinha alguma cousa, cousa a esperar [página 004v] e que por isso continuasse a estudar. [...]Espero que breve poderei dar-lhe uma prova inequívoca de que tenho algum merecimento. — Fui hoje ao Mello fazer-lhe um pedido feito pelo Antonio Gayoso e fiz os seus cumprimentos a elle. — Quando ia sahir, elle disse-me que hontem o Imperador lhe falara de mim muito satisfeito, dizendo que alem de tudo admirava a minha presença de espirito [...] (Carta de Dr. Miguel Vieira Ferreira, em 1863, p. 117).

O Jornal “A Coalizão”, que circulava em São Luís, informou da seguinte maneira a notícia sobre a defesa da tese de Miguel Vieira Ferreira:

Revista noticiosa – Defesa de These – Recebemos por este vapor a these apresentada pelo bacharel Miguel Vieira Ferreira ao Conselho de Instrucção da Escola Central e pela qual obteve o grao de doutour em sciencias mathematicas e phisicas, sendo plenamente approved. A these do Sr. Dr. Miguel Vieira Ferreira é offerecida ao Dr. Joaquim Gomes de Sousa e versa sobre os dous seguintes pontos: — Dados os movimentos de Júpiter e Saturno, ou de qualquer outro systema dual de planetas ou a Terra e seu satélite, determinar a curva que é o logar geométrico dos pontos igualmente atrahidos dos dous planetas e discutir a natureza dessa curva. Imaginando depois um ponto material sujeito a desrevela, determinar as circunstancias do seu movimento. [...] O Dr. nosso digno comprovinciano sahio-se deste ultimo passo de sua vida academica com aquella distincção, que o tem nobilitado entre os mais aproveitáveis estudantes da Escola Central. De uma carta insuspeita, e que é escripta por pessoa que não cultiva relações de amizade com o Dr. Miguel Vieira Ferreira sobre a sua defesa de these extractamos o seguinte: “Era bello ver o jovem maranhense, com uma placidez e calma, habitual áquelles que estão seguros de si, responder, analysar e sophismar os mais intrincados problemas e enunciados da mathematica transcendente, causando pasmo aos lentes que o escutavão, e despertando a mais viva curiosidade de S. M. o Imperador, que, attento, discutia as suas provas”. De facto Miguel Vieira Ferreira é um maranhense que muito promette e muito fará na carreira a que se dedicou (A COALIZÃO, 1863, n.º 67).

Devido a uma enfermidade (pneumonia), Miguel Vieira Ferreira retornou ao Maranhão em 1864, após ter pedido afastamento do Exército. Estava, há dois anos, casado com sua prima Dona Maria da Gloria Gomes de Souza e tinha apenas uma filha, Rosa Edith, nascida em 1863.

Um pouco antes do retorno de Miguel ao Maranhão, Luiz Vieira Ferreira, seu irmão que viria a se tornar o segundo pastor da IEB, encontrava-se na Província de Porto Alegre e, numa carta ao seu pai, discorre sobre aquele momento por que o Brasil passava. Fernando Luiz Ferreira havia informado ao filho de seu afastamento temporário como editor do jornal “O Artista”. Luiz V. Ferreira mostrou-se insatisfeito com a

maneira com que se dava atenção aos jornais voltados para o progresso das artes<sup>6</sup> e indústrias, como ele mesmo denominava (ver anexo C).

O seu jornal estava nos termos convenientes, porque se adequava aos artistas pela sua linguagem chan [sic] e lhes dava por isso mesmo, animo de concorrerem com os seus poucos cabedaes para o grande movimento que um dia se havia de erigir. Infelizm<sup>e</sup>. porem, na nossa malfadada terra as cousas são como são, e não como deverião ser, e, em geral, o verdadeiro merecimento é apreciado depois que já é registrado no passado, porque o presente é dos especuladores e dos eleitos do patronato; a corrupção tem attingido a um ponto assutador, e o mundo todo parece prepara-se para uma revolução do globo no século corrente (Carta de Luiz Vieira Ferreira, em 1863, p. 119).

O termo progresso é recorrente no decorrer dessa carta e, em certa medida, é atribuído como característica dos “povos mais adiantados”. Além disto, Luiz informou ao pai, a respeito de um jornal chamado “Artista” que, para ele, não fazia jus ao título, uma vez que o mesmo havia sido escolhido apenas por ser de propriedade de alguns artistas que seriam os próprios a imprimi-los. As idéias convergentes dos dois irmãos, Luiz e Miguel Vieira Ferreira, possibilitaram o trabalho conjunto deles, tanto na edição do jornal “O Artista”, entre os anos de 1868-69, quanto na constituição da IEB em 1879.

Durante seis anos, entre 1864 e 1870, Miguel trabalhou no Maranhão, escreveu em jornais locais, como exemplo, “O Liberal do Maranhão”, de Antonio Jansen de Matos Pereira e Coronel Isidoro Jansen Pereira<sup>7</sup>, ocupou cargos públicos, como o de Gerente da Casa de Fundição da Companhia de Navegação Fluvial do Maranhão e envolveu-se diretamente com questões sociais, dentre elas, a criação dos Educandos Industriais.

Esse estabelecimento de ensino constituía-se em um modelo de escola, cuja educação era voltada para o trabalho. Miguel Vieira Ferreira considerava que, desse modo, combatia-se a ociosidade e se motivava o indivíduo ao gosto pelo trabalho, além de permitir o aprendizado de um ofício, sempre voltado ao atendimento das necessidades da indústria. Segundo Miguel:

---

<sup>6</sup> O conceito de “arte” utilizada neste trabalho está intimamente vinculado ao que era empregado durante o século XIX, o qual considerava “artista” ou “artífice” todos os indivíduos que desempenhavam atividades voltadas para a indústria. “Arte”, para Miguel Vieira Ferreira, “por sua etymologia significa virtude, força. Tomado em toda a sua extensão, esta palavra que se oppõe a sciencia pura é o complexo de processo pelos quaes o homem consegue produzir qualquer obra que seja com o fim de assegurar sua conservação e seu bem-estar physico, quer seja para fazer nascer algum gozo intellectual, ou moral, donde a grande divisão das artes em úteis ou mecânica, e em liberaes” (FERREIRA, 1868, p. 3).

<sup>7</sup> O Coronel Isidoro Jansen Pereira era filho de Ana Jansen, famosa no Maranhão por sua riqueza e pelo modo como dirigia seus negócios e a política local. Segundo Viveiros (1965), “Donana [como era também conhecida] vendeu terras e comprou prédios em São Luís, tornando-se por esta maneira a maior fazendeira do Maranhão. Permitiu-lhe a magnífica fortuna dar expansão ao espírito impetuoso e dominador”.

Trata-se de um collegio, de um internato, em que se aprende a ler, escrever e contar, moral e religião, mathematicas elementares, noções de physica e chimica — aprende-se a trabalhar, — e formão-se idéas claras das artes e d industria sem que os paes gastem um só real: cada educando torna-se homem útil á sociedade só pelo seu trabalho. (FERREIRA, 1869, p. 2)

O estabelecimento de ensino foi instalado na fábrica de propriedade de Miguel Vieira Ferreira, em Itapecuruhyba. No entanto, não houve sucesso nesse projeto educacional, apesar das semelhanças no ensino empreendido pela casa dos Educandos Artífices. Miguel remetia esse “prejuízo moral” à incompreensão da sociedade maranhense. Por isso, conclamava a sociedade para que avançasse em torno de um projeto de regeneração da sociedade, o qual passava também pela educação para o trabalho:

Avante! É a epocha de regeneração! O paiz quer marchar, brasileiros! Por todos os meios possíveis venha o progresso!! Quanto a nós do *Artista* tomamos á nosso cargo a ardua tarefa de promover o progresso material. Oxalá possamos alguma cousa neste terreno (FERREIRA, 1869, p. 3).

Os artigos que ele escreveu no Maranhão estavam relacionados principalmente à indústria, economia e política local. No entanto, percebemos de forma sutil e embrionária que as críticas neles contidas confundem-se com um projeto de regeneração da Província do Maranhão, por meio da moral e do trabalho.

## 1.2 Dois pilares: moral e trabalho

Com o título de doutor, Miguel Vieira Ferreira passou a ser reconhecido como o intelectual que cooperaria na transformação e modernização do Estado brasileiro. Ele se via legitimado pelo capital social e cultural (BOURDIEU, 1998) que acumulara no decorrer dos seus estudos. Assim, quando escreve suas reflexões sobre o Maranhão, em 1866, enfatiza as condições naturais e sociais disponíveis na Província:

Lançando os olhos sobre a província do Maranhão, facilmente se reconhece que sua natureza é riquíssima, mas que infelizmente existem poucos capitaes e que principalmente nos falta o capital moral: desta falta dinamiza todo o nosso atraso. [...] Tudo entre nós é miséria! A população vive como uma tribo selvagem, sem morada certa, sem costumes e sem lei: o trabalho é cousa que não conhecemos ainda. (FERREIRA, 1866, p. 9)

Miguel Vieira Ferreira fez questão de impor sinais distintivos entre progresso e atraso, civilidade e selvageria. Nem o atraso, nem tampouco a selvageria eram para ele elementos inerentes à Província do Maranhão. Pelo contrário, o Maranhão era essencialmente rico; isto é, sua natureza, aspectos geográficos e climáticos contribuiriam para o seu “natural” desenvolvimento. As ausências que comprometiam esse desenvolvimento eram o capital financeiro e o capital moral, dependentes, respectivamente, de vontade política e de uma disciplina para o trabalho.

A esta mentalidade construída pelos diversos autores e intelectuais que escreveram sobre o Maranhão e difundida entre nós, até hoje, denominamos de ideologia da ociosidade. Essa ideologia se caracterizaria pela freqüente responsabilização do caráter do povo maranhense, por sua miséria e pobreza do Estado do Maranhão. Nessa visão, o caráter maranhense seria acentuadamente imoral, improdutivo e, portanto, avesso ao trabalho. Segundo Magalhães, o Maranhão era terra de

[...] homens ociosos, sem domicílio certo, pela mor parte de uma raça cruzada de índios, brancos e negros, a que chamam cafuzos, os quais são muito amantes desta vida meio errante, pouco dados a outros misteres e muito à rapina e à caça, distinguindo-se apenas dos selvagens pelo uso de nossa linguagem. [...] Desta gente bruta há grandes manadas nesta província, e assim na do Piauí e Ceará, análogas a esta pelos usos e costumes. Muitos dos senhores fazendeiros, à imitação dos antigos barões, vivem sem respeito algum às autoridades... . (MAGALHÃES, 2001, p. 20).

Além disto, Magalhães ressaltava em sua obra que o Maranhão era de todas as províncias do Império a que menos acatava a religião e que, por isso, “as luzes do cristianismo parece que ainda não penetraram nessas vilas de tetos de palha (...); pobres pardieiros com o nome de igrejas, ermas de fiéis, apenas aninham as corujas, morcegos e mais aves noturnas...” (MAGALHÃES, 2001, p. 21).

Teríamos, portanto, algumas ausências que cumpririam o papel de justificar as crises sociais na Província: a) não existia moral, pois os homens agiam sem respeito à lei; b) não havia apego ao trabalho; c) não havia temor religioso, ou pelo menos a Igreja Católica não tinha uma estrutura física e humana suficiente para dar conta das necessidades de seus fiéis.

Sabemos que, pelo menos desde o padre jesuíta Antônio Vieira, algumas características do povo eram ressaltadas: “o Maranhão é terra do murmurar, motejar, maldizer, malsinar, mexericar e, sobretudo, do mentir” (VIEIRA apud OBRAS DE JOÃO FRANCISCO LISBOA, 1991, p. 219). Lisboa, seguindo quase pelo

mesmo rumo do padre, injuria-se pelo fato de o Maranhão ser uma terra dada ao clientelismo e aos favores políticos, cooperando assim para as injustiças e desvios de caráter.

Justiça porém sem empenhos é cousa que se não conhece na terra que nos viu nascer; Tímon pois não teve outro remédio, senão recorrer aos milagrosos empenhos, sem todavia descer um ápice daquela dignidade de caráter que todo o mundo lhe conhece e admira (OBRAS DE JOÃO FRANCISCO LISBOA, 1991, p. 339).

Essa ênfase ao moralismo é recorrente em diversos autores maranhenses e faz parte da mentalidade que assumem, ainda que de forma inconsciente. Entretanto, o que é relevante nas reflexões de Miguel Vieira Ferreira sobre a província em que nasceu é sua constatação de que falta capital moral a esta sociedade. O discurso em que pese a moral como parâmetro de civilidade e/ou progresso impregnou os diversos meios intelectuais do século XIX e, de forma enviesada, atacava a Monarquia, a Igreja Católica e, nos mais extremados, a mistura de raças no Brasil.

Na Corte, políticos e intelectuais liberais faziam coro pela moralidade do país. Entre eles, vale destacar a figura do deputado alagoano, Tavares Bastos, que muito se aproximou dos norte-americanos a ponto de considerar que o espírito liberal da reforma protestante fora o “mote propulsor que permitiu à Nova Inglaterra se transformar na poderosa república dos Estados Unidos da América” já naquele século. O Brasil, para ele, deveria seguir pelo mesmo exemplo.

[...] abrir francamente as portas do Império ao estrangeiro, colocar o Brasil no mais estreito contato com as raças viris do Norte do Globo, facilitar comunicações interiores e exteriores, promover a imigração germânica, inglesa e irlandesa, e promulgar as leis para a mais plena liberdade religiosa e industrial. E sob este ponto de vista, é pelo bem do progresso, ou antes, da reforma moral do país que eu desejo ardentemente as mais rápidas comunicações entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte. (BASTOS, 1939, p. 391-392)

Tavares Bastos demonstra uma visão racista sobre o que considerava o atraso brasileiro, pois imaginava que, com a imigração de raças do hemisfério norte (segundo ele próprio, brancos e puros), haveria grande impulso ao desenvolvimento nacional. Nisto, sua visão liberal difere da de Miguel Vieira Ferreira (1866, p. 16).

[...] cumpre de rigor fazer com que marchemos ao progresso recorrendo mesmo a nossa gente.

Si a população não sabe trabalhar, é preciso ensinal-a, e se não quer é forçoso que a obriguemos. Do estrangeiro deve vir gente, devemos favorecer a imigração, para o Brazil, porque esses estrangeiros nos trazem luzes de que precisamos, vem ensinar-nos a tirar partido de recursos naturaes de que não dispomos, mas que a natureza nos fornece, gratuitamente; mas, quanto a gente de trabalho, a lei nol-a pode dar. A lei que chamar os ociosos ao trabalho, moralisa o povo e dessa moralidade, alem de mil vantagens, resulta o aumento da população.

Desse modo, para Miguel, a imigração cooperaria com o desenvolvimento do país, porém limitada ao fornecimento de tecnologia desconhecida por boa parte dos empresários maranhenses. Para ele, a imigração não seria o elemento determinante; a moralidade, esta sim, seria o fator preponderante ao crescimento de vários setores da sociedade: moralidade das diversas instituições (igreja, Estado), da economia (combate à ociosidade) e da política (combate à corrupção).

Parece-nos que, nesse sentido, houve uma proposta de regeneração da Província que se caracterizaria pela importância no trabalho e diligência para com o ofício desempenhado por indivíduos, igualmente soldados, que guardam seu país. Este ideal em certa medida estava próximo do *ethos* protestante puritano dos Estados Unidos, observado por Weber (2004), em sua análise sobre a cartilha de Benjamin Franklin.

Para Miguel, entre outros benefícios, o trabalho executado por pessoas livres e não por escravos traria ao indivíduo disciplina e cooperaria no processo civilizador do país. Conseqüentemente, ao aumento do trabalho haveria o aumento da renda arrecadada pelo Estado. Enfim, o trabalho na visão de Miguel, cumpriria uma missão regeneradora no homem: transformaria o dono de terras em empreendedor, o homem livre em cidadão e o Estado em mantenedor do progresso.

[...] Si tivesse sido possível trabalhar com braços livres, se houvesse um meio de domar a nossa gente e obrigar-a ao trabalho, elles trabalharião para si, terião a moeda precisa para cobrir a nudez e matar a fome em que vivem, e os proprietários accumularião capitaes para empregar em novas industrias ou melhorar as existentes; [...] e o governo também lucrava, porque poderia ter tido um rendimento duplo do

que obteve pois que o colhido o foi exclusivamente por braços escravos e há talvez tanta gente livre como escrava na província. (FERREIRA, 1866, p. 25-30)

Ao analisar a obrigatoriedade do trabalho na província do Maranhão, na segunda metade do século XIX, Regina Faria (2001) observa que a falta de capital moral expressa por Miguel Vieira Ferreira é significativo e significante de outras tantas faltas.

A indolência é a “raiz” de tudo, gerando a “frouxidão de caráter”, presente em todos os setores da sociedade. Por isso, tudo estaria fora dos eixos: o povo escolhia mal seus representantes, os quais, por sua vez, eram incompetentes, descompromissados e não faziam boas leis; os funcionários públicos não cumpriam seus deveres; a imprensa não ajudava a corrigir os erros, o governo não executava as leis e era despótico. A ignorância imperava, o povo não tinha consciência de si e confundia liberdade com anarquia. (FARIA, 2001, p. 168).

Concordamos com a autora que Miguel Vieira Ferreira considerava a existência “de uma ‘lei do trabalho’, determinada por princípios da Física (a natureza está sempre em trabalho) e da religião (o pecado original obrigou o homem a viver do suor do seu rosto)” (FARIA, 2001, p. 169). Esses dois pilares (capital moral e trabalho), na visão de Miguel, garantiriam o desenvolvimento da Província do Maranhão e, não somente isso, regenerariam esta sociedade.

Em suas reflexões sobre o progresso material da província, ele utiliza termos impregnados de sentido religioso. Segundo Miguel, o único meio infalível de “salvar um empreendedor”, fazendo-o “escapar ao naufrágio” e à “perseguição” que contribuía para a “morte do espírito da empresa”, era a boa administração e disposição de auxílios por parte das assembleias legislativas. No entanto, “querem-se milagres dos nacionais e dessa forma o espírito industrial há de ir morrendo”. Assim, ele conclama que o administrador

[...] esqueça-se de si, cuide do bem público e estou certo que dessa forma o seu nome será honrado na história e por todos os homens rectos; todos os que têm a alma bem formada, que reconhecem os caracteres da verdade, da justiça, do útil, do grande etc. (FERREIRA, 1866, p. 93)

A citação anterior guarda certa proximidade com o trecho em que Jesus Cristo fala aos judeus, segundo o evangelho de Mateus 16:24: “Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz, e



siga-me”. Esquecer-se de si e trabalhar em benefício do coletivo, mas esperando que disto virá o reconhecimento dos de boa fé. Ainda que o projeto de Miguel Vieira Ferreira para o desenvolvimento do Maranhão tratasse de aspectos econômicos, industriais e políticos, seu discurso estava impregnado de questões éticas, profundamente marcadas por elementos religiosos, e que desembocariam mais adiante na sua aproximação com o protestantismo.

### 1.3 Ao progresso!

O jornal “O Artista” foi uma iniciativa da família Vieira Ferreira, sobretudo do Cel. Fernando Luiz Ferreira e de seus três filhos, Luiz, Miguel e Joaquim. Sua circulação no Maranhão se deu em dois períodos distintos: o primeiro, entre os anos de 1862 e 1863 (quando Miguel estava estudando no Rio de Janeiro), e o segundo, de 1868 a 1869. O jornal discutia sobre diversos assuntos. Mas, conforme o sub-título de 1868, “dedicava-se à indústria e principalmente às artes”.

Se as “Reflexões Acerca do Progresso Material para a Província do Maranhão” (FERREIRA, 1866) nos permitem supor que haveria já, ali presente, uma proposta de regeneração da sociedade, similar ao pretendido pelo protestantismo, sobretudo o de matriz norte-americana, então os artigos assinados por Miguel Vieira Ferreira no jornal “O Artista” nos evidenciam de que modo essa regeneração se daria.

Segundo Mendonça (e VELASQUES, 2002) o protestantismo foi recebido no Brasil como “religião” do progresso e da modernidade. O sistema educacional trazido por missionários protestantes inseria-se junto às elites brasileiras que reconheciam a “religião” protestante como defensora do liberalismo e do progresso.

Assim, tomamos o jornal “O Artista” para levantar a hipótese sobre a presença de um *ethos* protestante em Miguel Vieira Ferreira, ainda que em forma embrionária, em gérmen. Dialogaremos ao longo do texto, principalmente com o historiador Émile G. Leonard e o sociólogo Paulo Barrera Rivera. Tomamos estes dois autores como referência porque além de seus trabalhos direcionarem-se ao estudo do fenômeno religioso protestante no Brasil, citam Miguel Vieira Ferreira em alguns de seus livros e artigos.

Começamos por uma análise sobre o emblema que estampa o primeiro número do jornal, em 1868. Ele foi uma criação do tenente-coronel Fernando Luiz Ferreira, pai de Miguel. A explicação dada no jornal sintetiza a proposta de um sistema voltado para o progresso, entendido nesse discurso como o uso sistemático de máquinas, indústrias, bem como do aperfeiçoamento intelectual e moral.



JORNAL DEDICADO À INDÚSTRIA E PRINCIPALMENTE ÀS ARTES

FOTO 3 – Emblema do Jornal “O Artista”

Fonte: O Artista, 1º de Março de 1868 – Acervo Obras Raras da Biblioteca Pública Benedito Leite

Miguel Vieira Ferreira explicou o emblema da seguinte maneira:

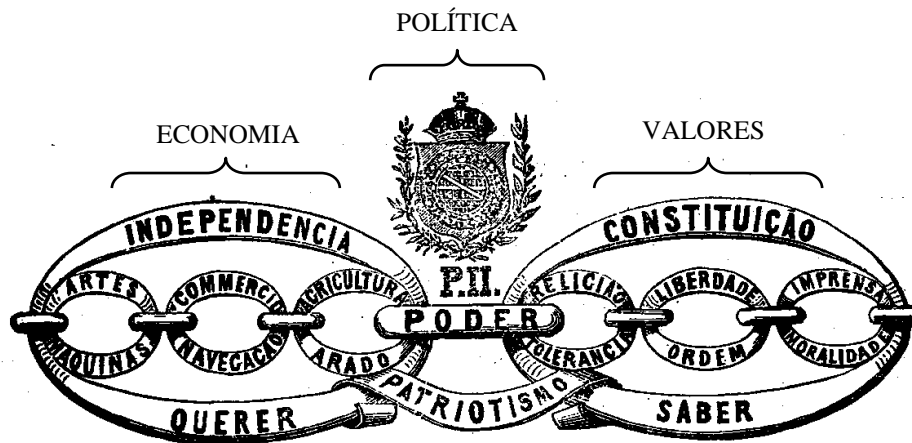
A nossa sociedade estriba-se na *Constituição* e na *Independência*; a *Constituição* não pode ser mantida sem o *saber*, e não pode haver independência sem o *querer*. O *querer* forçosamente desenvolve as *Artes*, o *commercio* e a *agricultura*, sem o que não há *independência* completa, como o estrangeiro nos está demonstrando a cada passo; mas é preciso que as *artes*, marchem auxiliadas pelas *machinas*, como em toda a Europa, o *commercio* pela *navegação*, e a *agricultura* pelo *arado*. Não se dando tudo o que fica acima não há verdadeira independência. A *Constituição* de um país ou sua organização, consta da *liberdade*, da *religião*, e da *imprensa*, idéias geradas pelo saber, mas o saber quer a *liberdade* com *orden*, a *imprensa* com *moralidade*, e a *religião* com *tolerância*. Todas essas idéias incadeadas trazem incontestavelmente o progresso, quando o *patriotismo* as abraça todas; e que o *poder* por um forte elo aproxima a *Constituição* á *Independência*. O poder no Brasil é representado pelo nosso Imperador o Snr. D. Pedro 2º. [...] esse emblema resume o nosso programa (FERREIRA, 1868, p. 3).

Os dois maiores elos, *Independência* e *Constituição*, são distintos quanto aos elementos que carregam. Um está composto por objetos materiais e o outro por questões éticas, principalmente. Para Miguel, um país independente era aquele que fazia uso sistemático das novas tecnologias (máquinas, arado), do transporte mais barato e eficiente (navegação); assim, utilizando-se desses componentes, cooperaria para o desenvolvimento da indústria, comércio e agricultura (artes). Mas tudo isto passaria por uma questão de vontade política (*querer*).

Do outro lado, a *Constituição*, que seria o instrumento guia do povo e, portanto, carregado de valores morais e éticos, precisaria estar imbuída desses valores. Talvez a ênfase sobre questões éticas fosse muito comum naquela época. Porém, Miguel Vieira Ferreira chamava a atenção para os seguintes pontos: a)

apesar da Constituição de 1824 garantir a liberdade de culto, permanecia a intransigência da maioria dos clérigos católicos contra os denominados “não-católicos”; b) a liberdade não poderia ser entendida como licenciosidade, isto é, ociosidade, vadiagem, fosse ela exercida pelos livres, fosse concedida aos escravos; c) a imprensa precisava deixar de servir a partidarismos e aplicar-se à informação do povo, cooperando, desse modo, para a moralização da sociedade.

Ao centro do emblema figura o brasão do Imperador e, apesar do *poder* ser o elo maior, Pedro II não se caracteriza como sendo esse elo. Pedro II, ainda que presente no emblema, é disposto do lado de fora dos elos que compõem o sistema que levará ao progresso. Parece haver uma crítica implícita ao poder exercido pelo Imperador D. Pedro II. Daí, *patriotismo* e *poder* convergirem como verdadeiros elos entre *Independência* e *Constituição*. Não é uma crítica à pessoa do Imperador, mas à forma de governo — Monarquia — que não seria a mais apropriada para o desenvolvimento da nação. Para alcançar o desejado progresso, era imprescindível que a tríade — economia, política e valores — estivesse em plena harmonia:



A esse respeito, o jornal publicava diversos artigos, assinados por Miguel Vieira Ferreira, nos quais sutilmente demonstrava ser a Monarquia uma forma de governo caduca, despótica e que engessava a economia e a indústria nacional. Para ele, seria necessário um governo possibilitador do desenvolvimento do país e de sua verdadeira independência. Buscava no cristianismo o exemplo de liberalismo perfeito, como demonstra o artigo seguinte:

Seria importante dar instrucção ao povo para que este pudesse livremente fazer a sua escolha.

[...] Quando Jesu-Christo emprehendeu reformar o mundo, não recorreu ao despotismo; por elle nada se teria feito. Livre de idéas, profundo philósopho, e

por isso mesmo liberal de coração, elle disse: vinde meus irmão, e ouvi-me. Jamais impoz a sua doutrina; por meio da predica, por parábolas, por máximas e sentenças, é que produziu a reforma social. [...] Jesu-Christo era moralista e não socialista, por isso pregou que as penas e as recompensas seriam distribuidas depois da morte; os socialistas destruem-a n'este mundo, mas devem seguir o principio evangelico traduzido por Stuart Mill. [...] Como Jesu-Christo o mostrou [...] o despotismo não é uma forma legitima de governo (FERREIRA, 1868, p. 2).

Estava ele convencido de que a monarquia não permitia o pleno desenvolvimento do país, embora países como a Inglaterra tivessem tido sucesso com essa forma de governo. O problema para Miguel estava nas origens de como essa forma de governo se constituiu no Brasil. Para ele, se nos fosse possível copiar o modelo liberal inglês teríamos alcançado o mesmo progresso dos Estados Unidos.

Há mais de 40 annos o Brazil se acha independente e regido pela forma monarchica, constitucional, representativa. [...] Feita a independência, constituindo o paiz, havia este entrado na juventude. Porque até hoje este paiz é bárbaro, porque não está civilizado? [...] Em quanto se anteposer o interesse pessoal ao interesse publico, não esperemos ver a prosperidade do paiz. [...] Os Estados Unidos forão colônia da Inglaterra, esta é o paiz classico da liberdade; ahi o systema constitucional representativo é uma realidade. [...] Os Estados Unidos, filhos dessa nação, souberão comprehender a liberdade e prosperarão apenas independentes. O Brazil foi colônia portugueza. Portugal era regido pelo governo despótico [...]; por isso o Brazil não se tem sabido haver. As nossas tendências são para o antigo systema, e parece que procuramos firmar o provérbio popular que diz: — o que o berço dá a tumba leva (FERREIRA, 1868, p. 1-2).

Ainda atento ao símbolo, podemos perceber que o poder é o elo principal, o ponto que amarra a economia aos valores. A este poder estão ligados diretamente a religião e a agricultura. Mas não se tratava de

sugerir um Estado confessional e latifundiário. Pelo contrário, o símbolo era a proposta em prol de um Estado aberto às religiões (tolerância) e que se modernizasse (arado). Numa leitura da esquerda para direita, teríamos o seguinte caminhar para o progresso:

Indústria ⇔ Transporte ⇔ Modernização ⇔ **Poder** ⇔ Respeito ⇔ Disciplina ⇔ Ética

O progresso seria alcançado, independentemente da presença do monarca. Aliás, a monarquia configurava-se cada vez mais, na opinião dos redatores do jornal “O Artista”, como um obstáculo. Fernando Luiz Ferreira, em carta ao filho (ver anexo D), enviava um artigo cujo título era Clero, Nobreza e Povo, que dizia:

Sob o predomínio do Clero, estabeleceu-se um enxame de Tartufos<sup>8</sup>, que tudo invadirão como verdadeiros demônios familiares, que por suas infernaes intrigas tudo avassalarão e converterão, pelo terror, a fé em hypocrisia. Chegando a oppressão deste poder insaciável até ao próprio rei, conheceu este, que dos seus mais predilectos defensores lhe vinha o mal que receava do povo. Foi natural, que d’ahi em diante, se firmasse mais na Nobreza que no Clero, já que a infelicidade dos príncipes quer que elles só tenham olhos revessos para o povo. Pobre povo, que nada mais pede que igualdade perante a lei, para todos, mesmo para o nobre, para o padre, e até para o rei. Dominando a Nobreza, reinou o filhotismo escandaloso, cada nobre tornou-se um flagello do povo, os privilégios abusivos multiplicarão-se cada dia, e quem não tinha do rei um titulo de nobreza a nada tinha direitos. (Carta de Fernando Luiz Ferreira, em 1871, p. 122)

Em outro artigo, o pai de Miguel escreve que, ao ter se formado na Escola Militar do Rio de Janeiro e regressado ao Maranhão, em 1835, foi eleito deputado, tendo servido durante cinco anos. Entre as ações que realizou, durante o período em que foi deputado, uma, em especial, permitiu o aumento a todos os sacerdotes empregados na Catedral. No entanto, três décadas após essa medida, Fernando Luiz Ferreira sentiu-se perseguido pela Igreja Católica, principalmente pelo padre João Evangelista de Carvalho que, naquele período, ocupava o cargo de deputado no Maranhão.

Estava porem reservado a um sacerdote, que 33 annos depois, occupando a mesma cadeira, fulminasse contra mim: 1º um imposto especial, e que só a mim se refere, sem exame, sem critério, e sem o menor vislumbre de interesse para o thesouro; 2º, a extincção da repartição de Obras Publicas, de forma tal que só eu fui excluído, porque os outros empregados dessa repartição forão pelo mesmo acto aposentados, com augmentos de ordenados. [...] Não posso resistir a tentação de perguntar ao Sr. Padre Carvalho porque, na qualidade de deputado não pedio ao governo informações sobre o palácio episcopal, que não está a cargo dos engenheiros do Governo, e alguns contos de reis tem custado ao Thesouro. Quem é o administrador das Obras

---

<sup>8</sup> Tartufo é o personagem da comédia homônima de Molière, *Le Tartuffe*, cujo caráter na peça é a de um homem hipócrita, devoto falso.

publicas ecclesiasticas? Acha bem o Sr. Padre Carvalho, que retrocedamos para o tempo em que a Igreja era um *Estado no Estado*? (FERREIRA, 1868, p. 1-2)

Assim como pudemos perceber nos dois artigos, o emblema do jornal “O Artista” revela o objetivo dos seus redatores: instituir o Estado burocrático (WEBER, 1999, p. 142) que se caracterizaria pela impessoalidade das ações do governo, não mais pelo favorecimento pessoal sujeito ao humor de quem exerce o poder. Talvez, por isso, a forma da disposição dos elos na horizontal. Era necessário desse modo uma ampla transformação, que passaria pelo Estado, pela religião, pela economia... .

Entre os desdobramentos desse processo, teríamos a regeneração da sociedade maranhense, não necessariamente pela educação em si mesma, como sugere Paulo B. Rivera, ao afirmar que Miguel Vieira Ferreira assimilou como tantos outros maranhenses “o ideal de regeneração por meio da educação, nas primeiras décadas do século XIX”, vindas das Europa (RIVERA, 2004, p.180). O projeto educacional proposto por Miguel voltava-se para educar ao trabalho.

No Brazil não há liberdade, há licença; não há independência real. Os espíritos vivem debaixo do jugo de idéas estrangeiras, não há pensamentos propriamente nacionaes. Em tudo e por tudo em nosso paiz se espera a iniciativa de outrem, e para que assim deixe de acontecer é preciso que se melhore a educação do povo, e que se dê um forte impulso as artes e á indústria (FERREIRA, 1868, p. 2).

Não sabemos a que jugo de idéas estrangeiras Miguel Vieira Ferreira se referia, uma vez que ele próprio era profundo conhecedor de autores estrangeiros, ainda que universais, tais como Maquiavel, Benjamin Franklin, entre outros, e não os rejeitava. Entretanto, podemos afirmar que ele se opunha claramente a alguns estrangeiros que vinham ao Brasil, considerados por ele como charlatões.

Si os estrangeiros que vem ao Brazil fossem os mais hábeis da Europa, elles trarião consigo o progresso; mas, infelizmente para nós, o homem de recursos, aquelle a quem não falta ao trabalho e rendimentos correspondentes em seu paiz, não abandona a sua pátria: de sorte que, em geral, vem ao Brazil somente os charlatões, os que na Europa não podem obter nem se quer um lugar de conductor de obras. (FERREIRA, 1866, p. 74)

Miguel chamava a atenção para a construção de uma intelectualidade nacional que formasse discípulos, a exemplo do que ocorria no exterior:

Um hábil engenheiro brasileiro é um nacional que, além do amor á glória e ao seu credito, se interessa pela prosperidade do Estado, porque a pátria é a mãe commum de todos os conterrâneos. [...] Ora, si tal é a marcha do espírito humano, si todos ambicionam um nome que passe a posteridade; porque o brasileiro estudioso, inteligente e instruído, não terá as mesmas ambições, nobres e muito nobres em si mesmo? Porque um distincto engenheiro brasileiro não quererá ter em roda de si um circulo de discípulos inteligentes que os acompanhem em seus trabalhos; que admirem o seu saber; que fação imprimir suas obras como Navier as de Gauthey? (FERREIRA, 1866, p. 75)

Não descartamos a possibilidade de que essa desconfiança sobre o imigrante fosse em razão de ele ter sido preterido no exame, para ocupar o cargo de professor da Escola da Marinha, em favor de um francês naturalizado brasileiro, como já visto anteriormente. E, também, pelo fato de que o governo maranhense preferia contratar os serviços de engenheiros ingleses e franceses aos da própria província.

Era necessário, portanto, educar o povo, mas para o trabalho. O pai de Miguel já havia dado mostras dessa necessidade do ensino das classes menos abastadas da sociedade, quando foi professor dos Educandos Artífices e quando aceitou o cargo de Diretor da Escola Prática de Aprendizes Agrícolas, em 1864 (ver anexo E, p. 126). Segundo César Marques (1970, p. 260), Fernando Luiz Ferreira serviu por pouco tempo nessa escola, pois a mesma foi logo extinta.

Weber (2004) afirmava que havia uma diferença flagrante na educação, proporcionada entre pais católicos e pais protestantes, na região de Baden e Baviera. Analisando a espécie de ensino a que estavam submetidos católicos e protestantes, Weber salientava que a porcentagem dos alunos católicos, advindos do ensino superior ou de estabelecimento modernos voltados para estudos técnicos e profissões comerciais e industriais (*Realgymnasien*), era bem inferior à dos estudantes protestantes, e que a preferência dos estudantes católicos voltava-se para os *Gymnasien* humanísticos.

Noutras palavras, os camaradas artesãos católicos mostram uma tendência mais acentuada a permanecer no artesanato tornando-se, portanto, *mestres* artesãos com frequência relativamente maior, ao passo que os protestantes afluem em medida relativamente maior para as fábricas para aí ocupar os escalões superiores do operariado qualificado e dos postos administrativos. (WEBER, 2004, p. 33).

Weber demonstra que essa causalidade não se dava de forma mecânica, mas mantém relação com a peculiaridade espiritual inculcada pela educação, pela atmosfera religiosa em que o estudante encontrava-se inserido e que, em certa medida, mas não regra-geral, determinava a escolha da profissão ou o destino profissional desse estudante.

Miguel Vieira Ferreira, consciente ou não dessa peculiaridade, desmerece ou no mínimo coloca num plano inferior o estudo voltado à formação humanística. Na sua proposta de promover o progresso material auxiliando o intelectual, elogiou a atitude da assembleia provincial em aprovar o financiamento de quatro maranhenses na Europa para estudarem em *cursos especiais de agricultura*.

No entanto, criticou o financiamento dos estudos de pintura dado ao estudante, Franco de Sá. Sua inconformação ganhou maior peso pelo fato de seu irmão, Joaquim, não ter tido a mesma oportunidade, muito embora aos olhos de Miguel V. Ferreira o estudo pretendido por seu irmão viesse a colaborar para o desenvolvimento da província, pois se tratava de aprender *obras hidráulicas*. Assim ele se referiu à questão:

Não bastaria que o Maranhão tivesse mandado esses dous para estudar pintura? Será por ventura esse ramo de tão grande alcance? Concorrerá tão directamente para o nosso progresso como as artes mecânicas e a agricultura? Estou certo que não e tenho convicção que não serei objectado. [...] Se houvesse uma certeza de que no candidato poderia estar um Raphael um Corregio, bem; [...] e, se o candidato não é gênio, a província pouco mais avança. [...] Em 1865, meu mano, o engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, requereu que a província o mandasse á Europa estudar obras hydraulicas e apresentou suas condições. [...] o facto é que o projecto cahiu, e logo depois propoz-se e approvou-se o de mandar um moço (o Sr. Franco de Sá)<sup>9</sup> estudar pintura. (FERREIRA, 1866, p. 70-71).

Como percebemos, não se tratava da aplicação em qualquer tipo de trabalho que garantiria o desenvolvimento da província do Maranhão. Para Miguel, seria um trabalho específico, menos contemplativo (pintura) ou retórico (política, direito...) e muito mais pragmático (engenharia, agricultura...). Por isso esse trabalho tem uma significação cultural, uma *ética* que o permeia e que, ao nosso ver, se aproxima de um *ethos*

---

<sup>9</sup> Trata-se de Francisco Peixoto Franco de Sá que recebeu para esse fim um conto de réis, anualmente, por um período de três anos. A Lei n.º 769 de 27 de junho de 1866, assinada pelo presidente da Província, Lafayette Rodrigues Pereira, autorizava este pagamento.



protestante específico. Qual seja, o ascetismo voltado para o trabalho, enquanto dever, tal qual o ideal calvinista puritano norte-americano.

Miguel Vieira Ferreira, em um de seus artigos, preocupou-se em enfatizar o final de um tempo; um tempo em que as idéias precisariam ser reformuladas para que as pessoas não se deixassem estragar pela rotina. Esse tempo paradigmático seria caracterizado pelo trabalho, uma vez que “acreditava-se que o Brasileiro não precisava trabalhar para viver, mas é um erro — o trabalho é uma fonte de riqueza é um de seus elementos” (FERREIRA, 1868, p. 2).

Sendo assim, Miguel volta-se para outros países, buscando um exemplo que venha a ratificar seu pensamento que, nesse contexto, resumia-se ao combate à ociosidade e à preguiça. O exemplo escolhido por ele foi os Estados Unidos da América, no intuito de comprovar que um país consegue alcançar o pleno progresso quando se aplica ao trabalho regular.

Nos Estados-Unidos, instituições tão nobres e livres como as nossas, fazem com que um simples creado seja um homem que se presa; elle não quer a menor mancha porque ficará extremamente desfigurado se algum dia melhorar de posição ou assumir as rédeas do poder. Todo o cidadão sabe que tem direitos, que pode ser tudo no seu paiz como o attesta o exemplo de Benjamin Franklin, que de aprendiz n'uma fábrica de fazer velas, passou a typographo; ahi adquiriu instrucção e tornou-se economista notável redigindo um jornal popular; depois lhe foi conferido o gráo [sic] de sábio pelas suas brilhantes descobertas sobre sciencias phisicas [...]. Foi a pedra angular da independência dos Estados-Unidos, foi um ancião tão venerado que, por sua morte seu paiz, por um acto espontâneo do governo, cobriu-se de lucto por 2 mezes. [...] Todos os Americanos sabem disso; todos começam sua vida já aspirando um logar de chefe de industria, já o nome de creador de uma instituição de credito, ou um logar nas posições mais eminentes do poder. [...] Assim é que desejamos ver o espírito público do Brasil. (FERREIRA, 1868, p. 3)

Entre outras coisas, observamos nesse artigo uma identificação que o Miguel V. Ferreira tenta fazer entre sua vida e a de Benjamin Franklin. Este último foi em busca de instrução (Miguel foi para a Escola Militar), tornou-se economista (Miguel, engenheiro), redator de jornal (Miguel, também), reconhecido como

sábio (Miguel, como doutor) por suas descobertas no campo da física (Miguel, pela suas descobertas nas matemáticas).

Franklin passou a ser uma referência para Miguel Vieira Ferreira. Em seus artigos ele destacava o presidente dos Estados Unidos como um verdadeiro “artista”, permitindo que a indústria prosperasse em seu país. Destacava a maneira como Franklin entendia a organização do trabalho, a ponto de considerar o tempo um elemento extremamente importante nessa organização.

Por ventura Franklin não foi um artista? Aprendiz n’uma fabrica de velas de sebo, e depois typographo? Por ventura os Estados Unidos se degradarão quando elevarão-o as primeiras posições da republica? (FERREIRA, 1868, p. 1)

Um dos cidadãos mais celebre da Republica dos Estados Unidos, um sábio conselheiro do povo, cujo nome não vos é conhecido, Franklin, recommendava economisar o tempo; *é*, dizia elle, *a fazenda de que se faz a vida*. O repouso em dia fixo é o melhor meio de economisar o tempo de cada um e o tempo de todo o mundo. [...] A celebração dos domingos e dias de festa pode aliás, no actual estado de nosso direito publico, tornar-se objecto de uma prescrição legal? Segundo meu humilde pensar a obrigação deve provir dos costumes muito mais que das leis (FERREIRA, 1869, p. 2).

Weber (2004), ao escrever sobre aspectos do espírito do capitalismo, ressalta traços característicos desse espírito nas sentenças de Benjamin Franklin, as quais se tornariam quase que uma *profissão de fé* norte-americana, impregnada de elementos culturais, formadores de uma ética peculiar, expressão de um *ethos* que definiria uma conduta de vida, nunca uma técnica.

Lembra-te que *tempo é dinheiro*; aquele que com seu trabalho pode ganhar dez xilins ao dia e vagabundeia metade do dia, ou fica deitado em seu quarto, não deve, mesmo que gaste apenas seis pence para se divertir, contabilizar só essa despesa; na verdade gastou, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais. Lembra-te que *crédito é dinheiro* [...]. Lembra-te que o dinheiro é *procriador por natureza e fértil*. O dinheiro pode gerar dinheiro, e seus rebentos podem gerar ainda mais, e assim por diante [...]. Lembra-te que — como diz o ditado — um *bom pagador é senhor da bolsa alheia* [...]. (FRANKLIN apud WEBER, 2004, p. 42-44)

Para Weber, as advertências morais de Franklin têm um cunho utilitarista: “honestidade é útil porque traz crédito”, assim como outras virtudes que somente se tornam tais à medida que forem úteis ao indivíduo. Essa utilidade da virtude é atribuída por Franklin como uma revelação de Deus (WEBER, 2004, p. 46). Para Weber, este é o aspecto singular que caracterizaria a *profissão como dever*.

Insistimos na visão de Miguel sobre o trabalho como um cumprimento de um dever, que também é religioso, orientado para a transformação da sociedade. Para ele, a organização do trabalho e a necessidade de

deixar a ociosidade não eram assuntos compreendidos por todos. Por isso, os “espíritos superiores”, encaminhariam o povo, seriam seus guias, pois somente estes eram os *eleitos* da verdade revelada:

Os espíritos superiores, sem saber como, vêem um lampejo, uma luz fugitiva que os guia a passos firmes para as descobertas e para os melhoramentos, como essa estrella fulgurante de que falla a *Escriptura*, conduziu, ao berço de Jesus-Christo recém-nascido, esses *Reis magos*, symbolo da sabedoria do tempo em que viverão. [...] A luz celeste, essa cuja scintilha desce á cabeça humana para guial-a na vida e no conhecimento de toda a natureza physica, moral ou intellectual, é difficil de ser comprehendida. Assim como a eternidade depois da morte é adquirida difficilmente pelos eleitos de Senhor, assim a immortalidade social ou terrestre não pode por todos ser adquirida: é cousa tão difficil que nem se quer é dado a todos o comprehendel-a (FERREIRA, 1868, p. 3).

Percebemos nesse artigo expressões muito características do calvinismo puritano norte-americano, quais sejam: eleitos do Senhor, a imortalidade não pode ser adquirida por todos. Em alguns artigos ocorrem explicações impregnadas de sentido religioso principalmente quando trata da *verdade*.

Aos creadores das sciencia, aos descobridores de verdades novas, verdadeiros motores do progresso e da civilização dos povos, se atribue um *acaso* que os protege. [...] Foi o *acaso* quem fez cahir um pomo quando Newton reflectia debaixo de uma arvore [...]. Foi o *acaso*, dizem os homens medíocres; — sim, respondeu um gênio, foi o *acaso* ... mas é que esses *acazos* não se apresentam a todos (FERREIRA, 1868, p. 3).

A definição de *verdade* encerrava em si elementos que convergiam para a garantia do progresso, desenvolvimento científico e tecnológico. O *acaso* era mostrado como um Ser abstrato e não como acontecimento fortuito, imprevisto dado pela casualidade. O *acaso*, para Miguel, protegia seus eleitos e só a eles se apresentava.

Sendo assim, somos contrários, nesse ponto, à visão de Rivera (2004), ao afirmar que a religião não tinha nenhum atrativo para Fernando Luiz Ferreira e, conseqüentemente, para seus filhos, por conta dos castigos religiosos empregados pelos professores, quando o mesmo tinha 5 anos de idade. Segundo este autor:

[...] essas experiências da infância fizeram com que a religião não tivesse nenhum atrativo para Fernando Luiz Ferreira e, em decorrência da formação passada para os filhos, também não para Miguel Vieira Ferreira. Que o redator de *O Artista* era muito pouco ligado à religião se confirma pela total ausência desses assuntos no jornal. (RIVERA, 2004, p. 191)

O assunto interessava tanto a Miguel, quanto a seu pai. Há vários trechos no jornal “O Artista” em que essa preocupação se demonstra, como bem percebemos até aqui. Havia artigos dedicados exclusivamente ao

assunto e outros que, de forma implícita, demonstravam o pensamento destes intelectuais, impregnado de preocupação religiosa como, por exemplo, os seguintes trechos:

O trabalho... palavra sublime [...] que a Escripura definiu alegoricamente, mostrando que do peccado original, ou da multiplicidade de homens, vinha a imperiosa necessidade de augmentar os produtos da natureza [...]. Do peccado original dimana que o homem viverá com o suor do seu rosto [...]. (FERREIRA, 1868, p. 2).

A glória está no futuro, luctae no presente que podereis alcançal-a pelos vossos esforços; aplanae o terreno e outros lhe metterão o arado, se por infelicidade não poderdes arar vós mesmos. Fazei até onde vos permittirem as vossas forças, e outros completarão o vosso trabalho; mas se elles colhem mais fructos materiaes, lembrae-vos que a vós pertence a glória immorredoura, mereceis uma honrosa menção nas páginas de nossa história [...] (FERREIRA, 1868, p. 3).

[...] Para illudir o povo, comprar-lhe os votos, desmoralisal-o, *conduzil-o por um cabresto*, é necessário que esse povo ande de olhos fechados; é porisso que o egoísmo sacrifica no seu altar aquelles que querem abrir os olhos ao público, clarea-lhe as idéas, dar-lhe capital moral [...] Elles desejão que o povo fique nas trevas para inverter os papeis sem que este o saiba, para fazer-lhe crer que o povo nada vale [...].(FERREIRA, 12.04.1868, p. 2).

Além disto, Fernando Luiz Ferreira realizou algumas anotações, discutindo diversos assuntos, cujo tema central era a religiosidade como, por exemplo, a respeito da materialidade da alma, em que transcreve trechos de um trabalho de Voltaire (ver anexo F, p.127), ou sobre a faculdade da alma em conceber idéias, onde deixa transparecer seu ceticismo quanto a possibilidade de se atingir a cura por meio da fé (ver anexo G, p. 131).

Nos dois textos acima citados, e em anexo, notamos que intelectuais, como por exemplo Fernando Luiz Ferreira, assimilaram o pensamento positivo, refutaram em parte a teologia católica, mas não se tornaram incrédulos. Continuaram a conceber a existência de Deus.

A ação social<sup>10</sup> que fugisse à lógica, racionalizada por estes intelectuais, era vista como *anormal*, posto que tais ações transgrediam a ordem, como lhe pareceu o êxtase religioso do padre na Bahia que acabou, segundo o pai de Miguel, numa rusga levada a cabo por escravos nagôs, em 1853.

É para imitar a vocação de S<sup>to</sup>. Agostinho tão vivamente expressa nesta passagem, que os frades impostores, affectão extasis, e conversações com os santos em publico junto aos altares, como vi dous na Bahia em 1853. Um era muito velho, de cabeça toda branca; estava em extasis ajoelhado no primeiro degrao do altar mor. Ao mesmo tempo em que o velho estava no seu pretendido extasis, o moço conversava como consigo; e bem longe da vocação de S<sup>to</sup>. Agostinho os seus discursos erão subversivos dos escravos contra os senhores. E o auditório era todo de escravos; o único branco, que alli si achava era eu, que vindo de viagem do Rio para Maranhão, tocando na Bahia, quis ver um grande templo que achei aberto, entrei, vi esta scena, e pouco me demorei, retirei-me indignado. Chegando a Maranhão, tive noticia poucos mezes depois, que tinha havido uma rusga que foi intitulada – dos Nagôs –. (Carta de Fernando Luiz Ferreira, sem data., p. 131).

Durante seu primeiro ano (1868) o jornal teve boa aceitação no Maranhão, principalmente pela classe denominada de “artista”. Houve manifestações de apoio a Miguel Vieira Ferreira, sobretudo pela sua proposta de criação do Banco Industrial. Em maio de 1868, uma carta assinada por 99 artistas da província do Maranhão foi publicada no jornal. Dela transcrevemos o seguinte trecho:

Os abaixo assignados; artistas residentes neste cidade vem por meio desta, manifestar a gratidão de que se achão possuídos para com o Illm. Sr. Dr. Miguel Vieira Ferreira, pela brilhante e luminosa preleção feita no dia 22 do mez passado no Theatro — S. Luiz — visto que as idéas ali emittidas são altamente favoráveis á classe dos artistas. [...] Com effeito, a grandiosa idéa da creação de um Banco Industrial nas condições em que se acha concebido no n.º 8 do Jornal Artista — trará ás nossas artes innumeradas vantagens, e aos artistas, alem de muitas outras, uma garantia para o seu futuro e para o de seus filhos (FERREIRA, 1868, p. 3).

Ao final de 1868 e início de 1869, o jornal se mostrava cada vez mais insatisfeito com a política que se fazia na província e com a inércia do Império em promover o desenvolvimento do país. As críticas à Monarquia, à Igreja Católica e ao modo de produção escravista se tornaram cada vez mais acentuadas.

Em seu primeiro número, do 2º ano de publicação, Miguel Vieira Ferreira chama a atenção do público a respeito das assinaturas que não estavam sendo suficientes para cobrir as despesas do jornal e, sendo

---

<sup>10</sup> Utilizo o conceito de ação social empregado por Weber (1999, p. 3), o qual afirma que “ação social significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros,

assim, “não poderíamos continuar quando o sacrifício fosse além das nossas forças” (FERREIRA, 1869, p. 1). Com apenas 13 números publicados no ano de 1869, “O Artista” chega ao fim, em julho do mesmo ano, lamentando o estado de barbárie em que supunha estar o Brasil.

Pouco tempo depois, em 1870, Miguel Vieira Ferreira viajava para o Rio de Janeiro, às expensas do irmão mais novo, Joaquim, e lá manteria contato com alguns liberais tais como os jornalistas Francisco Rangel Pestana e Henrique Limpo de Abreu. Esse encontro teve vários desdobramentos, entre os quais, a fundação do Clube Republicano e a folha A República.

#### 1.4 Centros, reis e carisma

Quando Miguel Vieira Ferreira foi pela primeira vez ao Rio de Janeiro, em 1855, o objetivo era a conclusão de seus estudos superiores, a carreira militar. Nesta segunda viagem à Corte (1870), a procura de uma nova vida, longe das crises financeiras que assolavam o Maranhão, bem como a busca para a cura do beribéri, que o havia acometido, eram os principais objetivos dessa viagem.

Joaquim Vieira Ferreira, que estava em Sabará/MG em 1870 (ver anexo H), demonstrava preocupação quanto à crise financeira vivida por sua família no Maranhão e, principalmente, pelo estado de saúde de seu irmão, Miguel.

Dêem mais um exemplo de grandeza d’alma e não sucumbão ao revez porque ora paixão. Não sei para o que presto, mas não se esqueção do seu 3º filho. [...] Si Vm.<sup>ces</sup> vierem para o Rio, eu lhes ajudarei a viver, por quanto não devo a ninguém e meu ordenado dá para o meu pão e o de Vm.<sup>ces</sup>. Reanimem o Miguel, e lhe digão que o Joaquim é bom filho, bom irmão e é trabalhador. [...] Se Miguel já não existir, não desanimem ainda, eu garanto a sua decrepitude, a educação dos filhos delle e a subsistência de minha Mana. Se elle ainda viver, digão-lhe que o Joaquim paga as dividas delle. É questão de tempo (Carta de Joaquim Vieira Ferreira, 1870, p. 133).

Assim seu pai descreveu o início desta viagem e em que condições ela se deu (ver anexo H):

Miguel embarcou no Tocantins para o Rio de Janeiro, com a família, na tarde do dia 2 de

Agosto de 1870, e o vapor só partiu no dia 3, às 10h da manhã. Foi auxiliado, para poder fazer esta viagem, por Luiz, que lhe mandou no primeiro vapor de julho 400\$, e no segundo outros 400\$ (Carta de Joaquim Vieira Ferreira, 1870, p. 134).

Desse modo, Miguel, quando viajou para o Rio de Janeiro, encontrava-se em meio a duas crises: de saúde e financeira. Em face às desesperanças, ele se envolveu primeiramente com a política, assumindo uma

---

orientando-se por este em seu curso”.

atitude claramente contrária à Monarquia. Vieira (1980, p. 153) afirma não saber ao certo quando os irmãos passaram a nutrir idéias republicanas, mas sugere a viagem de Luiz Vieira Ferreira à França como explicação para isto.

Não sabemos o período exato dessa viagem de Luiz V. Ferreira, quanto tempo ela durou e que percepções de fora ele trouxe após esta viagem. O que sabemos é que Miguel escreveu uma carta ao seu irmão Luiz, em outubro de 1866. Esta carta foi utilizada como introdução do seu livro “Reflexões acerca do Progresso Material da Província do Maranhão”. Assim ele iniciou a carta: “Há bastante tempo que te não escrevo, pela incerteza que via de que recebas as minhas cartas, visto como te achas muito afastado d’aqui e n’um paiz estrangeiro” (FERREIRA, 1866, p. 3).

Ora, até aqui, temos percebido que já, desde bastante tempo, a família Vieira Ferreira via a Monarquia como um entrave ao desenvolvimento industrial/econômico do país. A República seria, para eles, a forma de governo que possibilitaria a inauguração de um novo modelo administrativo, conjugado a idéias liberais. Se Luiz Vieira Ferreira trouxe idéias republicanas da França, estas só vieram a se somar às que a família já alimentava há muito tempo.

Ainda, em 1870, ocorreu a reunião do Clube Republicano que contou com a presença de Joaquim Saldanha Marinho, Quintino Bocayuva, Cristiano Benedito Ottoni, Francisco Rangel Pestana, Francisco Leite Bittencourt Sampaio, entre outros. Um número significativo dentre estes signatários do Manifesto Republicano de 3 de dezembro de 1870, estava ou veio a se envolver com o protestantismo.

VIEIRA (1980, p. 261) chama a atenção para os colégios presbiterianos fundados em São Paulo e que atraíam grupos de indivíduos da aristocracia daquela época. Em 1870, em sua casa, George Chamberlaine fundava uma escola que posteriormente passou a funcionar num prédio recebendo o nome oficial de “Escola América” e, depois, em 1890, “Colégio Mackenzie”. Entre os fundadores desta escola estavam os jornalistas Júlio Ribeiro Vaughan, Francisco Rangel Pestana e o poeta maranhense, Teófilo Dias, que também foi professor na mesma escola. Outra instituição educacional de orientação protestante, a Escola Internacional, tinha em seu quadro vários republicanos:

A relação dos que assinaram a petição e o convênio para a fundação desta [em 1871], era composta de pessoas intimamente ligadas ao Partido Republicano: Francisco Quirino dos Santos, redator da *Gazeta de Campinas* (que presidiu a reunião), Coronel Comendador Joaquim Egídio de Souza Aranha (eleito presidente) e João Brás da Silveira Caldeira (eleito secretário). Achavam-se também presentes Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, que mais tarde viria a ser presidente do Brasil, Francisco Glicério de Cerqueira, Francisco Rangel Pestana [...]. (VIEIRA, 1980, p. 262)

Como bem observou Mendonça (e VELASQUES, 2002, p. 74) “a empresa missionária protestante no Brasil se dividiu em dois segmentos distantes e até antagônicos: a educação se dirigiu à elite, e a evangelização à massa pobre”. Léonard (1950) discorre a respeito da adesão dos *ilustres* ao protestantismo os quais eram membros advindos da aristocracia brasileira, em sua maioria ricos e com formação superior (médicos, advogados e engenheiros).

A adesão ao protestantismo de membros relativamente numerosos da aristocracia brasileira, nos últimos trinta anos do século XIX, é um acontecimento a tal ponto surpreendente, à primeira vista, que merece ser estudado minuciosamente. [...] O engenheiro Miguel Vieira Ferreira, um dos adeptos da igreja do Rio e que promoveu a organização da Igreja Evangélica Brasileira, pertencia à mais alta sociedade do Maranhão. Estas duas famílias [Carneiro Leão e Vieira Ferreira], ou alguns de seus membros ao menos, vieram, em 1878 aumentar o rol da Igreja Presbiteriana de São Paulo. (LÉONARD, 1950, p. 95).

Em 1871, Miguel Vieira Ferreira iniciou um ciclo de conferências econômico-políticas (ver anexo I), como ele próprio denominava, no Rio de Janeiro. As palestras reuniam, em salas alugadas, curiosos, pessoas simpatizantes do liberalismo, republicanos e anti-católicos. A primeira delas foi realizada no “Teatro Gymnasio” e abordou vários temas, ressaltando, principalmente, a importância da mudança de governo.

Segundo Miguel, era necessária a instauração da República, para que ocorresse o progresso do país, a exemplo dos Estados Unidos. O regime monárquico, para ele, era incompatível com a liberdade. Esta só poderia ser encontrada numa república federativa. A liberdade pretendida por Miguel encontrava-se submetida ao plano liberal, em que o Estado deveria intervir o mínimo possível, inclusive no que dissesse respeito à educação.

O discurso de Miguel sintetiza principalmente três elementos: o religioso, o econômico e o político. Dessa síntese, percebemos o modo como se deram re-apropriações e re-elaborações desses elementos, a partir de uma visão pessoal, impregnada de aspectos culturais que lhe eram próprios. Sua formação acadêmica ajudou a compreender a organização da sociedade por meio de um sistema que lhe parecia muito bem definido, exato e positivo.



Assim como um corpo compõe-se de átomos e as funções do todo dependem de suas partes, assim o que chamamos sociedade é um composto de indivíduos cujas funções dão um resultado as funções de corpo social. No estudo das sciencias phisicas não se pode abstrahir da consideração de força e movimento e a sciencia que especialmente se ocupa desta parte é a mechanica. A mechanica da sociedade, senhores, é, a meu ver, a economia política. O corpo social tem um movimento cuja direcção e intensidade são resultantes de força individual, e a economia política estuda o homem em sua força própria, estuda a sociedade, como um composto de homens (Discurso de Miguel Vieira Ferreira, 1871, p. 140).

Percebemos, na explicação anterior, impregnações do pensamento positivista, pautado na busca pela exatidão e sistematização dos diversos fenômenos. A Física Social era o modelo interpretativo de que Miguel se utilizava para compreender a sociedade. Daí os termos *direção*, *intensidade*, *resultante* e *força*, como categorias tomadas da física para explicar fenômenos sociais. O exemplo anterior demonstra como Miguel racionalizava seu pensamento e o quanto estava impregnado pelo cientificismo positivista da época.

Sua visão de mundo era dual. O mundo era real e se compunha de fatos, objetos materiais. Dentro dessa lógica algébrica, as ações humanas seriam explicadas por meio do *dado natural*, biologizado. Daí que é recorrente em seu discurso expressões como, por exemplo: “o fruto não pode nascer na raiz”, “líquidos heterogêneos não se misturam”, “pelas leis da natureza, todo homem tem direito a viver”, “o fruto do trabalho deve ser para quem o efetua”, “preguiça e ignorância... é preciso exterminá-las do solo brasileiro”, “o parto da sabedoria é doloroso”, entre outras.

Naturalizando-se o discurso positivista, pretendia-se demonstrar que a ordem social estava submetida a uma lei maior, quais sejam, as da natureza. O que viesse a contrapor-se à ordem lógica, arbitrariamente construída, viria a ser um “desordeiro”, um obstáculo/entrave para que a sociedade caminhasse em seu “rumo natural” para o qual foi criada. As analogias que observamos, na conferência de Miguel Vieira Ferreira, tendem a criar espaços fronteiros entre ordem/caos, natural/artificial, bem/mal, de modo a levar cada indivíduo, presente à conferência, a decidir-se por um ou outro lado. Daí que ele enfaticamente sugere Jesus Cristo como “pai de todas as repúblicas federativas”. Ou se está do lado do pai ou contra o pai!

A conferência trazia ainda aspectos bíblicos que Miguel Vieira Ferreira utilizava, como exemplo, para suas explicações. Para ele, os liberais deveriam “cortar o mal pela raiz”, como fez o “cego da Escritura”, isto é, acabar de vez com a Monarquia. A economia política ensinaria o homem a “criar recursos”, permitindo-o “gozar a vida, satisfazer suas necessidades”, conforme preceitua a Bíblia. Aliás, Miguel afirmava terem sido os puritanos da Inglaterra — por meio da “leitura e releitura dos evangelhos” — os fundadores do “governo mais sábio sobre a terra, o dos Estados Unidos”.

Através desse discurso alquimista, ele pretendia uma série de transformações que perpassavam pela política, economia e religião: a forma de governo seria Republicana; o liberalismo seria o modelo econômico que permitiria a descentralização do Estado; e, implicitamente, o protestantismo (puritano de matriz norte-americana) seria o modelo religioso a ser seguido. Substituindo-se, então, a “máquina enferrujada” e todos os elementos, em sua órbita, seria para Miguel o alcance pleno do desenvolvimento brasileiro.

Vejamos que há três aspectos importantes que circundam o local da fala de Miguel Vieira Ferreira: primeiro, ele estava no Rio de Janeiro, sede do governo imperial, centro do poder que administrava o país; segundo, a partir de 1870, as manifestações em prol da República se tornaram cada vez mais intensas e sistemáticas, obtendo apoio de vários intelectuais e políticos na Corte (Manifesto Republicano); terceiro, em 1871 o frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira foi nomeado bispo de Olinda, tomando posição contrária aos maçons, protestantes, liberais e republicanos, culminando na Questão Religiosa<sup>11</sup>.

Portanto, consideramos que Miguel Vieira Ferreira encontrava-se em um centro efervescente de idéias, conflitos e interesses que permitiram que figuras carismáticas, a exemplo de Miguel, fossem estruturadas e estruturantes desses centros ativos da ordem social. O fato de estar na Corte, no período de transição da Monarquia para a República, de movimentos em prol do abolicionismo e de profunda crise na Igreja Católica, cooperou para que a fala de Miguel encontrasse em meio a toda essa complexidade de ações, um local privilegiado. Foi a partir desse local, construído socialmente, que Miguel passou a ser reconhecido por seu carisma. Segundo Geertz:

Esta proposição de que a origem do carisma relaciona-se a um ponto central privilegiado tem uma série de implicações. A primeira delas é que figuras carismáticas podem surgir em qualquer parte da vida social — tanto na ciência ou na arte, como na religião ou na política —, desde que esta área esteja em evidência, e, por esta

---

<sup>11</sup> A questão religiosa foi um conflito entre a Igreja Católica e a maçonaria, gerando atrito entre os bispos e a Coroa, notadamente maçônica. Ela teve fim com a prisão de Dom Vital, o qual foi levado a julgamento no Rio de Janeiro, em 1874 e sentenciado a quatro anos de trabalhos forçados (VIEIRA, 1980).

razão, pareça imprescindível à sociedade. A segunda é que o carisma não aparece sob formas extravagantes ou em momentos passageiros, mas, ao contrário, é, ainda que inflamável, um aspecto permanente da vida social, que, ocasionalmente, explode em chamas. (GEERTZ, 1997, p. 184).

Se em dado momento esse carisma exercido por Miguel cumpre uma função político-ideológica, isto é, tenciona a transformação do Estado a partir de um novo regime de governo, adiante ele se revela como um dom, algo sagrado, concebido por Deus diretamente a ele a fim de que houvesse não só a transformação do Estado, mas também dos indivíduos que compõem esse Estado.

No próximo capítulo, investigaremos como se deu o processo que culminou com a entrada de Miguel Vieira Ferreira para a Igreja Presbiteriana e, logo depois, a sua saída para a fundação da Igreja Evangélica Brasileira. Analisaremos os usos do seu carisma e a maneira pela qual passa a ser reconhecido como portador da verdade revelada por Deus. Pretendemos, ainda, discorrer a respeito do poder exercido por Miguel e de onde provém a legitimidade desse exercício.

## **CAPÍTULO 2**

### **DE DOUTOR A PASTOR: FACES DO LÍDER CARISMÁTICO**

No realista, a fé não é consequência do milagre, mas o milagre é consequência da fé.  
Dostoievski, *Os Irmãos Karamazov*.

Para a sociologia weberiana, os acontecimentos que integram o social têm origem nos indivíduos. A meta do cientista é compreender os nexos causais que dão sentido à ação social. Embora os acontecimentos sociais possam ser quantificáveis, a análise do social sempre envolve uma questão de subjetividade. Weber (1999) destaca que a ação é um comportamento humano dotado de sentido. A interpretação do sentido de uma ação ou a razão, pela qual ela se manifesta, é objeto a ser investigado pelo pesquisador, de maneira que ele possa enxergar as conexões de sentido, ou seja, os motivos que possibilitam determinado comportamento.

Sendo assim, este capítulo pretende analisar as ações de Miguel Vieira Ferreira, tendo em vista identificar os elementos que cooperaram para seu ingresso na Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro e, depois, o rompimento com a mesma instituição eclesial, para fundar a Igreja Evangélica Brasileira. Dialogaremos ao longo desse capítulo com Émile Léonard e David G. Vieira, pelo fato de os dois autores descreverem a conversão de Miguel ao protestantismo, bem como seus conflitos com a Igreja Presbiteriana. Para discutir o processo de como se deu essa conversão e os aspectos que envolvem os sentidos do carisma e do poder na Igreja Evangélica Brasileira, utilizaremos como instrumentais teóricos Weber (1999), Bourdieu (1998 e 1999), Geertz (1997) e Ioan Lewis (1999).

## 2.1 O Chamado

Até 1873, Miguel Vieira Ferreira não havia frequentado qualquer igreja protestante, apesar da existência de pelo menos duas igrejas consolidadas no Rio de Janeiro: a Igreja Evangélica Fluminense, fundada pelo médico escocês Robert Kalley, e a Igreja Presbiteriana que, ao final de 1867, ficou sob a direção do pastor norte-americano Alexander Blackford<sup>12</sup>.

Vieira (1980) relata que a aproximação de Miguel com a Igreja Presbiteriana foi um processo precedido por uma busca religiosa, primeiramente entre kardecistas. Mas sabemos até aqui que Miguel tinha

---

<sup>12</sup> Alexander Latimer Blackford (1828-1890) chegou ao Brasil em 25.07.1860. Visitou o Maranhão em 03.07.1875, juntamente com o missionário protestante Jonh Rockwell Smith. Tais visitas culminaram com a

interesse em discutir aspectos da religiosidade no Brasil, sem que isto significasse qualquer busca religiosa pessoal, como menciona Vieira (1980).

Os artigos que publicou no jornal “O Artista” e as conferências que ele proferiu no Rio de Janeiro demonstram, implicitamente, sua identificação com o protestantismo, visto por ele como a religião do progresso.

Assim, o modo como se deu a conversão de Miguel ao protestantismo e sua resposta ao *chamado* de Deus é o ponto nevrálgico de nossa discussão, posto que desencadeia uma série de outras ações, não somente em sua vida, mas também na formação de um protestantismo autóctone, híbrido e diretamente vinculado a elementos culturais brasileiros. Segundo Rivera (2001) a conversão é um dos conceitos tomados à teologia e explorados pelas ciências sociais, mas que, para desenvolver-se como conceito, precisaria ser revisto. Para ele “a conversão é o encontro com o sagrado que transforma radicalmente a vida do convertido” (RIVERA, 2001, p. 230). Portanto, o conceito não pode ser confundido com adesão ou filiação.

Alguns pesquisadores se repetem na afirmação de que Miguel Vieira Ferreira era um racionalista convicto (DUARTE, 1996, p. 168), um campeão do iluminismo (LÉONARD, 1963, p.339) e alienado do cristianismo (VIEIRA, 1980, p. 154). Tais afirmações tentam dividir a vida de Miguel em dois períodos distintos, onde o elemento divisor seria sua conversão. Se antes ele era apresentado como um incrédulo, racionalista, iluminista, após seu encontro com o sagrado, ele passou a ser descrito como um homem de fé, místico e visionário. Embora a aplicação do conceito caracterize que Miguel teve uma mudança de vida radical, não podemos proceder à separação entre o *antes* e o *depois*. Isto é, que ele, após a conversão, tenha eliminado aspectos e impregnações que lhe eram próprios antes de sua

entrada para a Igreja Presbiteriana. Consideramos, que em certa medida, Miguel Vieira Ferreira procedeu à reelaboração de si mesmo.

Sua conversão foi descrita no “The Foreign Missionary of the Presbyterian Church” (ver Anexo J). O reverendo Blackford relatou os momentos que antecederam e sucederam a esse encontro extático de Miguel com a divindade. A análise do pastor presbiteriano demonstra bem a incongruência entre o protestantismo norte-americano — bem como os de origem inglesa, alemã, por exemplo — demasiadamente racionalista, e a *mentalidade religiosa brasileira*.

A 20 deste mez, elle veio ao meu escriptorio, n’um estado estranho e doloroso de excitação mental. Disse-me o que tinha feito, mostrou-me uma porção de escriptos, alguns em palavras intelligiveis e o resto em signaes, traços e rabiscos, que para mim eram outras tantas garatulhas sem sentido, que me disse ter sua mão sido forçada a fazer por um invisível mas irresistível poder; e a maior parte do que, considerava que podia ler e interpretar, e que, como m’o traduziu, era uma extranha mistura de verdade, e o mais extravagante contrasenso, e todavia para elle isto evidentemente tinha toda a força de realidade. Convenci-me logo que em tal caso eram inúteis argumentos e por isso evitei-os (Carta do Rev. Alexander L. Blackford, 1874, p. 155).

A narrativa anterior deixa claro o desconforto que era para Blackford lidar com esse tipo de manifestação religiosa. Principalmente depois de ter realizado um sermão em que ensinava “que a verdadeira religião é uma cousa racional, e não somente suporta, como exige o estrito exame da razão”. Ora, a práxis ético-religiosa entre os puritanos norte-americanos era um conjunto sistemático, um método coerente de condução de vida (WEBER, 2004, p. 107). Daí a racionalização que alguns pastores pretendiam impor sobre as práticas religiosas no Brasil.

Racionalidade não significava, entre esses missionários protestantes, o império da razão em detrimento da subjetividade religiosa, tampouco a ingerência da razão em determinar como práticas religiosas deveriam se manifestar nas igrejas. Racionalidade significou, outrossim, o modo pelo qual teólogos e missionários protestantes — apesar de serem herdeiros do pietismo<sup>13</sup> europeu — normatizaram a “vontade de Deus” e as ações religiosas dos fiéis, dentro de um esquema sistematicamente planejado, com a finalidade de garantir a salvação do crente. Segundo Santos (2004, p. 93), “o universo protestante se reproduz com o sentido de uma fé que se amolda e se propaga através do trabalho, da racionalidade, do pragmatismo e da eficiência”, dispensando a piedade e racionalizando o sobrenatural.

Na tentativa de objetivar e sistematizar as práticas religiosas dos diversos grupos protestantes, as ações religiosas dos fiéis se tornaram legítimas ou ilegítimas (racionais ou irracionais), de acordo com a observação ou não da *norma*. Desse modo o “hábito que fazia o monge”, passou também a criar um *modus vivendi* característico aos protestantes.

Segundo Weber (2004) as virtudes monásticas foram, de certa maneira, o ideal de vida prático do puritanismo norte-americano. A ascese puritana, como a monástica, pretendia educar o fiel, normatizando seu comportamento e sua vida, a partir de princípios de conduta objetivados e, portanto, *racionais*. O método, sistematicamente arquitetado pela virtuosidade monástica, era, para Weber, modelo de condução racional de vida e tinha entre seus objetivos:

---

<sup>13</sup> O pietismo foi um movimento religioso de avivamento ou despertar das igrejas protestantes a partir do século XVII na Europa, tendo se exprimido de formas diversas em outras regiões do mundo como, por exemplo, América e Índia (LATOURETTE, 1977).

Subtrair o homem ao poder dos impulsos irracionais e à dependência em relação ao mundo e à natureza, de sujeitá-lo à supremacia de uma vontade orientada por um plano, de submeter permanentemente suas ações à *auto-inspeção* e à *ponderação* de sua envergadura ética (WEBER, 2004, p. 108).

Entendemos que, ao qualificarmos o que é *racional* e o que é *irracional*, caímos na armadilha de expressar juízos de valor ou, no mínimo, de arbitrar, a partir de um referencial pressuposto, o que *é* e o que *não é*. Portanto, quando o reverendo Blackford falou aos fiéis da Igreja Presbiteriana que a verdadeira religião se expressava de modo racional, trazia à memória toda uma conduta de vida que deveria ser observada e praticada pelos fiéis, a partir de um referencial arbitrado pelo corpo de sacerdotes.

Ora, temos então não apenas a definição da norma a ser seguida pelos fiéis, mas também dos espaços de poder dentro do campo religioso. Assim, Blackford tinha sua autoridade religiosa reafirmada, na medida em que sua palavra tivesse eficácia entre os fiéis de sua Igreja e, para tanto, deveria distinguir claramente o que *era* e o que *não era* “verdadeira religião”. Miguel Vieira Ferreira, ao fazer opção por uma condução de vida racionalmente orientada, estaria reconhecendo a autoridade da fala de Blackford e crendo na legitimidade do poder de suas palavras.

Entretanto, Miguel, quando retornou à Igreja Presbiteriana para assistir ao culto de domingo, teve outra experiência extática, desta vez no interior do templo presbiteriano que, pela forma como foi relatada, transgrediu os espaços de poder socialmente definidos no campo religioso, ao afirmar que a partir daquele instante aceitava a *palavra de Deus*, não pelo esforço intelectual do reverendo Blackford em lhe conduzir à conversão, mas pela revelação direta e pessoal de Deus, sem intermediários e sem sacerdote.



Findo o culto o moço foi encontrado assentado no seu lugar, incapaz de mover as mãos ou os pés, ou de abrir os olhos. O corpo não estava rígido, todavia ficava na posição em que estava ou o collocavam. Continuou assim por cerca de meia hora, durante cujo tempo somente uma vez abriu os olhos, e isso mesmo só por um instante. Todavia, voltando a si, conheceu perfeitamente o que se tinha feito e dito em redor d'elle. Entre suas primeiras palavras estavam: “Agora aceito a Bíblia como verdadeira e inspirada Palavra de Deus e Christo como um divino Salvador, e quero professar a minha fé nesta Igreja Presbyteriana” (Carta do Rev. Alexander L. Blackford, 1874, p. 156).

A narrativa anterior é do próprio Blackford e é interessante a anotação que ele fez das primeiras palavras de Miguel: “agora aceito...”. Sua afirmativa estava submetida à revelação de Deus — a qual se dera durante o encontro extático —, e não por meio do sermão, isto é, da palavra do reverendo Blackford. Consideramos que houve, naquele instante, a descentralização do poder religioso na Igreja Presbiteriana: Deus se revelou não somente ao sacerdote, o reverendo Blackford, mas também ao leigo Miguel Vieira Ferreira, dotado de capital intelectual compatível ao do sacerdote Blackford.

Mas, o que de fato Miguel aceitou não foi apenas a Bíblia como *palavra de Deus* ou Cristo como *divino salvador*. Ele aceitou o chamado de Deus, ou seja, entendeu como desígnio divino o que lhe ocorrera, de tal modo a reconhecer que daquele momento em diante teria uma missão a cumprir. A missão seria dada por Deus, diretamente a ele, através de visões e intimações proféticas, como ressaltou Blackford:

Estas e outras verdades elle firmemente affirmou, no entanto que por muitos dias parecia plenamente persuadido que tinha visões, e recebia instrucções directas divinas ou espirituaes e intimações propheticas. Dous ou três dias depois elle abandonou as experiências spiritistas como inúteis, pecaminosas e illusorias (Carta do Rev. Alexander L. Blackford, 1874, p. 156).

A crise de Blackford frente ao suposto *misticismo* de Miguel refletiu na verdade o choque entre culturas, entre uma pretensa teologia racionalizada e uma religiosidade disforme. Entretanto, também observamos o

confronto entre o sacerdote e o leigo, estando em jogo a própria estrutura religiosa da Igreja Presbiteriana. Ao transgredir a ordem dessa estrutura, Miguel criava outros espaços legítimos de poder que não apenas o do sacerdote. Se a congregação reconhecesse que, de fato, ele havia experimentado um contato direto com Deus, reconheceria também a legitimidade de seu chamado.

Para evitar que tal situação desencadeasse um processo de questionamento do poder sacerdotal, Blackford convence Miguel, temporariamente, de que suas visões são consequência da experiência dele com o espiritismo e, portanto, são “inúteis, pecaminosas e ilusórias”. Além disto se fez necessário a normatização da conduta racional de Miguel por meio de sua nomeação para o cargo de Presbítero da Igreja (DUARTE, 1996, p. 74), numa clara tentativa de controle do sagrado pela instituição e pelo sacerdote.

A eleição para este cargo se dava pelo voto direto dos leigos da congregação. Mas, segundo Duarte (1996, p.118), “possivelmente os presbíteros eram escolhidos entre os membros letrados”, demonstrando assim que Miguel não apenas havia sido eleito pelo fato de ter tido uma revelação pessoal, mas também pelo acúmulo do capital intelectual que o mesmo adquirira entre os membros da Igreja. Ainda Duarte (1996, p. 74), até 1893 constava na Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro o ingresso de cinco doutores, três militares, dois ex-padres e três comerciantes. Dos cinco doutores, dois eram engenheiros civis (Miguel e o irmão, Luiz); e, entre os três militares, um era o seu pai, Cel. Fernando Luiz Ferreira.

Eleito presbítero, Miguel foi acomodado dentro da estrutura eclesiástica, de modo que ele reproduzisse não a *sua* revelação, mas a

revelação autorizada e legitimada pelo corpo de sacerdotes do qual ele passou a fazer parte. Assim, a ordem dentro do campo religioso era mantida através da observação da conduta racional, definida pelos eclesiásticos. Sob a rigidez dessa observação, disciplinada socialmente, tentava-se aplacar qualquer histeria ou comportamento que transgredisse o *status quo* religioso da Igreja Presbiteriana.

A fala direta do Espírito Santo — ou de outra divindade — ao crente permitiu que determinados indivíduos se voltassem contra a autocracia eclesiástica, como foi o caso de Fox, contra os presbiterianos nos Estados Unidos (WEBER, 2004, p. 133). A atuação do Espírito Santo na vida diária do crente, segundo Weber, não pôs de lado a validade da Bíblia, mas varreu radicalmente os resquícios da doutrina da salvação por via eclesiástica. Ou seja, o corpo de sacerdotes não detinha mais o poder exclusivo de intermediar a salvação, uma vez que esta poderia ser alcançada através do contato direto do leigo com a divindade, por meio da revelação.

Daí que Miguel atende ao chamado direto de Deus e não aos apelos de Blackford, demonstrando desse modo que Deus o havia, pessoalmente, despertado e vocacionado. A estratégia utilizada por Blackford para manter o “monopólio do exercício legítimo do poder” (BOURDIEU, 1999, p. 88) foi, após acomodar Miguel no cargo de Presbítero, enviar-lhe para outras cidades, de modo a inculcar-lhe o *habitus* religioso sacerdotal por meio da reprodução do discurso evangelístico presbiteriano, previamente sistematizado em seus manuais.

Ainda, em 1874, ele passou a viajar como missionário para outras localidades próximas ao Rio de Janeiro. Nas cartas trocadas entre Miguel e o

reverendo Blackford, percebemos bem a permanência latente em seu discurso de que o trabalho realizado nas igrejas protestante do interior tinha por base a inspiração divina. Apesar de estar ali representando uma instituição eclesiástica, Miguel Vieira Ferreira continuava a entender que seu trabalho não era em função dessa instituição, e sim o cumprimento da missão revelada por Deus a ele (ver anexo K).

Estou bastante animado com o meu trabalho aqui, porque Deos tem mostrado que elle mesmo me fez emprehender-o. Hoje especialm<sup>e</sup>. a graça do Senhor superabundou sobre mim, foi o seu Espírito Santo quem me guiou em tudo durante o culto. O meu espírito esteve excessivam<sup>e</sup>. commovido, não houve o menor trabalho meu, e penso que o Espírito do Senhor fez-se sentir em toda a reunião como eu pedi em minha oração que foi feita de toda a minh'alma. O Senhor há de usar de compaixão e misericórdia para comigo, Elle aqui me trouxe Elle mesmo, Elle mesmo me fez pregar neste lugar, Elle mesmo fará também algum signal para que se reconheça que d'elle, e só d'elle recebi esta missão de pregar o Evangelho aos meus concidadãos; estas são suas promessas; são meus votos; a missão me foi dada por elle mesmo, que assim como me deu o baptismo do Espírito Santo antes do de João, antes também me chamou para esta missão sem imposição de mãos (Carta de Miguel Vieira Ferreira, 1874, p. 159).

O relato anterior nos impressiona, principalmente pela ênfase sobre dois aspectos: primeiro, pelo fato de Miguel ter afirmado que ele havia sido “batizado no Espírito Santo”, antes mesmo do “batismo de João”, isto é, do batismo em água; segundo, por enfatizar que sua missão fora dada por Deus, mas sem imposição de mãos. Os dois rituais eram sinais distintivos entre os primeiros protestantes brasileiros.

O batismo na Igreja Presbiteriana era precedido de um período em que o indivíduo freqüentava a Escola Bíblica, onde aprendia também acerca das normas e condutas da Igreja. Antes do batismo, o candidato realizava sua *profissão de fé* que consistia em aceitar publicamente, perante a comunidade religiosa, a fé protestante, bem como os dogmas da igreja à qual estava ingressando. Caso houvesse a aprovação da comunidade e, principalmente, do corpo eclesiástico, o candidato seria batizado.

A imposição de mãos, segundo a narrativa bíblica, era um ritual utilizado para o despertamento de dons espirituais (Atos 19:6), cura (Atos 28:8) ou o reconhecimento de dons ministeriais, por exemplo, os de pastor, presbítero e diácono (I Timóteo 4:14). No século XIX, entre as primeiras igrejas protestantes estabelecidas no Brasil, este ritual era executado principalmente na eleição de determinado indivíduo para funções ministeriais.

O rito consistia na imposição das mãos dos sacerdotes sobre a cabeça do indivíduo a ser reconhecido nos cargos anteriormente citados. A comunidade religiosa aprendia, através desse ritual, que apenas o corpo de sacerdotes detinha o poder de nomear o indivíduo para o cargo designado por Deus e de legitimá-lo para tal função. Assim, evitava-se que leigos se autodesignassem pastores, presbíteros ou diáconos.

A frase anterior de Miguel, portanto, caracterizaria a missão à qual foi chamado, isto é, sua vocação, como objeto definido e outorgado diretamente por Deus a ele. O batismo do Espírito Santo, seria sinal distintivo, donde derivaria a legitimidade do seu exercício missionário. Temos, então, nestes dois aspectos da conversão de Miguel Vieira Ferreira, elementos de um protestantismo autóctone que infringe normas de conduta que se pretendiam racionais.

## **2.2 A dramatização da crença**

Nosso objetivo agora é discutir a experiência extática que ocorreu com Miguel Vieira Ferreira, durante o culto na Igreja Presbiteriana. O fato chamou-nos a atenção por, nele, podermos trabalhar algumas categorias de

análise, entre elas, religião e magia, e os elementos que estão em sua órbita: mago, profeta, sacerdote e igreja, principalmente. Além disso, por essa experiência extática ter sido um elemento preponderante na fundação da IEB, bem como na sua estruturação tanto litúrgica, quanto teológica. Além do que essa experiência viria a se tornar mais recorrente no século XX entre igrejas evangélicas pentecostais.

As Igrejas protestantes, estabelecidas durante o século XIX com base em regras morais rígidas e corpo de sacerdotes consolidado, evitavam o quanto possível reconhecer o estado de êxtase individual como inspiração divina. Quando muito, institucionalizavam a *verdade inspirada*, normatizando sua atividade dentro de espaços limitados e sob a orientação e coordenação dos sacerdotes. Dessa maneira, tentava-se evitar o surgimento de “novas religiões” e/ou de líderes carismáticos que viessem a pôr em risco o monopólio dos sacerdotes.

A inspiração torna-se então propriedade institucionalizada do estabelecimento religioso que, como igreja apontada divinamente, encarna o deus: a verdade inspirada é então mediada às massas através de rituais desempenhados pelos ministros devidamente creditados. Nessas circunstâncias a experiências de possessão individual são desencorajadas e quando necessário, desacreditadas. A possessão se torna, na verdade, uma aberração, e até mesmo uma heresia satânica (LEWIS, 1977, p. 165)

Vimos anteriormente que Miguel havia procurado o reverendo Blackford em um estado de excitação mental e que os sinais e rabiscos que ele havia apresentado eram, para Blackford, o mais extravagante contra-senso. A narrativa do pastor presbiteriano pretendia ser a descrição do estado psicológico em que se encontrava Miguel Vieira Ferreira, sugerindo o espiritismo como elemento causador do seu estado patológico (ver anexo K). Mas, após ter conversado com Miguel, ele trouxe à tona outros aspectos

importantes para a compreensão do que havia ocorrido durante o êxtase que presenciou.

Sua convicção era que durante o seu estado lethargico seu espírito estava fora do corpo, olhando para elle e consciente de tudo o que se passava. Não pretendo agora analysar os factos, nem mesmo posso dar delles, uma idéa adequada. Minha impressão, como testemunha ocular, é que o seu conhecimento do que se passava não era pelos seus sentidos corporaes. Elle crê que Deos lançou mão d'elle assim para mostrar-lhe seus erros. Diz que quando a convicção da existência, do poder e da onnipresença de Deus apoderaram-se de sua alma, parecia-lhe como se isso o aniquilasse; mas quando vio Christo como um divino Salvador, , e sentio-se perdoado, veio a paz, e o amor e a confiança encheram seu espírito (Carta de Miguel Vieira Ferreira, 1874, p. 156).

Consideramos que a experiência extática, que Miguel sofreu, foi um tipo peculiar que envolveu despossessão e possessão do indivíduo. Segundo o relato anterior, durante o êxtase seu espírito estava fora do corpo, muito embora ele tivesse consciência de tudo o que se passava. A temporária ausência da alma ou perda de alma (LEWIS, 1977, p. 30) de Miguel foi caracterizada pela perda também de sua força vital, uma vez que se viu incapaz de mover as mãos ou os pés, ou de abrir os olhos, como relatou Blackford.

Ao mesmo tempo em que foi despossuído, apoderaram-se de sua alma sentimentos de “convicção da existência, do poder e da onnipresença de Deus”, parecendo-lhe que isto o aniquilava, até que a visão de Cristo “encheu seu espírito” de “perdão, amor, paz e confiança”. Este complexo estado de êxtase deixou confuso o reverendo Blackford quanto ao seu diagnóstico: não sabia dizer se o que presenciou seria “efeito do poder divino”, “fraqueza humana” ou “hostis poderes espirituais”.

Tentando abordar o assunto, sem criar celeumas dentro da comunidade religiosa, Blackford acabou convencido de que Miguel havia experimentado o “poder de Deus sobre a [sua] alma”. Para provar isto, o pastor presbiteriano elegeu alguns sinais distintivos, tais como a calma e humilde fé

em Cristo, os quais se fizeram presentes em Miguel após o êxtase. Dessa forma, diferenciava o que era influência de Deus, debilidade física e/ou mental e ação demoníaca. Normatizando o êxtase em sua igreja, criava regras e limites para sua manifestação na comunidade religiosa.

Segundo Lewis (1977, p. 166), a possessão, em última análise, é vista como marca da inspiração divina, tornando-se assim um elemento que provaria a aptidão pessoal na busca da vocação religiosa, bem como a assunção a postos e posições de liderança ritual. Ora, Miguel era só mais um entre outros brasileiros que freqüentavam a Igreja Presbiteriana no Rio de Janeiro. O título de doutor o credenciava de certo modo a proferir palestras e conferências sobre economia política, por exemplo. Entretanto, este título não lhe imputava qualquer autoridade religiosa que fosse reconhecida pelos membros da comunidade.

Não nos cabe aqui qualquer expressão de juízo sobre a validade ou não do êxtase que ocorrera em Miguel; pois, como bem sabemos, cabe ao antropólogo apenas “descobrir em que acreditam as pessoas e relacionar operacionalmente suas crenças e outros aspectos de sua cultura e sociedade” (LEWIS, 1977, p. 29). Consideramos tão somente que, entre outros aspectos, o êxtase ocorrido em Miguel Vieira Ferreira foi também, neste caso, a luta pelo seu reconhecimento como agente escolhido de Deus.

Entendemos que houve uma dramatização dessa escolha, em que o êxtase, transgredindo a ordem litúrgica da Igreja Presbiteriana, promoveu a ascensão de Miguel a um espaço privilegiado dentro do campo religioso. Como era considerado um racionalista, infiel confesso e tantos outros atributos somados à imagem do cético doutor, era necessário que sua conversão ao



protestantismo viesse por meio de uma carga dramática que provasse o poder de Deus sobre sua vida e que, de fato, ele havia se convertido, além de ter sido eleito pessoalmente por Deus para um fim específico.

A carga dramática tem como objetivo demonstrar, por exemplo entre os xamãs aspirantes, a eficácia da sua vocação (LEWIS, 1977, p. 80). O processo de vocação xamanística atravessa momentos de aflição que, ao serem suportados, transformam-se em graça espiritual. Esta alquimia religiosa permite a consagração do indivíduo, legitimando-o, desta feita, ao exercício religioso e à manipulação do sagrado.

Não podemos definir o êxtase religioso do qual Miguel foi acometido como sinais iniciais de um pentecostalismo brasileiro ou proto-pentecostalismo, a desejo de alguns sociólogos, como por exemplo Paul Freston (1994, p. 73). Se há algum ponto de relação entre Miguel Vieira Ferreira e o pentecostalismo brasileiro, está na utilização da *revelação* como instrumento de comunicação com Deus, como já salientou Santos (2004, p. 295).

Para os membros da Igreja Evangélica Brasileira, o que ocorreu com Miguel foi um “arrebato”, um tipo incomum de êxtase religioso, em que o indivíduo é dado como morto, transportado para uma outra dimensão ou espaço, onde mantém contato direto com a divindade. A narrativa bíblica apresenta alguns episódios em que isto ocorreu: o arrebato do profeta Elias (II Reis 2:11), do apóstolo Paulo (II Coríntios 12:2) e do apóstolo João (Apocalipse 1:10). Dentre estes três, o mais conhecido do público é o de João, na ilha de Patmos, onde, diz a narrativa, ele foi transportado em espírito para

escrever um livro —Revelações ou Apocalipse — neste, Deus descreveu-lhe fatos que iriam se cumprir no futuro.

Mas, naquele instante, ainda na Igreja Presbiteriana, o êxtase religioso que Miguel Vieira Ferreira sofreu não passava de um sinal distintivo de que ele havia sido vocacionado diretamente por Deus. Tal como o apóstolo Paulo que, após uma revelação divina, passou a defender o cristianismo que outrora perseguia, Miguel voltou-se contra o racionalismo que, para ele, afastava os homens da fé. Em outra carta ao reverendo Blackford (ver anexo L), Miguel relatou sua luta contra o racionalismo, enfatizando serem suas palavras inspiradas por Deus.

[...] minha alma sentio-se verdadeiramente transportada, porque o Espírito de Deos a guiou nas Palavras de verdade que ella disse. [...] Toda a tarde, desde o fim do jantar sustentei uma forte lucta contra o racionalismo: um racionalista me procurou para discutir e a elle aggregou-se outro que lhe deu algum apoio, e estavam presentes mais três nos quaes penso que a minha argumentação fez muita mozza (Carta de Miguel Vieira Ferreira, 1874, p. 160).

Miguel, ao ter se envolvido diretamente nas atividades da Igreja Presbiteriana, ocupou um cargo de destaque dentro do corpo eclesiástico. Portanto, ele não foi apenas um leigo que se converteu; foi o leigo que, após essa conversão, tornou-se sacerdote, na acepção da categoria utilizada por Weber (1999, p. 294), instruindo e falando aos fiéis da Igreja, a partir do local legítimo que ocupava naquele instante.

Pelo fato de sua conversão ter sido precedida por uma experiência extática dentro de um templo protestante, ela adquiriu uma amplitude tal que foi necessário enquadrá-la dentro das normas eclesiásticas locais. Entretanto, esta situação não se manteve por muito tempo. As disputas, dentro do campo religioso, acentuam-se na medida em que os interesses dos diversos indivíduos que compõem o campo tornam-se cada vez mais específicos. Não havendo

mais a possibilidade de acomodar esses interesses, os grupos divergentes ideológica ou teologicamente do corpo de especialistas religiosos — estes últimos consagrados também pela tradição — são marginalizados ou expulsos da comunidade religiosa.

Cabe agora uma análise sobre a prática religiosa de Miguel Vieira Ferreira como presbítero, seus conflitos diante do pragmatismo protestante puritano norte-americano até a sua saída da Igreja Presbiteriana. Consideramos que tal discussão é imprescindível para que possamos compreender as rupturas e continuidades que se estabelecem na formação da IEB em 1879, ano de sua fundação.

### **2.3 A ilusão das fronteiras**

Para Gueiros (1980, p. 155), Miguel Vieira Ferreira era um místico, pois suas ações religiosas, em sua maioria, eram atos deliberadamente revelados pela divindade de maneira pessoal e transcendental. O termo misticismo é empregado por David Gueiros em oposição à idéia de racionalidade. Podemos afirmar que, para este autor, a categoria misticismo se confunde com magia, ou ambas estariam intimamente ligadas, opondo-se à religião e racionalidade.

Deus falava diretamente a Miguel, mas não havia problemas nessa interlocução entre divindade, sacerdote e leigo. A questão era o modo como Miguel destacava o êxtase religioso que havia experimentado, bem como as revelações proféticas que dizia receber. Ora, a religiosidade dos missionários estrangeiros protestantes ao final do século XIX e começo do XX, tentava, a

todo modo, separar *misticismo e racionalidade, magia e religião*, ainda que na prática estas distinções são extremamente fluídas e só ocorrem teoricamente devido à forma arbitrária como são construídos os conceitos. Mendonça faz a seguinte observação da intenção do culto no Brasil:

A intenção do culto protestante no Brasil é eminentemente subjetiva. No coração do problema está o fato de que os missionários não nos transmitiram o sentido do louvor e da adoração em razão da teologia e da eclesiologia de que eram portadores. Em lugar do culto de louvor e adoração recebemos o culto de conversão-reconsagração, o culto trabalho e o culto pedagógico. (MENDONÇA, 2002, p. 182)

Portanto, não se creditava relevância a alguns elementos, ainda que existentes dentro do cristianismo, como profecias, dom de línguas, revelações, entre outros. Esses elementos não faziam parte da prática cotidiana das primeiras igrejas protestantes no Brasil, em razão de uma opção teológica e litúrgica que as mesmas fizeram — consequência da mentalidade conservadora e pragmática em que elas foram formadas. De fato, houve a tentativa de esvaziamento do sagrado (SANTOS, 2004) por parte dos missionários protestantes no Brasil. Este comportamento tinha entre outros objetivos, a demarcação de linhas fronteiriças entre o protestantismo e o catolicismo.

Como a prática de Miguel Vieira Ferreira, no período aqui abordado, vinha de encontro a esse protestantismo pragmático e conservador, Blackford considerou que ele deveria abandonar seu misticismo. O desconforto do reverendo era em relação à prática religiosa de Miguel, a qual se opunha também à ordem eclesiástica e litúrgica da Igreja Presbiteriana.

Em suas viagens ao interior do Rio de Janeiro, Miguel enfatizava o modo como se deu sua conversão e os aspectos sobrenaturais que lhe foram próprios. Houve o caso de um médico, Dr. Godinho, da cidade de São Sebastião do Alto que, durante muito tempo, foi conhecido pelo seu ateísmo

(ver anexo M, p. 162). Andava com uma imagem de São Sebastião, presa em seu cavalo, mostrando aos doentes visitados por ele que “aquele santo era simplesmente um pau”, isto é, era ele quem curava e não o santo.

No entanto, Dr. Godinho, após ouvir algumas pregações de Miguel Vieira Ferreira, relatou-lhe, por carta (ver anexo N, p. 164), do seu desejo de conhecer a verdade. O médico afirmava que ainda não havia se convertido, pois para isto só lhe faltava a revelação. Percebemos nesse exemplo que houve um deslocamento no modo como se operacionalizava a conversão ao protestantismo até então. Dr. Godinho estava em dúvida quanto à existência de Deus e da veracidade da Bíblia; mas isto poderia ser contornado desde que Deus se lhe revelasse, como havia feito a Miguel. Ora, desse modo, a Bíblia e o sermão não eram mais os únicos mecanismos a colaborarem para a conversão do indivíduo ao protestantismo. Sugerimos que a revelação passou a ocupar também esse local privilegiado, sendo a expressão legítima da manifestação de Deus sobre o indivíduo que se convertia.

Segundo Durkheim (1996, p. 23), o ascetismo místico tem como objeto extirpar do homem tudo o que nele pode permanecer de apego ao mundo profano. Esse ascetismo não somente reforça a separação que deve existir entre o sagrado e o profano, mas também reforça a hostilidade e rivalidade entre estes dois mundos. E aí está o traço distintivo entre magia e religião para Durkheim: a hostilidade entre ambas. A magia, para ele, profana coisas sagradas, o que caracterizaria uma ação anti-religiosa. Assim, por exemplo, o nome de um determinado deus não pode ser pronunciado ou invocado, a não ser pelos agentes legítimos para tal fim, senão, corre-se o risco de profanarem seu nome.

O característico do fenômeno religioso é que ele supõe sempre uma divisão bipartida do universo conhecido e conhecível em dois gêneros que compreendem tudo que existe, mas que se excluem radicalmente. As coisas sagradas são aquelas que as proibições protegem e isolam; as coisas profanas, aquelas a que se aplicam essas proibições e que devem permanecer à distância das primeiras. (DURKHEIM, 1996, p. 24)

Por não conseguir estabelecer uma rígida separação entre o sagrado e o profano, a magia não pode ser confundida com religião. Entretanto, Durkheim observa que há coisas sagradas dentro de algumas religiões em que o homem se sente à vontade, inclusive exercendo uma coerção física sobre a divindade. Uma vez que existe coerção física ou coação, como preferir, há, em consequência disto, interferência sobre o sagrado; portanto, profanação.

Durkheim mantém um esforço teórico em querer estabelecer uma distinção rígida entre magia e religião, quando tenta compor um quadro comparativo entre Igreja e Magia, tomando as características peculiares de uma e de outra, colocando-as, logo após, em oposição. Resumidamente teríamos o seguinte quadro:

#### **QUADRO 1: Diferenças teóricas entre Religião e Magia, segundo Durkheim**

<b>Igreja/Religião</b>	<b>Magia</b>
Tem um grupo definido.	Suas crenças não têm por efeito ligar uns aos outros e unir seus adeptos num mesmo grupo.
Os indivíduos estão ligados por uma fé comum.	Não há vínculos duráveis entre o mago e os indivíduos que o consultam.
Os ritos são solidários a uma determinada coletividade.	O mago possui clientela e não igreja, posto que seus clientes não mantêm relacionamentos entre si.
Os membros representam de uma mesma maneira o mundo sagrado.	O mago é um isolado.

Quadro elaborado pelo autor. São Luís, 2005

Estas distinções só são possíveis teoricamente; na vivência dos agentes religiosos, essas dicotomias e oposições se diluem por meio de suas práticas. Como exemplo, temos os membros de uma determinada igreja, os quais se tornam clientes à medida que seus interesses são satisfeitos. Quando a “empresa de salvação” (BOURDIEU, 1999) não corresponde aos interesses de seus clientes, estes aderem a uma outra que possa satisfazer suas necessidades. Tanto o mágico quanto o sacerdote coagem a divindade, seja com súplicas, seja com troca de presentes, mas em todo esse processo há negociação e profanação daquilo que se pretende sagrado. Bourdieu (1999, p. 44) ressalta que estas distinções dissimulam a oposição entre diferenças de competência religiosa as quais estariam ligadas à estrutura do capital cultural.

Pode-se verificar esse fato na relação entre o confucionismo e a religiosidade das classes populares chinesas, relegadas à ordem da magia pelo desprezo e pela suspeita dos letrados que elaboram o ritual refinado da religião do estado e que impõem a dominação e a legitimidade de suas doutrinas e de suas teorias sociais, apesar de algumas vitórias locais e provisórias dos sacerdotes taoístas e budistas cujas doutrinas e práticas estão mais próximas dos interesses das massas (BOURDIEU, 1999, p. 44).

Apesar dessa nítida confusão ao tentar separar-se tais elementos constituintes do fenômeno religioso, os ideólogos da igreja<sup>14</sup> tentam diferenciar as atividades do mágico da do sacerdote, classificando-as de heréticas, isto é, não condizentes com a religião. Bourdieu destaca ainda o seguinte:

[...] a igreja em sua condição de depositária e administradora de um carisma de função (ou de instituição), opõe-se à seita vista como “comunidade de pessoas qualificadas carismaticamente de maneira estritamente pessoal”. Ademais, a empresa burocrática de salvação é incondicionalmente hostil ao carisma “pessoal”, isto é, profético, místico ou extático, que pretende indicar um caminho original em direção a Deus [...]. (BOURDIEU, 1999, p. 95).

---

<sup>14</sup> Considero ideólogos da igreja os teólogos, sacerdotes e intelectuais orgânicos que arbitram em favor de estruturas eclesiais burocraticamente mais sólidas.

A partir daí, podemos compreender a insatisfação do reverendo Blackford com as “visões proféticas” de Miguel Vieira Ferreira. Não era tão somente a autoridade do reverendo que se colocava em xeque; muito mais que isto, a Igreja Presbiteriana estava numa situação delicada, à medida que sua função era também a de garantir a segurança espiritual de seus membros, através de um mundo ordenado e sem maiores influências exteriores.

Se Deus passa a manifestar-se em vários locais e/ou grupos de indivíduos, as explicações acerca das coisas que nos circunscrevem passam a se ramificar e, daí então, não há mais locais definitivos em que possamos encontrar a verdade, ou aquilo que se pretende como tal, uma vez que ela se encontraria disseminada entre as diversas pessoas que venham a possuir o carisma. A função da Igreja torna-se irrelevante à medida que não for mais reconhecida como depositária exclusiva dessa verdade pela comunidade religiosa.

Assim é que o Dr. Godinho concebe a idéia de que não deveria se preocupar em construir “templos de pedra”. Para ele o “templo temporal” nada valia ou então estava entre suas menores preocupações. Já o “templo espiritual” era o que de fato importava, pois este seria edificado por Deus. O médico mais uma vez escreveu a Miguel narrando sua esperança em possuir a revelação para que assim pudesse ensinar a verdade (ver anexo O).

Acredito firmemente que existe Deus, meu bom amigo, acredito e esse grande benefício vos devo. Vou acreditando nos Evangelhos e estou a todo o momento também esperando ter uma revelação! Não durmo sem ler os Evangelhos, não saio sem Eles!! [...]Peça a Deus por mim, a fim de que encha o meu espírito de graça e de verdade. No momento em que eu receber a revelação (vizual) partirei incontinentemente p.<sup>a</sup> onde está a minha mãe a fim de ensinar-lhe a verdade e dizer-lhe o que vi (Carta do Dr. Monte Godinho, 1875, p. 166).



Entre os anos de 1874 e 1878 Miguel continuou a narrar sua experiência de conversão aos fiéis das Igrejas presbiterianas que visitava. Segundo Léonard (1963, p. 69), Miguel idealizou uma espécie de modelo necessário onde assegurava que não havia cristão verdadeiro que não tivesse recebido a graça de uma visão direta e sensível de Deus, projetando, desse modo, a *revelação* como único sinal distintivo de que o crente havia de fato se convertido.

Esta situação criou desentendimentos quanto a interpretações doutrinárias dentre os presbiterianos, de tal sorte que a Missão americana foi consultada a respeito do assunto. Havia o medo de que ocorresse no Brasil um tipo de movimento religioso semelhante aos quakers ou aos mórmons, os quais nasceram a partir da ênfase na revelação pessoal de Deus.

Segundo Eliade (1999), a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, mais conhecida como Igreja dos Mórmons, foi fundada por Joseph Smith Jr. (1805-1844), após a “Primeira Visão”, em 1820, quando Deus e Jesus Cristo revelaram-se a ele. Smith acabou sendo morto no Estado de Illinois, quando era então candidato à presidência dos Estados Unidos, em 1844. Ele era considerado, entre os membros de sua Igreja, como profeta enviado por Deus para restaurar a verdadeira Igreja na Terra.

George Fox (1624-1691), por sua vez, foi o fundador do movimento que deu origem aos quakers, na Inglaterra, vindo depois a instalar-se em outros países, principalmente nos Estados Unidos. Segundo Latourette (1977, p. 179), Fox sofreu durante quatro anos uma crise espiritual, principalmente durante o período da guerra civil (Guerra dos Trinta Anos), que

o levou ao misticismo, de tal modo que acreditava ter um acesso livre e direto a Deus.

Citamos os dois exemplos anteriores para demonstrar que não somente no Brasil, como nos Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo, houve manifestações religiosas muito particulares que destoavam do apelo religioso à racionalidade pretendida, por exemplo, pelo protestantismo. O que deve ser ressaltado, em todos estes movimentos proféticos, é a ocorrência destes em momentos de conflitos e/ou em períodos de transição.

Fosse nos Estados Unidos durante a Guerra da Secessão ou no Brasil, no período de transição da Monarquia para a República, movimentos como os dos Quakers ou cismáticos — como o que deu origem à Igreja Evangélica Brasileira — evidenciaram figuras carismáticas que pretendiam dar respostas imediatas a questões complexas da sociedade.

Desse modo, Miguel Vieira Ferreira seguiu na esteira desses movimentos, sendo um líder religioso que se construiu em meio a crises e conflitos pelos quais passava o Brasil, em um período de transição de nossa história. Se os partidos políticos, o Estado, e até mesmo, as instituições religiosas não satisfaziam às necessidades de determinados grupos de indivíduos, fosse no plano físico ou espiritual, o líder religioso, através de seu carisma, re-invocava Deus para ter parte nas ações terrenas. Já, prestes a deixar a Igreja Presbiteriana em 1879, Miguel afirmou o seguinte:

Tenho falado de Deus diante de Deus. Se Deus vos houvera falado, havíeis de saber que eu tenho dito a verdade; mas, como com verdade dizeis que nunca vos falou e que não credes que jamais vos fale a vós como me tem falado a mim; em verdade, em verdade vos digo: vós haveis de me julgar, mas diante de Deus não podeis ser meus juízes (APBE, 1969, p. 65).

No campo de disputa pela manipulação do sagrado, temos, de um lado, a instituição eclesial (Igreja Presbiteriana), a qual impingia sobre Miguel Vieira Ferreira as características do mágico em oposição à do sacerdote. A Igreja de modo muito perspicaz não declararia abertamente que “Deus não falava mais aos homens”, como supõe a publicação anterior. O fato era que Deus falava; porém, através de um livro sagrado, a Bíblia, cuja interpretação cabia ao corpo de especialistas religiosos letrados.

A Reforma do século XVI enfatizou o papel da Bíblia tornando-a um dos principais instrumentos utilizados por protestantes, para disseminação de sua fé entre leigos, principalmente aqui no Brasil. Daniel Kidder<sup>15</sup> foi um entre tantos outros missionários norte-americanos que esteve no Brasil, inclusive no Maranhão, em 1838, distribuindo exemplares bíblicos para várias comunidades. Mas, apesar do estímulo de seu uso, a interpretação da Bíblia e tudo que lhe dizia respeito, deveria estar de acordo com a teologia de cada igreja protestante.

Dizer, então, que Deus ainda falava aos homens, poderia até ser uma redundância, uma vez que a Bíblia era a palavra sagrada observada pelos cristãos. Porém, a questão é que Deus somente falaria por intermédio da Bíblia e de mais nenhum outro elemento estranho a ela, de modo a não permitir espaços para interpretações fora da teologia de cada igreja protestante. A postura de Miguel estava sendo questionada porque ele não somente discursava a partir da interpretação bíblica, limitada pela teologia presbiteriana,

---

<sup>15</sup> Daniel Parish Kidder foi missionário da Sociedade Bíblica Americana e teve como encargo difundir a leitura da Bíblia no Brasil. Em 1840, nos Estados Unidos, ele escreveu “Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil”, onde fez um estudo bastante descritivo não somente das instituições religiosas, mas também do cotidiano, dos usos e costumes do povo local. Ao visitar a Província do Maranhão ele guardou impressões da política, da arquitetura, da religião, entre outros aspectos.

mas também a partir de sua experiência pessoal com a divindade, portanto fora dos limites da instituição.

O exaspero por parte de Blackford estava no fato de entender nas palavras de Miguel uma impregnação mística, oculta, mágica que feria a racionalidade litúrgica e teológica da Igreja Presbiteriana. A magia ou misticismo foi entendido ao longo do tempo como profanação do sagrado e se há profanação, há também contestação da manipulação do sagrado.

Toda prática ou crença dominada está fadada a aparecer como profanadora na medida em que, por sua própria existência e na ausência de qualquer intenção de profanação, constitui uma contestação objetiva do monopólio da gestão do sagrado e, portanto, da legitimidade dos detentores deste monopólio. (BOURDIEU, 1999, p. 45)

Para Bourdieu (1999), a fala sacerdotal prima pela racionalização da religião, através do uso da exegese, a qual tende a substituir a *sistematicidade objetiva* da mitologia pela *coerência intencional* das teologias e filosofias. Desse modo, a ideologia religiosa seria elaborada com base numa reinterpretação letrada, por muitas vezes, ambígua e obscura, enquanto que os sistemas míticos estariam impregnados de superstições e revelações pessoais, estabelecendo-se, entre outras coisas, o diálogo direto entre a divindade e o mágico.

Mauss (2003) considera que a magia é um fenômeno social, definido pelas sociedades, mas que compreende três elementos básicos que possibilitam sua distinção diante de outros fenômenos religiosos: os agentes (mágicos), os atos (ritos mágicos) e as representações (idéias e crenças aos ritos mágicos).

O mágico, segundo Mauss (2003, p. 64), possui algumas características que lhe são peculiares: histeria, êxtase, movimentos bruscos, palavras proféticas. Estes sinais exteriores seriam, sobretudo, fenômenos nervosos, sinais de dons espirituais que revelariam o mágico ou qualificaria um indivíduo para a magia, ao mesmo tempo que se prestariam para realocar os

mágicos ou místicos em uma outra esfera, qual seja, a da anormalidade, do sobrenatural, do que foge à ordem.

Tomando então os elementos característicos da magia, podemos fazer a seguinte provocação: Miguel Vieira Ferreira seria, até certo ponto, um mago? Sinais exteriores de uma revelação pessoal, misticismo em oposição ao caráter metafísico e abstrato que acompanha a religião, tendência a um envolvimento mais próximo com a divindade, tornando ainda mais fluídos os limites entre sagrado e profano; seriam todos estes elementos particulares à prática de Miguel e que nos permitiriam, até certo ponto, aproximá-lo das funções do mago, nesse contexto particular?

Não é nossa intenção aqui dar um veredicto sobre o que Miguel *era* ou *deixava de ser*, pelo contrário, tentamos demonstrar a dificuldade em se impor categorias que de certo modo enquadram o sujeito histórico. O peso do “rótulo” no indivíduo acaba delimitando espaços rígidos de análise sobre o mesmo, de tal maneira que bastaria afirmar que alguém é feiticeiro ou sacerdote, para imediatamente concebermos diferenças essenciais entre ambos.

Weber (1999, p. 294) alerta que o aspecto sociológico que distingue o sacerdote do mago é inteiramente fluido, como também o é a distinção que se faz entre culto e magia. A oposição que se tenta estabelecer conceitualmente é, na realidade, fluida, mesmo quando se tenta compreendê-los enquanto tipos “puros” ou “ideais”. A pergunta que cabe agora fazer é: como empregar as categorias clássicas da sociologia weberiana para a compreensão do fenômeno religioso, sem torná-las rígidas fronteiras entre os diversos sujeitos que compõem o real?

Talvez uma alternativa esteja justamente em pensar as categorias enquanto fronteiras, isto é, em espaços de transitoriedade do sujeito que, apesar de distingui-lo e separá-lo, provisoriamente, de outros sujeitos, permite ao sujeito histórico *ser* e *não ser*, pois na fronteira a identidade é um eterno vir a ser. Assim, poderemos perceber indivíduos ou comunidades religiosas em toda a sua complexidade e pluralidade, sem delimitar suas ações no campo religioso. Sugerimos, portanto, que Miguel não seja “encapsulado” nestas categorias analíticas, mas que, antes, tais categorias permitam compreendê-lo em um universo plural e dinâmico.

Weber (1999) chama a atenção que, a rigor, não se pode fazer delimitações conceituais entre um e outro, mas pode designar-se **sacerdotes**, profissionais que *influenciam* os deuses mediante adoração e que têm seu poder legitimado pelo cargo que ocupam; **bruxos** ou **magos**, exercem uma *coerção* sobre demônios, por meio mágicos, tendo a revelação como oráculo; **profeta**, o indivíduo que atua graças ao seu carisma pessoal e cuja função se distingue da do mago por estar balizado em doutrinas e mandamentos.

Miguel Vieira Ferreira transitou por esses diversos locais no campo religioso, acentuando ora o discurso profético ora o sacerdotal, à medida que pretendeu existir *diferencialmente*, isto é, ocupando posições relativas no espaço de relações que permitiram construir o campo do poder. Segundo Bourdieu:

O campo do poder [...] é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão (BOURDIEU, 2003, p. 52).

Podemos agora compreender que Miguel *ocupou espaços fronteiriços de forma provisória, sem que neles se fixasse*, possuindo, teórica e alternadamente, características do profeta, do mago, do sacerdote, de acordo com o peso do capital simbólico, associado respectivamente a cada uma dessas categorias, no instante em que permitiu diferenciar-se do restante da comunidade religiosa. Se o profeta usurpa o poder graças à revelação divina e predominantemente para fins religiosos (WEBER, 1999, p. 306), é para também se distinguir dos sacerdotes e, ao mesmo tempo, colocar em dúvida o fato destes últimos serem os únicos portadores de um encargo divino especial.

Na arena de disputas onde estava em jogo a legitimidade do discurso religioso, o monopólio do sagrado e a rotinização do carisma (WEBER, 1999, p. 161), Miguel Vieira Ferreira foi expulso da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, em 1879, sob a alegação de que “Deus não se dirige mais diretamente aos homens desde que lhe deu as Escrituras como regra de fé” (LÉONARD, 1963, p. 69). O Presbitério, comunidade de presbíteros que tem a função de doutrinar, normatizar e julgar as ações dos leigos que compõem a Igreja Presbiteriana, tentou esvaziar desse modo o discurso de Miguel pondo em dúvida, inclusive, sua revelação.

#### **2.4 Estabelecimento da Igreja Evangélica Brasileira**

Ao desligar-se da Igreja Presbiteriana, Miguel Vieira Ferreira foi seguido por alguns membros daquela igreja, os quais diferem em número, conforme o autor citado. Léonard (1963) afirma terem sido “27 membros, na maioria parentes seus” que compuseram a IEB. Já Duarte (1996) informa que um “grupo de 22 ‘irmãos cismáticos’ foi eliminado da Igreja por divergências doutrinárias”, porém não diz se este mesmo número ajudou na fundação da IEB. Oficialmente, a igreja se expressa da seguinte maneira quanto à sua fundação:

A Igreja Evangélica Brasileira, fundada na Terra por determinação de Deus, em 11 de setembro de 1879, por intermédio do Doutor Miguel Vieira Ferreira, foi reconhecida pelo Governo Federal a 12 do mesmo mês e ano, data em que registrou, na Secretaria do Império, o Termo de sua fundação e eleição do Doutor Miguel para o seu Primeiro Pastor. (IEB, 2003, p. 7)

A citação anterior é um exemplo de como a dominação carismática tende a modificar substancialmente seu caráter, especificamente extracotidiano, para assumir o caráter de uma relação permanente, baseada na tradição e na racionalização (WEBER, 1999, p. 161). Ao mesmo tempo em que a Igreja afirmava ter sido “fundada na Terra por determinação de Deus” — reconhecendo desse modo a dominação carismática do profeta que anuncia, cria e exige mandamentos novos —, por outro lado, racionalizou-se ao estabelecer regras que regulamentavam, a partir daquele momento, a eleição do seu sacerdote maior.

Sendo assim, a escolha de Miguel Vieira Ferreira foi o reconhecimento da comunidade religiosa àquele que seria portador de um carisma revelado por Deus. Uma vez assegurada a dominação, criaram-se regras dentro da IEB para a rotinização do carisma, de modo que se legitimasse as posições sociais de mando (WEBER, 1999, p. 166).

Temos então o nascimento da “empresa burocrática de salvação” (BOURDIEU, 1999, p. 95) que se distinguiria, em tese, por possuir um corpo de especialistas religiosos, burocraticamente organizados, e que cumpririam a tarefa de institucionalizar a comunidade religiosa. O carisma pessoal (profético, místico ou extático) seria evitado a todo custo, uma vez que o discurso do profeta tende a ser um contra-discurso, isto é, um discurso-contra a instituição religiosa.

Léonard (1963, p. 339) chama a atenção de que a IEB foi uma comunidade de inspirados que teria conseqüências perigosas, não fosse o fato de Miguel Vieira Ferreira dispor-se de uma “forte personalidade, cultura real e autoridade”. Léonard sugere o perigo da inspiração individual ou coletiva,



como elemento de dissociação, de tal modo que credita a Miguel o poder de associação entre os membros da IEB, não pela inspiração (discurso profético), mas pela qualidade sacerdotal (autoridade letrada).

Para Léonard, a IEB optou por um regime teocrático que, ao “colocar teoricamente seu pastor num plano super-humano, corrige os perigos que o recurso à inspiração poderia apresentar” (LÉONARD, 1963, p. 341). Entendemos, no entanto, que houve a formação de um poder simbólico, isto é, de um poder que foi ignorado como arbitrário e que só pôde ser reconhecido e exercido por Miguel à medida que houve a “crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia” (BOURDIEU, 1998, p. 15). A produção dessa crença não foi um ato unilateral, mas deu-se na própria estrutura do campo religioso.

Como a IEB nasceu a partir de um cisma com a Igreja Presbiteriana, fez-se necessária a criação ou eleição de sinais distintivos que teriam como função arbitrar diferenças entre a IEB e outras igrejas protestantes. O primeiro desses sinais está no próprio nome da denominação: Igreja **Evangélica** Brasileira. Com isto, a IEB diferenciava-se nominalmente de outras denominações protestantes, por considerar-se propagadora do evangelho.

Segundo Latourette (1977), os movimentos de reavivamentos que ocorreram na Europa, levados a cabo por Wesley e Whitefield no século XVIII, repercutiram principalmente nos Estados Unidos. Os reavivamentos consistiam, em plano geral, na ênfase da experiência do cristão com Deus e num retorno ao evangelho, opondo-se dessa maneira a racionalidade que havia “esfriado” a prática religiosa protestante.

En el ambiente de libertad que existía en el Nuevo Mundo, y teniendo el conocimiento de que estaban emancipados de las limitadoras instituciones del Viejo Mundo, y como exploradores y aventureros que deseaban construir un nuevo y mejor orden de cosas que caracterizó a los Estados Unidos en su juventud, mucha gente y especialmente convertidos e predicadores de avivamientos, llegaron a estar descontentos con las divisiones denominacionales heredadas. Ellos trataban de elevarse sobre las divisiones denominacionales con llamarse simplemente “cristianos” o “discípulos de Cristo”, y volver al Nuevo Testamento para hallar el evangelio inicial en su pureza [...] (LATOURETTE, 1977, p. 428).

Talvez esteja aí o sentido do emprego do termo evangélico na construção do nome da nova igreja fundada por Miguel: uma comunidade religiosa que pretendia falar do *evangelho inicial*, isto é, do evangelho em estado de pureza, sem as corrupções que caracterizariam a secularização das denominações protestantes. Essa diferenciação é em si muito fluida, pois o próprio termo Igreja e o *modus vivendi* da IEB são elementos que demonstram sua secularização.

Entre outros sinais distintivos da IEB, temos a *inspiração individual*, a qual deveria ser confirmada por outros membros da igreja para que tivesse validade. Procedendo dessa maneira, restringia-se a revelação pessoal que poderia trazer prejuízos à IEB, uma vez que a revelação traz consigo elementos novos que se contrapõem à ordem estabelecida. Sendo a comunidade religiosa o agente regulador, limitava-se, portanto, à força da revelação.

As iluminações por meio de visões auditivas, visuais ou de outras espécies que nos foram referidas, podem ser consideradas bastante inúteis, contentando em confirmar uma palavra humana, ou um texto bíblico, não se podendo, entretanto, imputar-lhes iniciativa lamentáveis (LÉONARD, 1963, p. 341).

Discordamos de que a inspiração individual seja inútil na IEB; pelo contrário, ela foi e é um dos elementos estruturantes da igreja. Por exemplo, a eleição do pastor é feita através do voto das IEB's espalhadas pelo país.

Apenas um indivíduo pode ocupar o cargo de pastor, e este deve ser confirmado pela unanimidade dos votos. Entretanto, as pessoas que concorrem ao cargo devem ter sido necessariamente apontadas pela comunidade religiosa através de visões e/ou revelações.

Vejamos que a escolha do sucessor está caracterizada por dois aspectos que se complementam: revelação e designação. A revelação, por meio de sonhos e visões, reconhece o novo pastor como portador do carisma. Já a designação do sucessor pelo quadro administrativo e pela comunidade religiosa (WEBER, 1999, p. 162) garante a legitimidade do novo líder carismático. A eleição, dessa forma, não pode ser vista como um processo secular, mas a *designação justa*, a confirmação visível para a comunidade daquilo que já estava anteriormente decidido por Deus.

Os anos iniciais da IEB foram caracterizados, sobretudo, por uma forte centralização do poder nas mãos de um único pastor (Miguel), resultando daí o caráter bastante personalista da igreja. Tal caráter permitiu a elaboração de uma estética refinada, baseada no apelo aristocrático e na observação dos símbolos do poder. A arquitetura de seus templos foi projetada por Miguel Vieira Ferreira — não podemos esquecer que o mesmo era engenheiro militar.

FOTO 4 – Templo sede da Igreja Evangélica Brasileira – Cidade Nova – RJ  
 Fonte: Acervo fotográfico da IEB



FOTO 5 – Igreja Evangélica Brasileira – Cidade do Grande Príncipe Miguel – RO  
 Fonte: Acervo fotográfico da IEB

Os membros da IEB tentam ser fiéis ao modelo deixado pelo seu primeiro pastor, inclusive no que diz respeito às cores do teto, fachada, à forma dos arcos, entre outros componentes. Podemos afirmar que o governo na IEB se apóia também nessa estética que constrói identidades, ainda que provisórias, mas que ajudam o sujeito a localizar-se em um campo religioso cada vez mais híbrido, além de produzir a sensação de pertencimento ao grupo.



FOTO 6 – Igreja Evangélica Brasileira – Brás – SP  
Fonte: Acervo fotográfico da IEB

O modo como Miguel saiu da Igreja Presbiteriana e a forma muito pessoal com que cuidava do seu “rebanho” deu margem para conflitos com outras igrejas protestantes que rotulavam a IEB de seita, em oposição à igreja, numa clara disputa pelo monopólio do sagrado. Um dos atritos que mais repercutiu, inclusive na imprensa, foi o ataque de alguns membros da IEB a crucifixos católicos em repartições públicas.

Para as igrejas protestantes instaladas no Rio de Janeiro, o fato aconteceu devido à solicitação de Miguel para que fosse retirado um crucifixo da sala de audiência do Tribunal da Capital Federal. Como a República já havia sido proclamada, ele acreditava que um crucifixo na corte depunha contra o modelo republicano que se pretendia não confessional e desvinculado de qualquer instituição religiosa.

A Igreja está separada do Estado; o govêrno deve, pois, ordenar que os símbolos religiosos sejam retirados de todos os estabelecimentos públicos [...] se quiser cumprir a Constituição [...]. Ponham os ídolos nos respectivos templos, é o direito

do obscurantismo. Lá os adorem seus adeptos [...]; mas é violência, ataque à consciência e à lei, o colocá-los em repartições e estabelecimentos públicos, onde os cidadãos de tôdas as crenças têm forçosamente de funcionar. [...] A idolatria em sua plenitude é a causa do lamentável estado não só do Brasil, mas da humanidade. Desejo liberdade para todos e igualdade de direitos. Peço o cumprimento da lei. (APBE, 1969, p. 85).

O argumento de Miguel Vieira Ferreira questionava a separação entre a Igreja e o Estado. Na sua visão, instituições públicas como, por exemplo, os Tribunais de Justiça, não poderiam expressar qualquer confissão religiosa, sob o risco do retrocesso e do obscurantismo. Além disto, deixava claro sua posição como iconoclasta, sugerindo que a idolatria era a “causa do lamentável estado não só do Brasil, mas da humanidade”. O jornal “O Christão” da Associação de Moços do Rio de Janeiro, publicou a seguinte notícia:

O Dr. Miguel Vieira Ferreira e a sua heresia. A Revista Popular em sua edição de dezembro publica um artigo biographico sobre o Dr. Ferreira. Achamos de muita utilidade essa publicação, especialmente para os crentes novos no Evangelho que não sabem qual era a crença daquelle doutor, nem os motivos que o levaram áquelle desvario. [...] A propósito lembramo-nos que por occasião do quebrantamento do ídolo do jury, todos os pastores evangélicos residentes nesta cidade fizeram protestos demonstrando nada ter de commum com as idéas desse doutor (O CHRISTÃO, 1895, p. 14).

Se por um lado as igrejas protestantes eram contrárias à idolatria, por outro não manifestavam publicamente esta posição por recearem a antipatia tanto dos brasileiros quanto do Estado, impregnados culturalmente pelo catolicismo. No artigo anterior, podemos observar de modo claro a distinção que se tentou operar entre as igrejas protestantes estabelecidas no Rio de Janeiro e a IEB. As primeiras possuíam *pastores evangélicos* enquanto que a última era guiada por um *doutor*.

Ora, no interesse de estabelecer diferenças entre o sagrado e o profano, Miguel foi apresentado como um herege cuja biografia, publicizada pela “Revista Popular”, revelava suas antigas crenças e “desvarios”. Mauss chama a atenção de que a heresia faz a magia, isto é, que para o catolicismo (como também para o protestantismo), a idéia de magia envolve a idéia de falsa religião (MAUSS, 2003, p. 67).

Mas por que igrejas protestantes estariam dispostas a vincular aspectos socialmente construídos como mágicos e heréticos à figura de Miguel e da IEB, uma vez que também se contrapunham a algo muito caro ao catolicismo, a saber, o crucifixo? Acreditamos que isso se deu, em grande parte, ao movimento que existe no espaço de relações que caracteriza os conflitos dentro dos diversos campos, inclusive o religioso: a concorrência.

A IEB surgia como mais uma empresa de salvação (BOURDIEU, 1998, p. 95) a concorrer no disputado mercado de bens simbólicos, cujos objetos dessa economia eram as orações, sacramentos, curas, milagres, entre outros. No exato instante em que a IEB se coloca como mais uma alternativa para os leigos, isto é, clientes, percebemos a aproximação entre instituições protestantes e católicas baseada no sentimento de preservação da gestão legítima do sagrado.

O caso da quebra do crucifixo, na sala do júri, rendeu até um compêndio, elaborado por Miguel Vieira Ferreira, reunindo matérias sobre o assunto, publicadas em jornais da época. Machado de Assis que em 1892 escrevia crônicas para a *Gazeta de Notícias* no Rio de Janeiro, comentou do seguinte modo a prisão de Domingos Heliodoro Pereira, um dos envolvidos na quebra do crucifixo e membro da IEB:

Depois que o Sr. deputado Alcindo Guanabara falou, foi publicada a sentença de pronúncia. Que consta dela? Que havia dous denunciados, o Dr. Miguel Vieira Ferreira, pastor da igreja evangélica, dado como mandante do desacato, e Domingos Heliodoro, denunciado mandatário. A sentença estabelece claramente dous pontos capitais: 1º, que Domingos Heliodoro, embora ninguém o visse quebrar a imagem, ao perguntarem-lhe o que fôra aquilo, respondera: *É a lei que se cumpre*; 2º, que o pastor Miguel Vieira Ferreira, na véspera do desacato, afirmando a algumas pessoas que a imagem havia de sair, acrescentou que, *se não acabasse por bem, acabaria por mal*. Tudo visto e considerado, a sentença proferiu a criminalidade de Domingos Heliodoro, e não admitiu a do Dr. Miguel V. Ferreira. [...] Veja o meu distinto patrício a diferença, e faça isto o que vou lhe dizer. [...] Fale S. Ex. como pastor, e não como ovelha (ASSIS, 1957, p. 95).

Além de nos privilegiar com uma belíssima crônica, Machado de Assis nos mostra que há distinções entre os discursos, não somente pelo fato da diferença cultural de quem os profere, mas, e principalmente, pelo local de onde ele é proferido. *Falar como pastor* ou *falar como ovelha* implica em reconhecer a existência de locais de poder que distinguem a fala, ao mesmo tempo em que hierarquizam os sujeitos na estrutura do campo.

Um lugar pode ser menos ou mais privilegiado do que outro conforme o volume do capital social, cultural, econômico e político de onde ele é produzido, e foi deste lugar que Miguel foi julgado. Condená-lo, seria pôr em xeque o valor simbólico dos elementos que ajudaram a construir esse lugar, quais sejam, título acadêmico, origem nobre, formação militar, entre outros.

A IEB, durante os 16 anos em que foi liderada por Miguel Vieira Ferreira, se por um lado usufruiu o prestígio de seu fundador, por outro teve que suportar as críticas e indiferenças que lhe eram feitas, tanto por protestantes quanto por católicos. Não fosse a presença marcante de Miguel na vida da IEB e o apoio que o mesmo recebeu do conjunto de relações que foi criado dentro da igreja, ela talvez tivesse sucumbido ou se fragmentado por conta das divergências internas que havia entre alguns membros.



## 2.5 O anjo reificado

Após a morte de Miguel, em 1895<sup>16</sup>, houve um período de grave crise na IEB. Em uma comunidade de inspirados era bem provável que alguns membros se auto-promovessem à condição de sucessor para ocupar o cargo de pastor da igreja, baseando-se na revelação pessoal. Nesse sentido, Léonard (1963, p. 339) informa a candidatura “de um preto, Bibliano” que tentou suceder Miguel na liderança da igreja.

A origem humilde e a cor cooperaram para a impossibilidade de Bibliano ascender ao poder da IEB. Para este lugar foi o irmão de Miguel, Luiz Vieira Ferreira, através da revelação da comunidade religiosa e designação do corpo de sacerdotes. Não podemos deixar de considerar que Luiz, além de ser irmão mais velho de Miguel, era também engenheiro e oficial militar. Tais qualidades lhe acrescentavam legitimidade para ocupar o posto de pastor. Ele ficou à frente da Igreja até a sua morte, em 1908.

Após este acontecimento na vida da IEB, novamente uma outra crise sucessória se instalou em meio à comunidade religiosa. Havia dois grupos que reivindicavam a liderança da IEB: o primeiro apontava Israel Vieira Ferreira, filho de Miguel, como o legítimo sucessor; o segundo, liderada pela filha de Luís Vieira Ferreira, Sara, queria como pastor um homem que era ligado ao seu pai. Léonard descreve a seguinte situação daquele período:

A Igreja sofreu grave crise que excitou seu iluminismo, até então demasiado teórico. Enquanto sua maioria desejava que o sucedesse o filho do fundador, chamado dos Estados Unidos onde estava estudando, uma minoria chefiada por uma filha do Dr. Luís, da. Sara, proclamava pastor um homem de negócios que fôra o braço direito de seu pai. Houve um cisma e a coexistência de duas comunidades concorrentes até 1911 (LÉONARD, 1963, p. 339).

O problema agora estava bem mais difícil de ser resolvido, pois as duas correntes conflitantes embasavam-se em sinais distintivos, pretensamente legítimos, que possibilitariam a ascensão de um ou outro ao poder da IEB. Ambos, Israel e Sara, eram filhos dos únicos dois pastores da igreja até aquele momento. Ele era filho homem; ela, não obstante, era “a primeira criança do sexo feminino nascida após a fundação da IEB” (LÉONARD, 1963, p. 339), portanto, filha mais velha da Igreja. Este complexo problema da rotinização do carisma, teve uma solução no mínimo singular: o anjo Miguel foi reificado.

Sara [...] divulgava as revelações que o Dr. Miguel recebera sem, entretanto, torná-las públicas, e que faziam dele um enviado de Deus e o anjo de uma nova dispensação. Amigos íntimos do fundador foram além: ‘Havendo o Sr. Neves pedido ao Pai que lhe mostrasse Seu Filho, Miguel, que estava ainda sobre a terra, lhe foi revelado’” (LÉONARD, 1963, p. 340).

Ora, Miguel Vieira Ferreira ressurgiu não mais apenas como referência daquela comunidade religiosa, mas agora também como ponto de convergência dos diversos interesses da igreja e, principalmente, como mito fundador que deu sentido à própria existência da IEB. Entenderam os fiéis que Miguel Vieira Ferreira na verdade era o mesmo anjo Miguel da profecia do livro de Daniel que compõe o Velho Testamento. Daqui em diante, para evitar confusões com o nome do anjo, nos reportaremos a Miguel Vieira Ferreira

---

<sup>16</sup> Nas publicações da IEB, a data da morte de Miguel Vieira Ferreira é muito clara: 20.09.1895. No entanto, Émile Léonard (1963) informa outro ano: 1896. É mais provável que esta informação decorra de um erro de digitação do que da pesquisa realizada pelo Prof. Léonard.

através da sigla MVF. Em alguns textos bíblicos, o anjo Miguel assume as seguintes peculiaridades:

Naquele tempo se levantará Miguel, o grande príncipe, que se levanta a favor dos filhos do teu povo; e haverá um tempo de tribulação, qual nunca houve, desde que existiu nação até aquele tempo; mas naquele tempo livrar-se-á o teu povo, todo aquele que for achado escrito no livro (BÍBLIA. Daniel, ano, p.).

Mas quando o arcanjo Miguel, discutindo com o Diabo, disputava a respeito do corpo de Moisés, não ousou pronunciar contra ele juízo de maldição, mas disse: O Senhor te repreenda (BÍBLIA. Judas, ano, p.).

Então houve guerra no céu: Miguel e os seus anjos batalhavam contra o dragão. E o dragão e os seus anjos batalhavam. (BÍBLIA. Apocalipse, ano, p.)

Nos textos citados anteriormente, Miguel assume características bem definidas: príncipe e arcanjo. Mas, em ambas, o Miguel da narrativa bíblica é um ser/indivíduo que se opõe contra o mal. E este mal tanto podia ser representado pelos reis que se contrapunham ao povo escolhido de Deus, como poderiam ser demônios, dragão ou qualquer entidade que sintetizasse o mal. O texto do livro de Daniel, em especial, menciona esse príncipe/anjo, Miguel, como o protetor de Israel (povo escolhido de Deus) quando do início de um tempo de tribulação.

É preciso salientar que as profecias são profundamente caracterizadas pela ambigüidade, pela metáfora, isto é, por aspectos que permitem interpretações diversas e/ou contrárias. Não nos interessa aqui saber qual a interpretação legítima da profecia de Daniel. Nosso objetivo, nesse instante, é compreender a força dessa profecia entre os membros da IEB na manutenção de suas relações sociais, bem como para a compreensão do seu *modus vivendi*.

Cabe primeiramente explicar porque afirmamos que MVF foi e é o mito fundador *da e para* a IEB. O mito cumpre funções definidas nas diversas sociedades e na maioria delas, serve para explicar e dar sentido às suas existências. Marilena Chauí (2001) desenvolve seu raciocínio a partir da pesquisa sobre a construção do significado das palavras, e como estas se

resignificam com o passar do tempo para se impor com toda a força em determinados contextos históricos da sociedade.

Para a autora, “um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, (...) quanto mais parece ser outra coisa, mais é a repetição de si mesmo” (CHAUI, 2001, p. 9). A *fundação* do Brasil, por exemplo, residiria no mito de um instante originário em um passado imaginário. Assim, haveria uma comungação coletiva, onde todos são hóspedes dos mesmos sentimentos — teríamos a mesma origem —. O mito fundador, nesse sentido, cumpriria a função de um sinal distintivo, cuja força simbólica aglutinaria os homens.

Mas o mito também precisa dar sentido às atividades e destinos das comunidades em que ele se insere. Além de revelar que “o homem e a vida têm origem e uma história sobrenaturais” (ELIADE, 2002) o mito é uma realidade viva que dá sentido aos atos rituais, ao mesmo tempo em que ensina e impõe regras para as práticas dos diversos grupos, ascendendo, desse modo, a condição de elemento normatizador das tensões sociais. Segundo Malinowski:

É evidente que o mito funciona onde existir uma tensão sociológica, como nas questões de grande diferença de hierarquia e poder, questões de precedência e subordinação e, sem dúvida, onde tiverem ocorrido profundas alterações históricas. [...] Quanto a qualquer outra função explicativa destes mitos, não existe problema que não abranjam, nem curiosidade que não satisfaçam, nem teoria que não contenham (MALINOWSKI, 1988, p. 128)

Difundiu-se, portanto, que MVF era o anjo Miguel e que isto teria sido revelado por Deus a alguns membros da IEB. A construção de MVF, como mito fundador da IEB, só foi possível graças a aspectos singulares que foram utilizados como estruturantes da crença entre os fiéis e creditados como legítimos entre a comunidade religiosa, de modo a tornar possível a posse de Israel Vieira Ferreira como o terceiro pastor da IEB.

Israel foi apresentado como o *filho da promessa* que Deus fez a MVF, seu pai, quando este ainda vivia. Ora, logo após a fundação da IEB, MVF havia deixado sua esposa para juntar-se a Elizabeth Burgun, uma norte-americana que veio para o Brasil junto com seus pais a chamado do Governo Brasileiro<sup>17</sup>. Tal fato poderia ter desqualificado MVF em sua igreja, uma vez que a separação era vista com reservas pela sociedade brasileira da época. Aliás, nem mesmo separação ou divórcio, reconhecido pelo Estado, havia no século XIX.

Segundo D. Ruth Vieira Ferreira, MVF havia deixado sua esposa e levado seus oito filhos, após ter recebido uma “voz de Deus”. Entendeu MVF que Deus lhe ordenava a formação de uma nova família, com quem teria um filho homem, interpretado posteriormente pelos membros da IEB como o “filho de sua velhice e da promessa feita por Deus a ele”<sup>18</sup>.

Ele teve na vida dele aquilo que ele chamou uma voz de Deus para com ele para começar uma nova família. A minha avó ainda era viva, mas ele se separou dela, quer dizer, naquele tempo não havia separação exatamente. Mas ele pegou todos os filhos que tinha e foi viver com essa senhora com quem ele teve o filho Israel (Ruth Vieira Ferreira, 2004).

D. Ruth também nos informou que a escolha do nome de Israel foi feita segundo a revelação de Deus. Desse modo, criava-se mais um sinal demonstrativo de que MVF era de fato o “anjo despenseiro” com quem Deus havia estabelecido um pacto. O pacto, portanto, não poderia ser quebrado, sob o risco de colocar em desgraça todos os que houvessem assim o profanado. Daí

---

<sup>17</sup> Devemos esta informação a Anamaria Nunes Vieira Ferreira, descendente de MVF. Ela é escritora e reside atualmente no Estado do Rio de Janeiro. Através dela pudemos chegar a D. Ruth Vieira Ferreira, neta do primeiro casamento de MVF.

<sup>18</sup> Há bastante semelhança entre esta frase colhida entre alguns membros da IEB e o trecho bíblico em que Deus fala a Abraão acerca da promessa de fazê-lo pai com mais de cem anos, disto provindo a descendência do povo de Israel (povo judeu). Diz a narrativa bíblica no livro de Gênesis 17: “Ao que se prostrou Abraão com o rosto em terra, e riu-se, e disse no seu coração: A um homem de cem anos há de nascer um filho? Dará à luz Sara, que tem noventa anos? [...] E Deus lhe respondeu: Na verdade, Sara, tua mulher, te dará à luz um filho, e lhe chamarás Isaque; com ele estabelecerei o meu pacto como pacto perpétuo para a sua descendência depois dele”.

não haver mais questionamentos entre os membros da IEB quanto à sucessão de Luiz Vieira Ferreira por seu sobrinho, Israel.

Vejamos, portanto, que a construção de MVF como mito entre os membros da IEB permitiu a acomodação das duas principais vertentes que disputavam o controle da Igreja. Apesar de derivar da “fé viva que carece de milagres” (MALINOWSKI, 1988, p. 152), o mito, neste caso, serviu para fortalecer as relações entre os membros da IEB, para o estabelecimento de um modelo de rotinização do carisma, sendo constantemente atualizado por meio de rituais, como por exemplo, a comemoração do aniversário de nascimento de MVF.

Quanto à reificação do anjo Miguel, isto é, ao processo de alienação em que suas características se tornaram típica de uma realidade objetiva, qual seja, a vida de MVF, a IEB se expressa do seguinte modo:

Antes da vinda de Cristo, Deus dá profecia (Daniel 12) que se refere aos Últimos Tempos, quando, pela vinda do GRANDE PRÍNCIPE MIGUEL, Protetor e Condutor do Seu Povo, seria iniciado um tempo inigualável, e seria aberto o livro no qual constariam os que seriam salvos, se os seus nomes forem achados escritos, indicando quem seriam eles: os que forem doutos e os que ensinarem a muitos os caminhos de justiça. [...] A 10 de dezembro de 1837 nasceu DOUTOR MIGUEL VIEIRA FERREIRA, predestinado a concretizar as promessas feitas pelo PAI e pelo FILHO. [...] Após restabelecer a ligação do Céu com a Terra, foi por Deus retirado para gozar, junto com seu Deus e Senhor, a bem-aventurança eterna. Mas deixou alicerçada a Obra, que é a nossa Igreja. E hoje vemos tudo pronto e cumprido. (IEB, 2004).

A relação que percebemos na citação anterior, entre a profecia de Daniel 12 e o nascimento de MVF, produziu entre os membros da IEB a crença que, de fato, MVF era o *Grande Príncipe Miguel*, o anjo que Deus providenciaria para lutar contra o dragão. Não houve encarnação; pelo contrário, o cumprimento da promessa de Deus através do nascimento único do

seu predestinado que, para a IEB, teve o efeito de produzir o restabelecimento da ligação do Céu com a Terra.

Ora, MVF ao ser confirmado e reconhecido pela comunidade religiosa da IEB como o anjo Miguel, ascendeu ao patamar das divindades, sendo ele próprio objeto de respeito e reverência por parte dos fiéis da IEB, mas não de culto. É simultaneamente tênue e complexo o modo como se operou esta separação na IEB: a de que MVF, apesar do seu caráter divino, não é objeto de adoração por parte de seus seguidores.

### **CAPÍTULO 3**

#### **A (RE)PRODUÇÃO DA CRENÇA**

— O Senhor sabe, Padre Teobaldo, que eu não acredito em milagre. Se freqüento a Igreja, como o senhor também sabe, é pelo convívio humano, pelo rito social de que não me desprendi.

Josué Montello, *Noite sobre Alcântara*.

Neste capítulo, tentamos compreender de que forma o mito fundador é re-atualizado entre os fiéis da IEB. Privilegiamos, sobretudo, a análise sobre como se deu a sacralização de diversos locais e objetos nesta Igreja. Demonstramos, também, de que modo ocorreram reapropriações do sagrado pela comunidade de fiéis da IEB.

Para realizar este trabalho, empreendemos primeiramente pesquisas de campo no templo sede da IEB, localizado no bairro Cidade Nova, no Rio de Janeiro, e no bairro São Cristóvão, em São Luís. Durante esse período, realizamos entrevistas com alguns de seus fiéis, principalmente diáconos e presbíteros, os quais são atualmente responsáveis pela direção da IEB. Em São Luís, participamos de um culto em homenagem ao nascimento de Miguel Vieira Ferreira. Esta celebração ocorre sempre no décimo dia do mês de dezembro.

Neste ensaio etnográfico<sup>19</sup>, percebemos a dramatização da biografia de MVF e, também, a dinâmica religiosa que caracteriza de modo singular a IEB. Admitimos que os ritos praticados pelos fiéis têm tido a capacidade de perpetuar a força do mito fundador, reificando o anjo Miguel, por meio da observação do sagrado e também pela carga dramática com que alguns rituais são praticados.

---

<sup>19</sup> Denominamos ensaio etnográfico porque não empreendemos uma pesquisa de campo em tempo satisfatório que nos permitisse a descrição densa de todas as atividades, rituais e relações mantidas entre os fiéis da IEB. Sabemos que há grande diferença entre um “tique nervoso e uma piscadela”. Sendo assim, privilegiamos, entre as estruturas de significação, aquelas em que conseguimos demonstrar sua base social e sua importância (GEERTZ, 1989).



### 3.1 Naquele tempo se levantará Miguel

Para Eliade (2002) o valor do mito é periodicamente reconfirmado pelos rituais, os quais ao insistirem em ser a rememoração e a reatualização do mito, ajudam o homem a distinguir e reter o real. A repetição contínua dos rituais impõe a certeza de que algo existe de uma maneira absoluta, sendo, este algo, elemento sagrado acessível à experiência humana.

As cerimônias ou celebrações tendem a reafirmar sentimentos comuns à comunidade religiosa ou, pelo menos, aproximam as pessoas em torno de velhas lembranças históricas, reavivadas por meio de rituais. Além de relembrar o passado, tornando-o presente por meio da representação dramática, os ritos promulgam abstenções, isto é, interdições religiosas. A interdição que “implica necessariamente a noção do sagrado vem do respeito que o objeto sagrado inspira e tem, por finalidade, impedir que falte esse respeito” (DURKHEIM, 1996, p. 319).

A celebração do culto ao aniversário de nascimento de Miguel Vieira Ferreira evidenciou estes dois momentos: rememoração e interdição. Por um lado, os fiéis da IEB, através de jograis e de cânticos, trouxeram à tona lembranças sobre suas origens, as quais estavam diretamente vinculadas à origem de MVF. Por outro, à medida que o culto prosseguia, distinguíamos os locais sagrados e os objetos de interdição que deveriam ser observados pela comunidade religiosa.

O ritual a que assistimos iniciou de forma solene e silenciosa, sem nenhum cântico, com a entrada de seis crianças, pelas laterais do templo, dispostas da seguinte forma: três meninas pelo lado direito e três meninos pelo esquerdo. O templo, apesar de relativamente pequeno, deixava espaço para a acomodação de mais pessoas. Atualmente a IEB do São Cristóvão conta com aproximadamente 20 membros, segundo nos relatou o diácono<sup>20</sup>, Edson Ferreira de Sousa. Porém, naquele dia, muito especial e aguardado por toda a comunidade religiosa, 25 a 30 pessoas, entre fiéis e convidados, fizeram-se presentes. Não é um número expressivo se tomarmos como referência a quantidade de evangélicos da Igreja do Evangelho Quadrangular, localizada bem próxima ao templo da IEB, no mesmo bairro. Mas, isso parece não importar muito aos fiéis. Quando

---

<sup>20</sup> Algumas igrejas protestantes, como a IEB, possuem em seus quadros a figura do diácono — que corresponderia a um cargo abaixo do de presbítero e do de pastor, respectivamente — ao qual se destinam funções básicas dentro da igreja, como recepção aos visitantes, evangelização de pessoas da comunidade, entre outras. O livro de I Timóteo (Novo Testamento) informa a respeito de alguns valores éticos e morais que uma pessoa precisaria apresentar para ser reconhecida como diácono.

perguntamos ao diácono Edson a respeito deste número de pessoas frequentando a IEB, ele nos informou o seguinte:

Isto sempre foi assim. Desde a época do nosso pastor era difícil. Porque a nossa doutrina é uma doutrina que nem todo mundo aceita. Porque a nossa doutrina é diferente, é totalmente diferente da doutrina dos protestantes. Eles acreditam em uma coisa e nós acreditamos em outra. Então, eles não chegam a compreender a grandeza da doutrina da Igreja Evangélica Brasileira. E nós nos aprofundamos na doutrina, de acordo com aquilo que o mestre determina que seja feito [...]. Entre algumas coisas que eles dizem, eles oferecem cura da carne, milagres. Nós não oferecemos nada disso. Nosso problema é trazer para os ouvintes a cura espiritual. Aqui para nós interessa mexer no espiritual. O material ... você já sabe. Deus nos dá oportunidade de correr atrás (Edson Ferreira de Sousa, 2005).

O depoimento anterior revela que a IEB se coloca como uma igreja diferente das demais igrejas protestantes; aliás, o próprio termo protestante lhe parece ser estranho, pois é atribuído ao outro. Além disto, fica clara a aversão que a igreja tem por determinadas práticas entres os evangélicos, principalmente em relação à oferta de serviços religiosos, com soluções sobrenaturais para quem deseja a cura física, por exemplo. Sua preocupação, como o diácono ressalta, está realmente em seguir a doutrina predeterminada do seu mestre, o Doutor Miguel Vieira Ferreira.

As seis crianças se colocaram numa posição bem próxima do púlpito e de frente para a platéia atenta. Todas mantinham uma expressão facial séria e os braços cruzados. Permaneceram mudas e quase imóveis. Chamou-nos a atenção este comportamento, pois em diversas fotografias que registraram fiéis da IEB (Fotos 7, 8, 9, 10 e 11), encontramos crianças com expressões corporais bem próximas das que vimos em São Luís.



FOTO 7 – Alunos, alunas e Professoras da Escola Bíblica Dominical da IEB de São Paulo, em 1936.  
Fonte: Acervo fotográfico da IEB

Embora fossem crianças entre 8 e 15 anos de idade, suas expressões faciais guardavam um ar grave e circunspeto. Os braços cruzados mantinham seus corpos rígidos e dominados, na intenção de reprimir qualquer força que se opusesse à ordem estabelecida em suas vidas. Muito embora compreenda-se que nas igrejas católicas ou evangélicas o momento do culto seja um momento que sugere certa vigilância das atitudes tomadas pelo indivíduo, em certa medida, as crianças tendem a escapar dessa formalidade litúrgica.

No entanto, durante aquele ritual, as crianças demonstraram postura rígida e, ainda que falhassem no alcance desta, pretendiam manter-se firmes diante dos membros da Igreja. Observamos também que esta postura corporal causava grande satisfação entre os parentes daquelas crianças, principalmente quando logravam êxito nesse comportamento.



FOTO 8 – Alunos, alunas e Professoras da Escola Bíblica Dominical da IEB de Bangu, RJ, em 1947.  
Fonte: Acervo fotográfico da IEB

No instante em que se posicionaram na frente do púlpito e de frente para os membros da Igreja, as crianças exteriorizavam à comunidade religiosa o controle de Deus sobre suas vidas. Desse modo, sob o olhar atento da família, da Igreja e de Deus — engrenagens complexas de um poder que é organizado para determinar o lugar de cada um — as crianças eram vigiadas e alocadas no espaço de relações da comunidade.

Entre os fiéis da IEB, os braços cruzados das crianças simbolizariam disciplina e humildade. O aprendizado, logo cedo, desses dois elementos, proporcionaria a manutenção da ordem na comunidade religiosa. Ressaltamos que esse aprendizado é imprescindível para as relações sociais entre os fiéis, pois os mesmos só podem se dirigir ao pregador, quando este o permitir e, assim mesmo, somente na Escola Bíblica da Igreja. Jamais, durante o ato de culto.



FOTO 9 – Fiéis da IEB de São Paulo, em 1941.

Fonte: Acervo fotográfico da IEB

Para Foucault (2003), o olhar que vigia (*panopticon*), sem necessitar de armas, violências físicas ou coações materiais, é interiorizado pelos indivíduos que estão sendo vigiados, a ponto de cada um observar a si mesmo. Dessa vigilância mútua procederia, por

exemplo, a reatualização espontânea da obediência às normas das instituições eclesiais, como podemos perceber no comportamento da comunidade religiosa.

Outro ponto relevante na disposição das crianças durante o ritual foi a maneira como a distinção de gênero se colocou de forma bipolar: masculino e feminino. As crianças não estavam misturadas, juntas. Elas mantiveram-se em separado. Não foi tão somente uma questão estética ou de arranjo para uma ocasião festiva. Entendemos que este fato implica a aceitação, ainda que temporariamente, de papéis sociais previamente definidos pelo grupo.

Os papéis sociais não somente se encontram definidos exclusivamente no lar, mas também se alargam para além dos muros da casa e se estendem até outras instituições, entre elas, a Igreja. Aquele que foge ao padrão estabelecido a qualquer uma dessas categorias (masculino/ feminino) é considerado *diferente*, uma vez que a identidade construtivamente designada como “normal” é tida como a natural, única e desejável.



FOTO 10 – Alunos da Escola Bíblica Dominical da IEB de São Luís, em 2004.

Fonte: Acervo fotográfico da IEB

Consideramos ainda que, ao estabelecerem normas de postura socialmente construídas, o corpo estereotipado, aprendido como exemplo, possibilitaria a manutenção da ordem na comunidade religiosa. Isto é, *habitus* religioso e o corpo socializado desses fiéis permitiria, teoricamente, a manutenção da liturgia austera que caracteriza a IEB.



Ressaltamos porém que, cruzar os braços, por exemplo, não significaria amoldamento ou conformação com as normas de conduta, uma vez que ocorrem negociações entre os agentes sociais. Outrossim, significaria um sinal de prestígio — se não para as crianças, pelo menos para os pais —, pois não se trata apenas de um ato de imitação. Trata-se de exteriorizar à comunidade religiosa seu pertencimento ao grupo, através da assimilação de um código corporal, produzido pelos próprios membros da IEB e reconhecido pelos mesmos como “bom exemplo a ser seguido”.

Mas, voltemos ao início do ritual. Após alguns instantes, adentrou ao templo Miguel Gomes<sup>21</sup>, membro da IEB em São Luís, que, naquela noite, seria o pregador. Ele deslocou-se até o púlpito e sentou-se numa cadeira disposta para os oficiais<sup>22</sup> da Igreja. Eram três cadeiras, sendo que a do centro encontrava-se num plano mais alto que as demais, pois estava reservada somente ao pastor da IEB, não podendo ninguém, além dele, sentar-se nela.

Miguel Gomes fechou os olhos e, durante alguns instantes, orou; depois levantou-se e dirigiu-se ao púlpito. Deste lugar deu início solene ao ritual, lembrando que o mesmo tinha como objetivo a comemoração do aniversário de nascimento de MVF. Logo após, foi lido o Salmo 99<sup>23</sup> e todos foram convidados pelo pregador a colocarem-se de pé para cantar o hino “Marcha”.

Naquele instante, todos, inclusive crianças, colocaram-se em posição de sentido como se realmente estivessem ali prontos para marchar e fizessem parte de um exército ou de uma companhia militar, demonstrando, pela postura de seus corpos, toda uma rigidez e

---

<sup>21</sup> O nome Ihe foi dado pelo Pastor Israel Vieira Ferreira, quando este ainda era vivo, em clara homenagem ao fundador da IEB. No Rio de Janeiro, coincidentemente, o presbítero responsável em dezembro/2004 era outro Miguel (Menezes do Santos).

<sup>22</sup> O termo “oficial” é utilizado na maioria das igrejas evangélicas para denominar os membros dessas igrejas que possuem cargos eclesiais, tais como presbítero e diácono. O termo é uma expressão de dentro do grupo, cunhado para este fim específico.

<sup>23</sup> Salmo 99: “1 O Senhor reina, tremam os povos; ele está entronizado sobre os querubins, estremeça a terra. 2 O Senhor é grande em Sião, e exaltado acima de todos os povos. 3 Louvem o teu nome, grande e tremendo; pois é santo. 4 És Rei poderoso que amas a justiça; estabeleces a equidade, executas juízo e justiça em Jacó. 5 Exaltai o Senhor nosso Deus, e prostrai-vos diante do escabelo de seus pés; porque ele é santo. 6 Moisés e Arão entre os seus sacerdotes, e Samuel entre os que invocavam o seu nome, clamavam ao Senhor, e ele os ouvia. 7 Na coluna de nuvem lhes falava; eles guardavam os seus testemunhos, e os estatutos que lhes dera. 8 Tu os ouviste, Senhor nosso Deus; tu foste para eles um Deus perdoador, embora vingador dos seus atos. 9 Exaltai o Senhor nosso Deus e adorai-o no seu santo monte, porque o Senhor nosso Deus é santo”.

disciplina que naquele momento era necessário ser exteriorizada. O hino foi cantado em alta voz, enfatizando um aspecto fonético interessante: o fonema [ê] muito estranho ao sotaque maranhense. Abaixo segue a letra da “Marcha”, composta por José Alves Moreno:

Naquele tempo, profetiza Daniel / Se levantará o grande príncipe, Miguel / O protetor do teu Povo / Condutor dos filhos de Deus, E sendo filho da Mulher.

Exultemos, meus irmãos / Aceitemos o grande príncipe Miguel / Que vencer vem ao dragão / Pela promessa que Deus fez à Mulher / Vem com a justiça de Cristo / No poder do Espírito Santo / E com o nome de Miguel.

Acordando multidões / Que dormem na noite escura / Abrindo selos da Bíblia / Revelando sua formosura / Nos mandando ao Senhor Jesus / receber d'Êle a própria luz / E aceitarmos sua cruz.

Jesus Cristo o enviou / Por sua fidelidade / Revestindo-o do poder / para fazer sua vontade / Mandou Êle e mais ninguém / Seu irmão que Êle quer bem / E os anjos digam: — Amém.

(LIVRO DE CÂNTICOS, L. IV – Fls. 72).

### **3.2 A sacralização dos diversos locais e objetos na Igreja Evangélica Brasileira**

Antes de darmos prosseguimento à descrição do ritual, precisamos, por hora, esclarecer alguns aspectos concernentes à etapa inicial do culto. Entre as igrejas evangélicas existem alguns componentes comuns, relacionados ao sagrado; dentre esses, podemos citar: o pão, o vinho, o local do púlpito.

Todavia, existe algo singular nos espaços sacralizados da IEB: o local reservado ao pastor da Igreja. Quer seja no templo sede do Rio de Janeiro quer no templo do São Cristóvão, em São Luís, a disposição das cadeiras, que ficam atrás do púlpito e de frente para os bancos da igreja, são sempre em número ímpar, ficando a do centro posicionada num plano mais alto que as demais.

É importante observar que esta cadeira central representa não somente um local de poder, mas o local sagrado que não pode ser ocupado por qualquer um, para que não ocorra o

risco de ser profanado. No templo sede do Rio de Janeiro, o diácono Manoel, antes de dar início ao culto, sentou-se numa cadeira posicionada do lado direito da cadeira central. Ali fez suas orações. Miguel Gomes, no templo da Igreja em São Luís, agiu da mesma maneira. Em ambos os casos, a cadeira central permaneceu vazia.

Segundo os membros da IEB, estas cadeiras, localizadas no plano superior, devem ser ocupadas apenas pelo pastor visível da Igreja, pois seu pastor invisível e permanente, isto é, Jesus Cristo, já está assentado no trono celestial. O pastor visível tem a função de conduzir a igreja em suas diversas áreas: teológica, administrativa e eclesiástica. Somente ele pode ordenar presbíteros e diáconos entre os fiéis.

Em mais de 120 anos de existência, a IEB só possuiu quatro pastores: Miguel Vieira Ferreira (1879-1895), Luiz Vieira Ferreira (1898-1908), Israel Vieira Ferreira (1911-1959) e Antônio Prado (1974-1999). Os quatro pastores estão intimamente ligados por laços de parentesco — Antônio Prado casou-se com a Prof.<sup>a</sup> Mary Vieira Ferreira, neta de MVF. Há mais ou menos seis anos a IEB encontra-se sem pastor visível, como seus membros afirmam. Está dirigida, temporariamente, por um Presbitério, cuja presidência cabe ao presbítero Moderador<sup>24</sup>. Essa situação se prolongará até o momento em que Deus revelar aos membros da IEB o seu novo pastor.

Segundo os oficiais, esta escolha dar-se-á seguinte modo. A Igreja, isto é, todas as congregações que fazem parte da IEB, entrará em oração durante o período de vacância do cargo de pastor (sumo-sacerdote). Nestas orações, os fiéis suplicam pela revelação divina que anunciará a toda a comunidade religiosa o escolhido para o cargo. Poderá ocorrer mais de uma indicação, pois são mais de 25 congregações espalhadas pelo país.

Cada congregação tem direito a apresentar apenas um nome, obrigatoriamente revelado e escolhido pela maioria dos votos de seus fiéis. Se todas as congregações



concordarem com o mesmo nome, a pessoa será confirmada no cargo de pastor, pois a unanimidade garantiria, para os membros da IEB, que a escolha foi feita por Deus e não por homens. Caso ocorra um voto discordante de qualquer congregação, o período de oração será retomado até que novamente se tenham elementos suficientes para um novo pleito.

A maneira como se procede à sucessão pastoral, por um lado, permite um equilíbrio de forças entre as congregações, uma vez que o “peso” do voto de uma igreja em Rondônia, por exemplo, seria o mesmo de outra com maior expressão, como a do Rio de Janeiro. Já, por outro, sugere aos fiéis da igreja a ausência de conchavos no processo sucessório, diminuindo, desse modo, a possibilidade de contestar-se o poder de quem foi nomeado ao cargo.

Todos estes aspectos, que caracterizam o posto ocupado pelo sumo sacerdote da IEB, lembram o que ocorre na Igreja Católica quanto ao exercício do sumo pontífice. Tradicionalmente, o Papa só pode deixar o seu cargo por ocasião de morte, fato este que demonstraria a providência divina tanto para a sua escolha, quanto para seu desligamento do posto ao qual foi destinado.

O que temos aqui é algo um tanto singular, pois, entre as igrejas evangélicas, ao que nos parece, não existem tronos, isto é, locais exclusivos para indivíduos que exercem ou simbolizam o poder. Em algumas igrejas evangélicas é possível encontrarmos locais *reservados* aos pastores. No entanto, isto não significa *exclusividade*. Na IEB, a cadeira, além de ser exclusiva para o uso de um único pastor, remete à memória de Miguel Vieira Ferreira.

O local exclusivo ao sacerdote, nesse caso, tornou-se um espaço sagrado à medida que houve eficiência na revelação de que a pessoa que se encontrava nesse local era um mediador entre Deus e os homens. Podemos observar, desse modo, que houve não apenas uma construção pura e simples de um lugar sagrado, mas um descobrimento, uma revelação

---

<sup>24</sup> Esta forma de governo eclesiástico é bastante similar à utilizada pelos presbiterianos. Miguel Vieira Ferreira provavelmente apropriou-se de um modelo já existente, porém transformando e adaptando alguns elementos para

de um lugar que viria a ser sacralizado pela comunidade religiosa. O diácono Edson foi enfático em relação a este assunto.

A cadeira do pastor não é dada a ninguém sentar. Ela é o trono do mestre, o trono do mestre. Então só o pastor senta na cadeira, só ele. É o chefe, é ele, o mestre. Aquele é o trono dele. Nós temos várias outras cadeiras para serem usadas. Mas o trono é do pastor. Se alguém sentar ali de forma indevida, ele não tem consciência do que está fazendo, porque a gente já explica que naquele lugar não se pode sentar. [...] Nós temos em três congregações, três tronos. Tronos mesmos, pois foi o mestre [MVF] que se sentou (Edson Ferreira de Sousa, 2005).

Como podemos perceber, na fala do diácono Edson há bastante preocupação em não se profanar o *trono do mestre*. Na história da IEB de São Luís apenas uma vez ocorreu alguém sentar-se no trono, sem ser o pastor. Sr. Itamar, ancião da IEB, visitando a igreja de São Luís quando a mesma ainda estava se consolidando, há quase trinta anos, sentou-se na cadeira do pastor. O fato não gerou grandes constrangimentos, pois Sr. Itamar já era avançado em idade, o que foi levado em consideração pela comunidade religiosa.

Há também aspectos relevantes quanto ao hino que foi entoado. O primeiro deles diz respeito ao fato de ser um canto para abertura do ritual em que, simultaneamente, homenageava-se MVF e recobrava-se à memória a profecia de Daniel. Os dois aspectos, homenagem e memória, reforçam, na comunidade religiosa, MVF como o enviado de Deus. Daí o apelo, logo nos primeiros versos, para que “aceitemos o grande príncipe Miguel”.

Segundo Eliade (2002, p. 122), a valorização religiosa da memória está na importância da rememoração dos *eventos míticos*, os quais trazem à tona tudo o que se passou no tempo primordial. Vejamos que o canto inicia com a expressão “naquele tempo”, remetendo a comunidade religiosa à origem de seu fundador e, portanto, dela própria. A este tempo profético, em que foi ajustado um pacto entre Deus e o seu povo, corresponderia um outro, atual, onde a promessa se efetivaria.

A promessa que Deus fez à “Mulher” vem, segundo o cântico, com o nome de Miguel — o sobrenome nós já sabemos. Diante destes aspectos, os fiéis da IEB, ao

dramatizarem todo este processo, em forma de canto, reafirmam seu pertencimento à comunidade dos escolhidos de Deus e o privilégio de possuírem um ente divino como fundador de sua igreja. Na estrutura dos versos não haveria confusão; tudo estaria claro, como na expressão: “mandou Ele e **mais ninguém**” [grifo nosso].

Nenhum membro, portanto, pretenderá usurpar este cargo ou missão, sob o risco de contrariar a vontade do Criador, quebrando, desse modo, a aliança entre Deus e o seu povo. Para os fiéis da IEB, Miguel Vieira Ferreira foi o verdadeiro e único enviado para a missão de vencer o dragão. O final é enfático: “os anjos digam amém”. E dirão, não temos dúvida, pois negar seria opor-se ao que fora estabelecido nos céus entre as divindades.

Ao término do cântico, sob o sinal discreto do pregador, Miguel Gomes, — as mãos abertas colocadas sobre o púlpito inclinando-as num movimento para baixo — os membros da Igreja sentaram-se nos bancos. Antes de prosseguir com um jogral executado pelas crianças, o pregador colocou-se de joelhos, o que foi seguido por todos. Naquela posição, os fiéis, com os rostos curvados, acompanharam atentamente a oração do pregador, até que o mesmo terminasse e se levantasse.

Em seguida, as crianças começaram a relatar a história de vida de Miguel Vieira Ferreira. Primeiramente uma menina (a mais velha entre as crianças) falou sobre o nascimento de MVF. Era a apresentação de um texto decorado — presente em diversas publicações de aniversário da IEB — do qual transcrevemos o seguinte trecho:

Em 10 de dezembro de 1837 nascia à Fonte das Pedras, em São Luis do Maranhão, uma criança, predestinada a ser na Terra elemento de vida, manancial de graças, fonte infinita de bênçãos, irradiação perfeita do bem! [...] Tornou-se homem e, nesse homem, vimos surgir a figura inconfundível do Doutor Miguel Vieira Ferreira, ilustre entre os mais ilustres de seus pares! (IEB, 2003, p. 11).

A fala desta menina foi firme, longa e sem atropelos. Todos acompanharam, empolgados, aquela narrativa, sem que desviassem o olhar, em nenhum momento, daquela

menina. Alguns se impressionaram com a extensão do texto, que foi decorado e repetido, ali, na presença da comunidade.

Entretanto, o mesmo sucesso não houve com a criança seguinte que, sob o olhar atento da platéia, fez o enunciado incompleto de seu texto. A expressão de alguns membros foi de reprovação, pois aquela falha prejudicou o prosseguimento da narrativa apologética da vida de MVF. A terceira menina permaneceu calada.

Passou-se então aos meninos. O primeiro falou seu texto com certa desenvoltura, apesar de, ao final, dar uma pausa para lembrar-se do restante. O segundo iniciou seu texto, logo após, esqueceu-se de algumas partes do mesmo, mas foi auxiliado por um dos fiéis que se encontrava no primeiro banco do templo. O terceiro menino, com ar visivelmente preocupado em não errar, de uma só vez falou uma frase que nos pareceu incompreensível. Contudo, todos permaneceram compenetrados e atentos.

Chamou-nos a atenção o fato de que cada criança dentro de sua fala descruzava os braços, colocando-se em posição de sentido para, ao final, voltar à posição primeira com os braços cruzados. Depois desse momento de participação das crianças, o pregador falou que se sentassem ao lado de seus pais.



FOTO 12 – Entrega de arranjo de flores ao diácono Miguel.  
Templo da IEB de São Luís. 10.12.2004

No entanto, a menina mais velha, que fazia parte do jogral, segurou um arranjo de flores que se encontrava já reservado no primeiro banco da Igreja e, com ele em mãos, pronunciou algumas frases de oferta e agradecimento pela vida de MVF. Ao terminar o pronunciamento, passou-o às mãos do pregador que agradeceu pela oferta (Foto 12).

Logo em seguida, o mesmo pregador repousou o presente na cadeira do centro, reservada ao pastor da IEB. Feito isto, dirigiu uma oração em agradecimento a MVF, ressaltando que ele aceitasse aquela “humilde oferta”. Este é mais um aspecto singular que observamos nesse ritual: o estabelecimento de um elo, visível, entre céu e terra.

O trono — como é chamado pelos membros da IEB — onde foi colocado o presente tornou-se, desse modo, um espaço sagrado, um elemento que, ao mesmo tempo em que asseguraria a autoridade do seu ocupante como legítimo sacerdote entre os leigos, também exteriorizaria para toda a Igreja um meio de comunicação com o mundo divino. É como se, ao ser colocado o jarro de flores sobre a cadeira do pastor, esta se tornasse um veículo de passagem, permitindo que MVF recebesse a oferta da Igreja no local onde se encontrasse, a saber, o céu. A cadeira do pastor seria a representação de um elo entre dois mundos: um celestial e outro terreno.

[...] a teofania consagra um lugar pelo próprio fato de torná-lo “aberto” para o alto, ou seja, comunicante com o Céu, ponto paradoxal de passagem de um modo de ser a outro. [...] Inúmeras vezes, nem sequer há necessidade de uma teofania ou de uma hierofania propriamente ditas: um sinal qualquer basta para indicar a sacralidade do lugar. [...] Mas não devemos acreditar que se trata de um trabalho humano, que é graças ao seu esforço que o homem consegue consagrar um espaço. Na realidade, o ritual pelo qual o homem constrói um espaço sagrado é eficiente à medida que ele reproduz a obra dos deuses. (ELIADE, 1992, p. 30)

No templo sede do Rio de Janeiro, um ambiente reservado ao trabalho do pastor, chamado gabinete pastoral, permanece atualmente fechado, sendo aberto apenas para a limpeza semanal. Segundo o diácono Manoel, ninguém pode fazer uso daquele gabinete a não ser o pastor. E para que esta determinação se cumpra e não haja profanação daquele espaço, o gabinete permanece guardado, permitindo-se a entrada somente de pessoas qualificadas para isto.

Ao que nos parece, há um certo receio de que, não agindo assim, todos os objetos que são utilizados pelo pastor viessem a ser corrompidos, profanados. O cuidado dos membros da Igreja em não permitir que haja profanação desses objetos é um cuidado em manter imaculado o espaço sacro, o espaço em que a divindade ou o representante desta se manifesta. O desrespeito a estas normas é desrespeito a Deus e caracterizaria a corrupção no meio do povo.

Mary Douglas (1976) opõe duas categorias: higiene/santificação (pureza) e sujeira (profanação). Para a autora, a construção dessas duas categorias (profanação, purificação) indica oposições de uma a outra. Profanação seria indicativo de desordem e de sujeira, devendo ser relativizada, posto que existe aos olhos de quem vê e, portanto, não é algo absoluto. A purificação ajuda na manutenção da ordem, através de elementos de sanção (perigos) que ameaçam os transgressores.

Nesse aspecto, podemos perceber que espaços ocupados pelo sagrado na IEB, objetivam também a manutenção da ordem. O local do sagrado deve estar bem claro aos indivíduos da Igreja, assim como totalmente em oposição a qualquer elemento profanador. Contudo, deve-se entender profanação e purificação como categorias que se estabelecem de acordo com o contexto cultural de cada grupo, comunidade ou sociedade. É possível que algumas igrejas evangélicas vejam nessa atitude do cuidado dos membros da IEB com o lugar

ocupado pelo pastor e os vários elementos que estão à sua órbita exemplo de um comportamento impróprio e que, portanto, colaboraria para a corrupção da igreja.

### 3.3 A reapropriação dos saberes

Um novo cântico, sugerido por Miguel Gomes, foi executado por um membro da Igreja, acompanhado com órgão. Cada cântico era sempre entoado pelos fiéis de forma solene e em pé. Ao final, todos se sentaram e o pregador iniciou uma longa explanação sobre Miguel Vieira Ferreira. A certa altura ele utilizou-se do *Novíssimo Testamento*.

Nas décadas de 1910 e 1920, um conjunto de *tradições orais* foi cuidadosamente registrado por algumas mulheres, com base nas cerimônias realizadas pela IEB e nas preleções do seu filho, Israel Vieira Ferreira. Essa produção resultou nos *doze* volumes intitulados *novíssimos testamentos*, tidos como revelações complementares às escrituras (SANTOS, 2004, p. 296).

Para os fiéis da IEB, a Bíblia Sagrada é composta de três livros: Velho Testamento, Antigo Testamento e Novíssimo Testamento. Os textos contidos no Novíssimo Testamento foram elaborados por MVF e Israel Vieira Ferreira, os quais representam para a IEB, respectivamente, o grande príncipe Miguel e o filho da promessa. Daí, o caráter sagrado do livro. Segundo a IEB, pai e filho deram continuidade e finalizaram as Sagradas Escrituras, tornando-a completa, como nos informou o diácono Edson.

A nossa igreja está escrevendo o Novíssimo Testamento. Já escreveu. O livro da Bíblia Sagrada é composta de três livros. Ali só tem dois [apontando para a Bíblia]. Mas a Bíblia Sagrada é composta de três livros: o Antigo e o Velho Testamento estão aqui. E o Novíssimo Testamento está sendo escrito pela Igreja Evangélica Brasileira. Ele já foi escrito. Só falta enquadrar, incluir ele na Bíblia. [...] Todos os ensinamentos do nosso doutor Miguel e do pastor Israel estão no Novíssimo Testamento. (Edson Ferreira de Sousa, 2005)

Nos Estados Unidos, algo parecido também foi realizado pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, mais conhecida como Igreja dos Mórmons. Seu fundador, Joseph Smith (1805-1844), acreditava ter visões que lhe informavam não haver, na Terra, nenhuma igreja que representasse a vontade divina. Deus haveria de restaurar sua igreja verdadeira e escolheria Smith para esta tarefa, confiando-lhe também escritos sagrados e complementares à Bíblia. Segundo Latourette, Joseph Smith teria recebido estes escritos em uma colina, por volta de 1815, mas só os publicou em forma de livro em 1830.

Afirmaba que por el mandato de las visiones fue a una colina, donde halló un libro escrito en caracteres extraños y lo tradujo mediante una ayuda milagrosa. Esta traducción fue publica en 1830 como el *Libro de Mormón*. Contenía dicho libro extractos extensos del Antiguo y del Nuevo Testamentos junto con lo que se daba a entender que era la historia de un pueblo descendido de una familia que, huyendo de Jerusalén antes de su caída en mano de los babilónicos, llegó hasta América (LATOURETTE, 1977, p. 645).

Tanto para a IEB quanto para a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, livros sagrados, como o *Novíssimo Testamento* ou o *Livro dos Mórmons*, respectivamente, não se constituem em alternativas contrárias à Bíblia ou pretendem ser hierarquicamente superiores à mesma. Ouvimos certa vez de um missionário mórmon que o livro é colocado na estante ao lado das Sagradas Escrituras; nem acima, nem abaixo, mas ao lado.

Consideramos, portanto, que ocorrem re-apropriações, por parte dessas comunidades religiosas, de saberes religiosos, os quais irão compor elementos novos, como por exemplo, livros sagrados complementares a um outro já existente. Neste processo, há primeiramente a apropriação de um determinado conhecimento, interpretado e assimilado mediante os elementos culturais inerentes à comunidade. Em seguida, a comunidade re-elabora este saber, transformando-o e oferecendo-o como um saber que se pretende novo e verdadeiro.



É preciso ressaltar que, apenas a apresentação de um livro como sagrado, não lhe garante esse *status*. É preciso que a comunidade o reconheça como tal, através de sinais eficazes. Joseph Smith, por exemplo, afirmava ter recebido os escritos em placas de ouro, escritas em línguas estranhas — muito próximo da narrativa da entrega dos Dez Mandamentos a Moisés.

A IEB, além de afirmar que o livro está composto de revelações dadas por Deus a MVF e seu filho acredita que, a própria divisão em doze volumes do livro seria demonstrativo de um sinal divino; pois, segundo a igreja, esta disposição não fora previamente estabelecida. O fato teria fugido ao controle da própria instituição, demonstrando, desse modo, que era Deus o condutor de todo o processo, como também o foi, para os fiéis, quando MVF desligou-se da Igreja Presbiteriana, acompanhado por doze chefes de família<sup>25</sup>.

São doze volumes que compõem o Novíssimo Testamento. Cada qual na sua fase. O número doze acompanha a nossa igreja desde a saída do Doutor Miguel da Igreja Presbiteriana. Saíram com ele da Igreja Presbiteriana doze chefes de família (Edson Ferreira de Sousa, 2005).

Na tradição judaico-cristã, o número doze corresponde ao número de tribos de Israel. Segundo a narrativa bíblica, doze tribos seguiram o profeta Moisés com a finalidade de alcançarem a *terra prometida*. O mesmo número está relacionado à quantidade de apóstolos que acompanhavam Jesus. Enfim, há várias ocorrências do algarismo doze em toda a Bíblia. De certo modo, há um interesse da comunidade religiosa em buscar sinais que se pretendem divinos para afirmar a criação sobrenatural da IEB.

Diante destes aspectos, consideramos que, a maneira como os fiéis da IEB procedem em sua prática religiosa, representaria a tensão entre o mistério do sagrado e o processo de desencantamento do culto protestante. Para Rivera (2001), o protestantismo que

---

<sup>25</sup> Na página 75, Duarte (1996) e Léonard (1963) nos informam números de pessoas que teriam saído juntamente com Miguel Vieira Ferreira. A IEB enfatiza o número de *chefes de família* que acompanharam MVF para fundar a igreja, o que para eles é muito mais significativo de que a quantidade de pessoas.

chegou à América Latina rejeitou símbolos, distinguiu os espaços sagrados e profanos, proibiu imagens e formalizou o culto.

De fato houve uma pretensão para a concretização deste projeto, mas não podemos afirmar o êxito completo dessa intenção. Embora Rivera (2001, p. 183) afirme que “os pentecostalismos contemporâneos representariam um reencantamento do culto e uma ressacralização da figura do pastor”, entendemos que os elementos mágicos permaneceram submersos nas práticas protestantes, permitindo, inclusive, que movimentos pentecostais pudessem existir, de modo sistemático, a partir do século XX, no Brasil. Segundo Santos (2004, p. 262):

O esvaziamento do sagrado elaborado pelo protestantismo histórico pode significar não somente a sinalização do desencantamento do mundo rumo à secularização inevitável pelo diagnóstico sociológico. Pode, por outro lado, significar a simplificação do sagrado como forma de resistência ao esvaziamento do próprio sagrado ante a força da secularização, acantonando o religioso aos espaços privados e marginais da vida cotidiana. Tornou-se também uma estratégia de combater os erros do catolicismo concorrente em suas exteriorizações rituais e estéticas.

Depois de toda a leitura do texto, todos foram convidados a colocarem-se de pé para cantarem um último cântico, “Marcha para Israel”. Nada mais sugestivo. O pregador deslocou-se para uma porta rente à saída do templo. Primeiramente, o diácono Edson movimentou-se até Miguel Gomes e, nesse instante, beijou-lhe a mão direita abraçando-o em seguida e colocando-se imediatamente ao seu lado. Logo depois, os membros da Igreja dirigiram-se até o pregador, Miguel Gomes, e repetiram os mesmos gestos, beijando-lhe a mão direita para depois saírem do templo. Nós, em sinal de respeito àquele ritual, também nos dirigimos à saída do templo e cumprimentamos o pregador. O culto estava, desse modo, finalizado.

Este último rito, o qual finaliza todas as celebrações da IEB dentro dos templos, não é obrigatório aos fiéis da igreja. As pessoas podem ou não beijar a mão do pregador. No entanto, percebemos que há uma disposição de todos em procederem da mesma forma,

levados pela coerção social ou por entenderem nisto um privilégio de manter contato íntimo com alguém que estava em um local sagrado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o carisma ser a grande força revolucionária nas épocas com forte vinculação à tradição (WEBER, 1999, p. 161), os sentidos que ele adquire na IEB estão muito próximos, paradoxalmente, do tradicionalismo. Isto é, a dominação carismática que observamos na IEB, se apóia, principalmente, na transmissão de valores espirituais através de gerações.

Tradição para a IEB significaria conservar a memória de Miguel Vieira Ferreira, seu fundador e *mestre*. Seu nome é constantemente lembrado e, por diversas vezes, atribuído a ruas, praças, monumentos e, até mesmo, cidades. Dos vinte e seis templos espalhados pelo país, oito estão situados em logradouros que levam o nome de *Doutor Miguel Vieira Ferreira* (ver anexo P, p. 168).

A força de seu carisma também permite, tradicionalmente, a manutenção da linhagem sucessória dentro da família Vieira Ferreira. Neste aspecto, a rotinização do carisma adquiriu o caráter hereditário. Ou seja, a qualidade do sangue, inerente ao clã do portador seria um dos aspectos estruturantes da ordem de sucessão na IEB (WEBER, 1999, 163).

Apesar da desconfiança de que a IEB não sobreviveria por muito tempo, pelo fato de viver das lembranças de Miguel e Israel Vieira Ferreira (LÉONARD, 1963, p. 342), a expansão, nos últimos anos, do seu número de templos, têm dado mostras da vontade de seus

fiéis em levar a outras localidades as doutrinas de MVF, reificado pela comunidade religiosa como sendo o *Grande Príncipe Miguel*.

Isto só foi possível graças ao poder simbólico construído em torno da figura de MVF. Os símbolos desse poder (capital simbólico objetivado) permitiram que ele fosse reconhecido e respeitado pelos seus pares (BOURDIEU, 1998). Para a IEB ele é o doutor e o mestre, de fato. Sua formação intelectual e a origem aristocrática contribuíram para a eficácia desse reconhecimento.

Apresentado em fotografias, sempre de borla e capelo — objetos utilizados ainda hoje nas universidades brasileiras nos rituais de formatura — MVF seria a representação do homem letrado, cujo poder simbólico aglutina e mobiliza os fiéis para o encontro com a *verdade*. O trono, outro capital simbólico objetivado, representaria mais um poder no meio da comunidade religiosa: o poder *regale*<sup>26</sup>.

Para os fiéis da IEB, MVF foi o Príncipe Miguel, o homem/anjo designado por Deus para reinar/conduzir o seu povo. O trono representaria, para a comunidade, a majestade desse poder. Como os antigos reis, que eram designados ao exercício do trono por mandamento divino, ratificado pela Igreja Católica, temos, guardadas as devidas proporções e distâncias, MVF como exemplo desse mesmo poder *regale* que se manifestaria no real.

Além disto, percebemos que, na liturgia e teologia protestantes do período aqui abordado, revelações divinas, quase sempre atreladas a um novo componente revelador, opunham-se aos paradigmas estabelecidos por igrejas protestantes históricas. Qualquer sinal que viesse a interferir na ordem eclesiástica era classificado pelo corpo sacerdotal como misticismo, magia, elementos contrários à religião, uma vez que a última seria dotada de sentido, ou seja, expressaria racionalidade.

---

<sup>26</sup> Preferimos utilizar a palavra real no latim, *regale*, para que não houvesse confusão entre a palavra real que designa realeza, e real, no sentido de fato concreto, verdadeiro.

Aqui temos um outro ponto de discussão: de onde provém o discurso de que a religião não está impregnada de misticismo, de magia, de segredos? Até que ponto aquilo que é chamado de mágico se confunde com religião?

A Igreja Católica classificava o protestantismo como seita herética, desprovida da verdade espiritual e deformadora da teologia cristã. Séculos depois, igrejas protestantes, classificadas pela sociologia da religião como históricas, dado sua proximidade com a Reforma, acabaram também por classificar denominações protestantes mais jovens como seitas, principalmente aquelas que vinham dando ênfase à emoção, ao êxtase religioso. O interesse de tal classificação era semelhante ao da Igreja Católica: nega-se o outro reafirmando-se sua ilegalidade, ressaltando-se a diferença entre o que se pretende tradicional, portanto legítimo e aceito, e o que é novo, instável, temporário.

Parece-nos que o estabelecimento dessas diferenças teve como interesse criar uma hierarquia na manipulação do sobrenatural, onde, sobretudo o catolicismo e o protestantismo histórico arrogaram-se ao direito de classificar o que é religioso e o que é místico, a partir de um referencial próprio, cujo objetivo principal era negar a existência ou legitimidade na prática do outro, ou no exercício da manipulação do sobrenatural.

Miguel Vieira Ferreira — possivelmente um caso limite dentro do protestantismo brasileiro de fins do século XIX — perpassou por diversas posições: mágico, profeta e sacerdote, sem fixar-se em nenhuma delas, como pudemos perceber neste trabalho. A IEB nos mostra ser um exemplo das rupturas e continuidades que ocorreram, e ainda ocorrem, no meio evangélico brasileiro. Se por um lado MVF rompe com o pragmatismo de um tipo de protestantismo puritano de origem norte-americana, a exemplo da Igreja Presbiteriana, por outro mantém uma estrutura eclesiológica similar em vários aspectos àquela igreja.

As influências do racionalismo que ele sofreu emergiram à medida que se fizeram necessárias para a manutenção da instituição religiosa e de seu corpo eclesiástico. De modo

que a “revelação divina”, que ele tanto enfatizava, não permitiu questionar a idéia de Eclésia, de religião, ou de Igreja. O que foi questionado por ele foi o *modus operandi* da Igreja na época, em especial a Presbiteriana, com seu pragmatismo e conservadorismo de origem norte-americana, não a idéia de Igreja em si mesma.

Observamos, também, que a re-atualização constante do mito fundador da Igreja Evangélica Brasileira, que alcança seu ápice no culto em homenagem ao nascimento de MVF, produz a renovação do poder de Miguel como líder religioso carismático. Celebra-se seu nascimento, mas não sua morte.

A dramatização da história de sua vida, durante a celebração, pode ser considerada também uma festa em agradecimento a Deus pelo cumprimento de sua palavra profética entre os membros da IEB. Uma festa em que os símbolos e sinais religiosos cumprem funções sociais, ao integrar uma comunidade religiosa específica, através da explicação de sua origem. Entendemos que a finalidade de toda esta dramatização possa ser também um incentivo a mais entre os membros da IEB para sentirem-se pertencentes ao grupo.

A sacralização de alguns sujeitos e objetos da IEB exteriorizam aos seus membros o local que o sagrado ocupa, bem como normatiza as ações desses indivíduos frente ao sagrado. O local da fala se torna legítimo, à medida que o mesmo é reconhecido como local de poder distinto dos demais poderes. Quem ocupa a cadeira do pastor aglutina dois poderes: um sobrenatural, o qual foi investido pela providência divina; outro simbólico, resultante da acumulação do capital moral e social e que permite a cumplicidade daqueles que lhe estão sujeitos (BOURDIEU, 1998).

Enfim, temos na IEB o exemplo de como ocorreram aglutinações, re-apropriações e transmissões de elementos culturais brasileiros no campo protestante. Sua prática religiosa mistura posturas sacerdotais a experiências místicas, sinais religiosos a símbolos mágicos.

Tudo isto, como já sinalizou Bourdieu (1999), é uma “barafunda obscura”, embora o complexo sistema de crenças e rituais dêem sentido às ações dos fiéis desta igreja.

## ANEXOS

### ANEXO A

**Fonte:** Carta de Luiz Vieira Ferreira, em 1852.

**Assunto:** Recursos financeiros destinados aos estudos na Corte, Rio de Janeiro.

[página 024]

Hoje 20 de julho de 1864, achando entre papeis velhos uma carta de meu filho Luiz datada de 08 de agosto de 1852, que tanta honra lhe faz, aqui a vou registrar, p.<sup>f</sup> q. o original pode perder-se.



Meu Pai — Rio 8 de Agosto de 1852 — A última sua que recebi foi a que acompanhava os livros que já lhe acusei ter recebido, nessa V. M. me dizia que nada fallava a respeito da casa por que queria dar boas novas, o que me encheu de novas esperanças e estou ancioso por receber cartas suas; V. M. meu Pae, dis-me que de Agosto em diante melhoraria a minha mezada; porem apezar de eu precisar disso, digo-lhe que não quero sacrificios de meus irmãos por minha causa, se V. M. mandando-me mais dinheiro não poder mandar o Joaquim para a cidade ou o Miguel para onde V. M. destina, eu despenso esse dinheiro com tanto que seja para utilidade dos meus manos, [página 024v] isto era inútil dizer-lhe, mas é que V. M. podia julgar que eu estou aqui morrendo á fome, não, o dinheiro que tenho chega-me para eu manter-me. Vamos agora julgar que sem sacrificio V. M. quer mandar-me dinheiro, eu não sei quanto será, porem previno-lhe que eu passarei aqui muito bem com mezada de 30\$000 porque tenho o soldo que faz com que se torne 43\$000 e esta quantia é-me bastante; caso V. M. queira mandar para aqui algum de meus manos é bastante também só 30\$000 porque, assim termos ambos 70\$000 e as despesas tornão-se communs, e portanto menores. Eu desejo muito ter meus dous manos comigo, ao menos um delles, porem não pesso agora que elles venhão, porque não sei se isto já deixará de ser sacrificio, e eu mais nenhum posso exigir, mas espero que elles a seu turno, fassão os esforços quando acharem conveniente, e mesmo V. M. de seu moto-proprio fará a diligencia de proporcionar-lhes os meios. Meu Pai, eu vou indo bem com meus estudos, o Dr. Negreiro tem-me tratado bem, como a José Gomes, muito bem; as outras cartas, umas não tenho entregado, por não ser possível saber onde morão, as outras por não ter tido occasião, agora as datas se achão atrasadas e parece falta de attenção já não ter entregado a mais tempo, por isso não sei o que faça, talvez fosse o mais conveniente V. M. fazer outras com mais vagar.

O J.<sup>e</sup> Gomes recebeu a mezada por ordem do Nina. Nada mais tenho a dizer senão que lhes desejo a saúde, e pedir a minha Mãe e V. M. que abençoem a Seu filho que os ama.

Luiz Vieira Ferreira

## ANEXO B

**Fonte:** Carta de Dr. Miguel Vieira Ferreira, em 1863.

**Assunto:** Exposição da defesa de tese de doutorado de Miguel Vieira Ferreira.

Meu pai — Corte 4 de julho de 1863. — Vou escrever-lhes esta carta com extremo prazer, pois sei quanta satisfação ella vai dar-lhes. — O Imperador marcou o dia 3 do corrente para a defesa da minha these, e nesse dia teve efectivamente logar; e fui approvedo plenamente, depois de uma boa defesa. — No dia em que tirei ponto foi meu companheiro um Francez naturalizado brasileiro, que é repetidor da Escola de Marinha, e ambas as nossas defesas tiverão logar no dia 3 do corrente, sendo elle approvedo simplesmente. — Ora, Vm<sup>ce</sup>. deve [página 004] ter presente o que se deu comigo na Escola de Marinha em quanto pretendi concorrer para lá; pois bem, um dos que entrarão foi o meu companheiro de these, e esse é considerado com justiça o mais hábil dos modernos. Concorremos ante-hontem: elle apresentou uma these má e defendeu-se peor, e se não foi reprovado, a meu ver, é por considerarem que se tratava de um professor de uma Escola de Mathematica; eu apresentei uma these sem erros e defendi-a muito bem. As approvações vierão ainda pôr mais fora de duvida essa questão. Agora pergunto á Escola de Marinha: se o mais habilitado entre a que me preferiste é inferior a mim, o que deve-se julgar dos outros? Foi ou não injusta a minha exclusão? Vocês terião ou não adquirido um professor hábil? Elles que respondão. Enquanto a mim contento-me em ter-lhes dado esta bofetada, que não é pequena. —

Durante a defesa de minha these, o Imperador esteve satisfeito, segundo me disse o Joaquim, pois eu não estava voltado para elle. O Paranhos, que me ficava ponteiro, applaudio todas as minhas respostas, e o Joaquim diz que era sempre de intelligencia com o Imperador. — Hontem, 4, fui agradecer a este por ter assistido á minha these, e elle recebeu-me perfeitamente. Conversou algum tempo comigo sobre ella, e depois perguntou-me se eu continuava a estudar para escrever os meus trabalhos. Perguntou-me o que eu tinha actualmente em vista, isto é, de que parte estava me ocupando, e eu respondi. Depois perguntou-me se tinha lido os trabalhos modernos de Grove e outros physicos sobre o calor, e ficamos conversando um pouco sobre isso. Foi em resumo a minha entre-vista, e creio que não me foi desfavorável. Todas as vezes que lhe tenho fallado elle pergunta-me pelos meus trabalhos, de sorte que o homem parece esperar de mim alguma cousa, alem, de que já tive o prazer, em uma de nossas entrevistas de ouvir de sua própria bôca que eu era um moço de talento, de quem o paiz tinha alguma cousa, cousa a esperar [página 004v] e que por isso continuasse a estudar. Foi quando lhe fallei sobre a minha entrada para a escola. —

5. — Espero que breve poderei dar-lhe uma prova inequívoca de que tenho algum merecimento. — Fui hoje ao Mello fazer-lhe um pedido feito pelo Antonio Gayoso e fiz os seus cumprimentos a elle. — Quando ia sahir, elle disse-me que hontem o Imperador lhe falara de mim muito satisfeito, dizendo que alem de tudo admirava a minha presença de espírito, pois que soube conservar-me de principio a fim, no meio de todas as intempéries, e que soube ficar em guarda contra todos os ataques. Isto concorda com o que eu conclui da conversa que tive com o Imperador.

## ANEXO C

**Fonte:** Carta de Luiz Vieira Ferreira, em 1863.

**Assunto:** Desligamento de Fernando Luiz Ferreira da redacção do “O Artista”.

Meu Pai — Porto Allegre 16 de Setembro de 1863

Respondo á sua de 7 do passado que hoje recebi, juntamente com os n.<sup>os</sup> do jornal – Artista –. Tenho pois, a colleção desse jornal desde que Vm.<sup>ce</sup>. se encarregou de sua redacção até que a deixou, faltando-me unicamente durante esse período os n.<sup>os</sup> 33, 35, 36 e 37 que forão extraviados pelo correio, que lhe rogo que m’os mande caso seja isso possível.

Não me manda Vm.<sup>ce</sup>. dizer a causa porque deixou a redacção do Artista, e sinto bastante que a província não conservasse por mais tempo esse foco de luz que Vm.<sup>ce</sup>. tão bem mantinha, e que tenho quasi certeza que breve se extinguirá ou pelo menos há de degenerar em assumptos menos convenientes, para o progresso. O seu jornal, em minha opinião, estava muito bom, e nos termos em que devia estar, porque indicava á classe a que era destinado os progressos que fazem as artes e a industria em povos mais adiantados; inspirava-lhes o desejo de tomar parte nesse progresso, mostrando-lhes como o aperfeiçoamento das artes pode melhorar os resultados [página 09] do trabalho, e finalmente, entre muitas outras vantagens, tinha a principal de não sacrificar o entendimento de seus artigos destinados a uma classe apoucada de illustração, ao amor próprio de artigos que podessem apenas apresentar á pessoas illustradas uma erudição mais vasta, um estylo mais pomposo. O seu jornal estava nos termos convenientes, porque se adequava aos artistas pela sua linguagem chan [sic] e lhes dava por isso mesmo, animo de concorrerem com os seus poucos cabedaes para o grande movimento que um dia se havia de erigir. Infelizm.<sup>e</sup>. porem, na nossa malfadada terra as cousas são como são, e não como deverião ser, e, em geral, o verdadeiro merecimento é apreciado depois que já é registrado no passado, porque o presente é dos especuladores e dos eleitos do patronato; a corrupção tem attingido a um ponto assutador, e o mundo todo parece prepara-se para uma revolução do globo no século corrente.

Não quero com isso dizer que o novo redactor do Artista não seja digno das attenções e respeitos devidos a um homem illustrado e honesto, porque tal asserção não podia partir de mim que não o conheço; apenas indico que elle está na moda do século, isto é mal collocado na redacção de um jornal que deve tractar de questões que lhe são estranhas, quando elle podia melhor servir a seu paiz estudando o código, estudando e discutindo outros muitos melhoramentos que a jurisprudência pode aconselhar ao Brasil.

Por aqui também appareceu uma nuvem de pequenos jornaes litterarios, alguns dos quaes já desaparecerão e outros vão ajuntando em quanto alguma rajada de vento não os dispersa. Entre esses, dous são dignos menção, um delles — o Diógenes — por ser dirigido por um jovem Port’Allegrense de bastante intelligencia, bom poeta, e bom prosador, e também porque mostra ainda o espirito de época. Hoje os exemplos guião a mocidade a fazer a sua estréa na vida por um acto pouco conveniente; isto é, o correr das cousas

aconselha que se escreva um Timandro para mais depressa ser ministro, e então, reconhecido, beijar a Augusta mão de S. M. I. e confessar as suas culpas passadas, e a intelligencia que unicamente desejar os fins, não dando maior importância a incoherencia das epochas de sua vida, faz bem em trilhar esse caminho; mas a que se presa de princípios [página 9v] Moraes bebidos na infância, não escreve senão o que lhe dita o coração, e não obedece a imposição vergonhosa do século. O Diógenes começou a escrever uns typos com o titulo de – Mulheres de mármore –; ahi encarou o sexo como frágil, e não se saciou de pintar horrores, nos quaes o mais torpe cynismo era o farol; depois escreveu os homens de bem, debaixo da mesma influencia e por tanto com o mesmo estylo. Concordo que esses horrores se pratiquem, concordo que elles sejam descriptos com todas as suas cores, para exemplo dos incautos, mas não posso admittir que se apresentem como typos alguns caracteres e immundos de homens e de mulheres, que se entreguem, espontaneamente, ao vicio, sem uma luta entre as circumstancias e a virtude em geral nata em o homem e sobre tudo com a mulher. O homem tem na sua natureza, em geral, a propensão para o bem, o pejo da pratica do mal; se algumas circumstancias o obrigão a inverter essa propensão, a destruir esse pejo, é preciso que em um typo essas circumstancias appareçam com alguma força, e sobre tudo, exige a moralidade que não sejam todos modelados por essas creaturas fracas, e que a virtude appareça sempre sobremaneira ao vicio. O Diógenes não pensava assim. Convidarão-me para tomar parte nessa folha, e eu declarei formalmente que só escreveria no caso de não publicarem artigos como as mulheres de mármore e os homens de bem; não produziu logo effeito o meu parecer, os artigos sahirão, mas hoje o jornal vai tomando paulatinamente outro character mais conveniente.

O segundo jornal de que lhe fallei acima, tem por titulo – Artista –; mas o seu programa não é apropriado convenientemente á sua epigrapha, apezar dos esforços que fiz, porq<sup>e</sup>. esse jornal sahe debaixo da minha direcção. É um jornal litterario também, e seu nome é apenas devido a ser propriedade de alguns artistas que são os próprios a imprimil-os. Remetto-lhe uma colleção para Vm<sup>ce</sup>. ajuizar delle. É em um formato mui pequeno, e não tem nenhum artigo de importância; mas tem jurado de boa aceitação. Transcrevi em um dos n.<sup>os</sup> o seu discurso feito ahi na associação dos artistas, porque o achei muito bom, e muitas pessoas a quem o mostrei forão da mesma opinião.

Seu filho

Luiz

## ANEXO D

**Fonte:** Carta de Fernando Luiz Ferreira, em 1871.

**Assunto:** Artigo com título “Clero, nobreza e povo”.

[página 030]

Artigo que mandei a Miguel com a minha carta de 11 de janeiro de 1871 registrada á pág. 45V do livro de registro de minha correspondência desse anno.

### Clero, Nobreza e Povo

Como a imprensa tem fallado em governo da nação pela nação, ou do povo pelo povo, e um dos antigos expedientes dos reis, para illudirem os incautos, tem sido o de desvirtuarem as palavras com annos e séculos de antecedência, para conjurarem acontecimentos que elles desejão evitar, mesmo quando inevitáveis sejam, é tempo de definirmos o que significa essa antiga divisão da nação em três classes, que os reis denominarão Clero, Nobreza e Povo.

Povo na maior extensão da palavra, é uma nação inteira, sem exclusão de classes.

Na accepção mais restrita é uma multidão de homens reunidos.

A parte do povo menos instruída, menos abastada, menos delicada é População.

A parte mais desmoralizada, grosseira e indolente da população é a ínfima classe de um povo, é a Canalha.

Clero é a reunião de todos os Eclesiásticos.

Nobreza, no sentido de classe, significa a reunião de todos os que gozão desse título, concedido pelo monarca.

No sentido de qualidade é o sentimento da própria dignidade.

Ora pois:

Pela nossa Constituição o Clero e a Nobreza não formão corporação separadas do corpo da nação: os padres e os nobres fazem parte do povo.

Dadas estas definições é claro que, quando dizemos: o governo do povo pelo povo, não excluimos o Clero nem a Nobreza, pois que a palavra abrange toda a nação.

Mas não foi assim nos tempos anteriores á proclamação da Independência do Brasil e juramento da [página 030v] actual Constituição.

Os reis, segundo o systema denunciado por Machiavel, dividirão a nação em três grandes classes: Clero, Nobreza e Povo; as duas primeiras erão grandes pelos privilégios, e a terceira pelo numero, mas no espírito de cada uma dellas a cousa passava-se de outro modo: as divizões erão sempre em duas partes: o Clero dividia a nação em Pastores e Ovelhas; a Nobreza a dividia em Nobres e Canalha, o Povo não via em toda a nação senão Grandes e Pequenos, que no seu sentir significava: oppressores e opprimidos.

O intuito do rei foi fundar, na influencia do Clero e no orgulho dos nobres, um baluarte em defesa de sua pessoa, contra os impulsos do que elle chamava Povo, isto é da nação menos aquellas duas partes. Todas essas cautellas denotão pouca confiança na justiça de seus próprios actos: um povo bem governado por um rei, não pensa em desfazer-se delle, mas o próprio rei sabe, que um bom rei é cousa rara em todo o mundo. Elle toma por tanto suas medidas, mas tão infelizmente para elle, que essas mesmas medidas, por injustas e odiosas, o fazem mais detestável, e então, de todos os ângulos do Estado se lhe brada: — quanto peor melhor porque acabamos mais cedo.

As duas primeiras classes, que se dizião sustentáculos do rei, a seu turno dominarão: uma o depõe por demente, a outra excomunga-o por ímpio e absolve os seus súditos do doce juramento de fidelidade.

Sob o predomínio do Clero, estabeleceu-se um enxame de Tartufos, que tudo invadirão como verdadeiros demônios familiares, que por suas infernaes intrigas tudo avassalarão e converterão, pelo terror, a fé em hypocrisia. Chegando a oppresão deste poder insaciável até ao próprio rei, conheceu este, que dos seus mais predilectos defensores lhe vinha o mal que receava do povo. Foi natural, que d'ahi em diante, se firmasse mais na Nobreza que no Clero, já que a infelicidade dos príncipes quer que elles só tenham olhos revessos [página 031] para o povo. Pobre povo, que nada mais pede que igualdade perante a lei, para todos, mesmo para o nobre, para o padre, e até para o rei.

Dominando a Nobreza, reinou o filhotismo escandaloso, cada nobre tornou-se um flagello do povo, os privilégios abusivos multiplicarão-se cada dia, e quem não tinha do rei um titulo de nobreza a nada tinha direitos.

Tocava ao Povo uma parte de influencia nos negócios públicos, era a Republica, o próprio rei inculcou entendel-o assim, e o decretou. Mas ó riso! Essa Republica foi... o Município, e presidida por um magistrado nomeado pelo rei. As Câmaras Municipaes erão a Governança da Republica, arvorava o Estandarte Nacional em suas occações solennes, dirigia representações e queixas contra os Capitães Generaes, em nome de suas republicas. Algumas vezes fazião sessões geraes em que figuravão especificamente os três Estados Clero, Nobreza e Povo.

As eleições de vereadores são indirectas, meia dúzia de pessoas são convidadas a nomearem seis eleitores, e estes elegião a Câmara próxima futura; o magistrado presidente da Câmara tomava em segredo as listas dos seis eleitores, copiava-as em segredo, por sua própria letra, e era esta copia que se guardava em uma arca para isso destinada. Na acta não se declarava os nomes dos vereadores eleitos, nem que fim se dava ás listas originaes que o magistrado tinha copiado; provavelmente são remetidas á Meza do Desembargo do Paço, pois na acta da Sessão de Posse se dizia que esta era dada em consequência de uma Provisão do Desembargo do Paço, cuja integra não se transcrevia.

E ninguém era multado por não concorrer á eleição, mas em compensação multava-se os que faltavão á procissão de Corpus-Christi.

Deste modo, também as Câmaras das captaes das províncias fazião eleger os juizes leigos que devião, sob a denominação de juizes pela lei presidir as Câmaras [página 031v] dos outros municípios. Faça-se a idéa de que nestes se passaria nas eleições das novas Câmaras.

Tudo isto que dizemos de eleições de Câmaras, e multas, é extrahido do livro das actas da Câmara Municipal da Província do Maranhão do anno de 1819 a 1823.

O Município, pois, eis a grande Republica dos reis. O Clero e a Nobreza, quanto mais numerosos e unidos melhor para o rei, e assim quanto mais dividida em fracções infinatamente pequenas a Republica. Cada cidade ou Villa era uma Republica deste genero, e não de comunicação entre si.

Si estas Republicas em miniatura e suas eleições são ensaios, deu-nos o rei um bello typo! Mas que? Dividir para reinar — diz Machiavel.

Tal era o estado das cousas, quando sobreveio a Independência e com a ella a Constituição.

Tudo isso mudou, á excepção do uso do Estandarte que, por cumulo de irrisão, a Câmara Municipal ainda conservava: é a visão dos dedos da ama, diante dos olhos da criança que mama. As Câmaras Municipaes já não representão o povo. A Republica, pois já não é o Município, é a nação inteira, e a sua governança já não é a Câmara Municipal, e sim os quatro Poderes do Estado, e todos este Poderes já são delegações da nação. Falta só cumprir, como diz o S.<sup>l</sup> Visconde de Itaboraahy.

Devíamos estar bem esperançados, porque tudo isto foi decretado de um jacto, em 25 de março de 1824.

Esse acto de 25 de Março, que se chama a Constituição Política do Império do Brasil, é porem o acto mais degradante para o povo brasileiro, que temos tido nos últimos annos do Império.

Acabava o Brasil de fazer-se Império Independente, estava funcionando uma Assembleia Constituinte nomeada pela nação, para formar a Constituição que devia ser a lei fundamental do Império, e tinha de ser promulgada Em Nome do Povo Brasileiro; e o Imperador dissolveu-a pela força armada, antes de concluídos trabalhos, e deu uma Constituição Em Nome da Santíssima Trindade.

[página 032] É esta expressão uma invocação, bem o sabemos, uma antiga formula que então se usava em todos os actos mais solennes da vida dos homens e dos Estados Christãos, mas também si há títulos fundados em Direito Divino, a não ser o Direito Natural, elles tem sua origem nessa formula.

O acto de juramento de D. Pedro 1º a esse “projecto por elle offerecido ás observações dos Povos deste Império, juntos em Câmaras, para serem depois presentes á nossa Assembleia Constituinte, e que ellas lhe requererão que quanto antes jurasse e fizesse jurar para ser observado — já — como Constituição do Imperio, por lhes merecer a mais plena approvação, e delle esperarem a sua individual e geral felicidade Política” anda estampado em algumas edições que dessa Constituição por ahi correm. Sabe-se como hoje faz o Governo as

eleições do Corpo Legislativo por meio de suas designações: o que não alcançaria a força do S.<sup>f</sup> D. Pedro 1º das pobres Câmaras Municipaes!?! Tão unânime e rapidamente tiveram esses povos o desejo de ver jurado esse Projecto que tinha de ser discutido pela Assembleia Constituinte, eleita pelos mesmos povos, para esse fim, e que se achava funcionando! E que delegação especial teve dessas Municipalidades o S.<sup>f</sup> D. Pedro 1º para dissolver essa Constituinte espingardeando-a? Não: a testa coroada de Bragança não se desmente nem se occulta: O Brasil ainda era Colônia de D. Pedro. O Brasil foi surpreendido. O Brasil não se constiuio: constituirão-o. O Brasil não delegou nada: extorquirão-lhe um consentimento, abusando de sua fraqueza.

Povos brasileiros da vigorosa geração presente, não accuseis vossos pais de vos haverem reduzido a uma perpetua infância, por delegações perpetuas, elle forão coagidos; si poderdes fazer melhor, fazei-o, não vos tolhão testamentos absurdos colhidos pela fraude. Todas as instituições humanas presuppõem o direito salvo das gerações pósteras de approvarem ou não o que acharão estabelecido. Uma geração não pode jurar por todas as futuras á perpetuidade, mormente naquillo que as despojaria de todas as suas liberdades como a criação de um Poder Político Moderador de Todos os Outros, e Irresponsável perante ellas.

## ANEXO E

**Fonte:** Carta de Augusto Cezar dos Reis Raiol, em 1864

**Assunto:** Nomeação de Fernando Luiz Ferreira para o cargo de Director da Escola de Aprendizizes Agrícolas do Maranhão

1ª Secção – Secretaria do Governo do Maranhão 27 de Ag<sup>to</sup>. de 1864.

Tendo sua Ex.<sup>a</sup>. o S.<sup>f</sup>. V. Presidente da Província, por portaria desta data, nomeado a Vm<sup>cc</sup>. para o cargo de Director da escola practica de aprendizes agrícolas do Cutim, de ordem do mesmo Ex.<sup>mo</sup>. S.<sup>f</sup>. assim o participo a Vm<sup>cc</sup>. para seu conhecimento, e a fim de que haja de sollicitar nesta Secretaria o competente titulo.

Deos guarde a Vm<sup>cc</sup>.

Snr. T.<sup>e</sup>. C.<sup>el</sup>. Fernando Luiz Ferreira

(Assignado) No impedimento do Secretario

Augusto Cezar dos Reis Raiol

G.<sup>al</sup>. Maior



## ANEXO F

**Fonte:** Carta de Fernando Luiz Ferreira, sem data.

**Assunto:** Transcrição de trecho da obra de Voltaire sobre a imaterialidade da alma.

Voltaire – Edição impressa em 1785, *Mellanges litteraires*. Tom 4º. A M. de Formont. Em resposta a uma carta de 6 de Janrº. de 1736, sobre a materialidade da alma.

A substancia desta carta é que: se Deos não podesse dar á matéria a propriedade de pensar, tãobem não lhe poderia reunir um ser pensante. Eil-a integralmente.

“É certo que, si pode provar que há uma incompatibilidade, uma contradição formal entre a matéria e o pensamento, estão destruídas todas as probabilidades favoráveis a matéria pensante.

É certo, como bem o dizeis, que o forte da disputa, versa sobre esta questão: si a matéria pensante é ou não contradicção.

1º Observarei, que não se trata de saber se a matéria pensante pensa por si mesma; ella nada faz, não pode ter o movimento nem a existência por si mesma; (ao menos isto me parece demonstrado) trata-se unicamente de saber se o Creador que lhe deu o movimento, o poder incompreensivel de o communicar, podia também communicar-lhe, unir-lhe, o pensamento.

Ora si fosse verdade ter-se provado, que Deos não pôde communicar, unir o pensamento á matéria, parece-me que se provaria do mesmo modo, que Deos não podia unir-lhe um ser pensante; pois dir-se-hia contra o ser pensante unido á matéria, tudo que se dissesse contra o pensamento unido á matéria.

Dirão que nada se conhece nos corpos semelhantes ao pensamento: é verdade; mas respondo: o pensamento é a acção de um ser pensante; logo, pelo que dizeis, nada há na matéria que tenha a menor analogia com um ser pensante; logo, segundo o que vós mesmos dizeis, provaríeis que um ser immaterial não pode em cousa alguma ser affectado pela matéria; logo, ainda segundo dizeis, o homem não pensaria, não sentiria; logo, pretendo provar a impossibilidade em que está a matéria de pensar, provaríeis que não podemos pensar, o que, seria absurdo.

N’uma palavra, se o pensamento não pode estar na matéria, não vejo como pode nella existir um ser pensante.

[página 19] Ora, voltemos para onde quizermos, é bem verdade que nenhuma conexão há, nenhuma dependência entre os objectos de nossos órgãos e nossas idéas; seja que a matéria pense ou que Deos lhe tenha annexado um ser immaterial, não é menos isto, que não há nenhuma razão physica pela qual eu deva ver uma arvore, ouvir o som dos sinos quando diante de meus olhos há uma arvore, ou o badalo fere o sino perto de meus ouvidos. Sobretudo, demonstra-se em óptica, que nada há nos raios de luz, que me deva fazer julgar da distancia de objecto; logo, seja ou não matéria a minha'alma, não posso ver nem ouvir, nem ter idéa da distancia, senão pelas leis arbitrarías estabelecidas pelo Creador.

Resta pois saber si o Creador podia, quando estabeleceu estas leis, comunicar idéas a meu corpo em virtude dellas.

Os que dizem, que Deos não podia dar idéas aos corpos, servem-se desta argumento. “O composto é necessariamente da natureza do componente; ora, se uma idéa fosse um composto de matéria, sendo esta divisível e extensa, aconteceria, que o pensamento também o seria; mas elle não é uma nem outra cousa; logo, é impossível que o pensamento seja matéria”.

Este argumento seria uma demonstração contra aquelles que dissessem, ser o pensamento um composto de matéria; mas não é isso o que se diz. Affirma-se que o pensamento podia ser annexado por Deos á matéria, como o foi o movimento e a gravitação, que não tem relação alguma com a divisibilidade; logo, Deos podia dar á matéria attributos taes como o pensamento e o sentimento, que não são divisíveis.

O argumento de que se sérvio o padre Tournemine no jornal de Trevoux, é ainda muito menos sólido que o que acabo de refutar.

Apercebemos, diz elle, um objecto indivisivelmente; ora, si nossa alma fosse matéria, a parte *A* de um objecto tocaria a parte *A* de meu entendimento; a parte *B* do objecto á parte *B* de minh'alma; logo, nenhuma parte de minh'alma poderia ver o objecto.

Vós tendes dado grande clareza a este argumento do padre [página 19v] Tournemine.

Eis em que consiste, a meu ver, o vicio evidente deste raciocínio.

Elle suppõe que não teríamos idéa de um objecto se não impressionando, cada parte deste, o nosso cérebro; ora, nada mais falso que isso.

1º Temos idéa de uma esphera, posto não venha a nossos olhos senão alguns raios da metade dessa esphera. Tenho o sentimento de dor sem a menor relação com um pedaço de ferro que entra em minha carne. Tenho idéa de prazer, que nenhuma analogia tem com qualquer licor que passa pelo meu corpo ou delle sahe; logo, idéas não poder ser a consequencia necessária d'um corpo que toca em outro; logo, é Deos quem me dá as idéas, os sentimentos, segundo as leis por elle arbitrariamente estabelecidas; logo, a difficuldade resultante de que a parte *A* de meu cérebro não recebesse senão uma parte *A* do objecto é o que se chama uma difficuldade ex falso suppositium, e não é difficuldade.

2º Seria alem disso falso, que todas as partes de um objecto não podessem reunir-se á um ponto no meu cérebro; pois n'uma circunferência todas as linhas podem terminar n'um só ponto que é o centro.

Faz-se também uma difficuldade allucinadora. Eil-a: “Si Deos concedeu o don de pensar a uma parte de meu cérebro, esta parte é divisível; subtraia-se a metade, a quarta, ou mil, cem mil partículas; a qual dellas pertencerá o pensamento?”.

Respondo a isso duas cousas:

1º É possível ao Creador conservar em meu cérebro uma parte imutável, e preservá-la da mudança contínua que acontece a todas as partes de meu corpo. 2º está demonstrado que há na matéria partes sólidas indivisíveis; eis a demonstração.

Os poros do corpo augmentão em dupla proporção da divisão do mesmo corpo; logo, si o dividis ao infinito, tereis uma serie, cujo ultimo termo será o infinito para os poros, e zero para a matéria, o que é absurdo; logo, si Deos concedesse o pensamento a algumas destas partes, não haveria [página 20] a temer que o don de pensar si dividisse, nem que objectar nada contra este poder que o ser Supremo tem, de dar o pensamento a um corpo.

Notai de passagem, que esta demonstração da necessidade, que há das partes perfeitamente sólidas, não combate a demonstração da matéria divisível ao infinito em geometria. Pois em geometria não consideramos senão os objectos de nossos pensamentos; ora, está demonstrado que nosso pensamento fará passar pelo espaço infinitamente pequeno de um circulo e uma tangente uma infinidade de outros círculos; mas physicamente não é isso possível; eis porque M. de Mallesieux, em seus Elementos de geometria, paginas 117 e seguintes, parece enganar-se não distinguindo o indivisível physico e o mathematico. Elle cahe sobretudo n'um grande erro a respeito das unidades; peço-vos que torneis a ler o logar de sua Geometria.

Volto, pois a esta proposição: é impossível provar que haja contradição ou incompatibilidade entre a matéria e o pensamento. Para saber se é impossível que a matéria pense, seria preciso conhecer a matéria, e não sabemos o que ella é; logo, vendo que somos este Ser que cansamos matéria, e que pensamos, devemos julgar que é muito possível a Deos ajuntar o pensamento á matéria, pelas rasões acima deduzidas em minha ultima carta.

Permitte-me ainda este argumento: não sei como pensão a matéria ou um ser qualquer; pode-se negar que Deos tenha o poder de fazer um ente de mil qualidades a mim desconhecidas, sem lhe dar nem extensão nem pensamento?

Ora, Deos tendo creado um ser, não pode fazel-o pensante; e depois de o ter feito pensante fazel-o extenso, e viceversa. Parece-me que para negar isto era preciso ser Chefe do Conselho de Deos, e saber exactamente o que la se passa.

## 1 ANEXO G

- 2 **Fonte:** Carta de Fernando Luiz Ferreira, sem data.  
 3 **Assunto:** Comentários da obra de Sto. Agostinho e discussão sobre êxtase entre escravos nagôs na Bahia.

Estudos sobre S<sup>to</sup>. Agostinho (Études snr. Saint-Augustin) pelo Abbade Flottes (par l'Abbé Flottes) – Paris 1861 – página 65:

“Augustin se servit encore du regard intérieur pour rechercher l'origine du mal, et il vit clairement que tous les substances dont Dieu est le créateur sont bonnes; que le mal n'est pas une substance; que le mal physique est la privation d'un bien, et le mal moral dérèglement de la volanté”.

Veja-se como define o bem e o mal no meu opúsculo impresso sob o titulo – A verdade no Decálogo, paginas 18, 19 e 20.

---

Idem – Pagina 81 - “Il aurait désirré qu'ils (os manicheos) l'ensent entendu lors qu'il lisait ces paroles: 'O Dieu! Qui êtes ma justice, vous m'avez exancé lorsque je vous ai invoqué et vous m'avez fait respirer dans l'affliction ; ayez pritié de moi, Seigneur! et écoutez ma prière'. Il aurait désirré qu'ils ensent été auprès de lui, avec la conviction qu'il ignorait leur présence; ils n'auraient pu douter alons qu'il parlait seul et á lui-même, en présence de Dieu, sehon qu'il y était poussé par les plus sincéres et les plus tendres affections de son cour”.

É para imitar a vocação de S<sup>to</sup>. Agostinho tão vivamente expressa nesta passagem, que os frades impostores, affectão extasis, e conversações com os santos em publico junto aos altares, como vi dous na Bahia em 1853. Um era muito velho, de cabeça toda branca; estava em extasis ajoelhado no primeiro degrao do altar mor. Ao mesmo tempo em que o velho estava no seu pretendido extasis, o moço conversava como consigo; e bem longe da vocação de S<sup>to</sup>. Agostinho os seus discursos erão subversivos dos escravos contra os senhores. E o

auditório era todo de escravos; o único branco, que alli si achava era eu, que vindo de viagem do Rio para Maranhão, tocando na Bahia, quis ver um grande templo que achei aberto, entrei, vi esta scena, e pouco me demorei, retirei-me indignado. Chegando a Maranhão, tive noticia poucos mezes depois, que tinha havido uma rusga que foi intitulada – dos Nagôs –.

---

Idem – Página a mesma 81 – “Ces grâces spiritualles que reçut [página 21v] Augustin furent suivies d’un mal de dents qui s’aggravava au point de l’empêcher de parler ; c’était une douleur atroce. Sa pitié, qui voyait dans sette sonffrance une épreuve, en demanda la guerison par la prière ; il fut exaucé. Pascal, après sa conversion, éprouva aussi un horrible mal de dents ; il parvint á triompher de la douleur, en applignant fortement son esprit à la solution d’un problême scientifique”.

Com effeito! Si Pascal tivesse tido a mesma dor, antes de sua conversão, applicando com a mesma força o seu espírito á solução do mesmo problema, não sararia? E S<sup>to</sup>. Agostinho, se resolvesse também um semelhante problema com a mesma intensidade de espírito, não sararia?

Será por esta passagem da vida de S<sup>to</sup>. Agostinho que se tem feito da devoção dos santos uma pharmacia completa?

[...]

## 4 ANEXO H

5 **Fonte:** Carta de Joaquim Vieira Ferreira, em 1870.

6 **Assunto:** Situação financeira da família e da saúde de Dr. Miguel Vieira Ferreira.

[página 037v]

Sabará, 27 de Janeiro de 1870 — Meus bons Paes

Dem mais um exemplo de grandeza d'alma e não sucumbão ao revez porque ora paixão. Não sei para o que presto, mas não se esqueção do seu 3º filho.

Escrevi ao meu sogro para me emprestar dinheiro para comprar o Tiburcio, se chegar tarde, poderá ser comprado em outra mão; e para o futuro comprarei Leonor; e se Vm.<sup>ces</sup> quizerem também comprarei os outros escravos que lhes pertencerem, os deixarei em seu poder para servil-os.

Si Vm.<sup>ces</sup> vierem para o Rio, eu lhes ajudarei a viver, por quanto não devo a ninguém e meu ordenado dá para o meu pão e o de Vm.<sup>ces</sup>. Reanimem o Miguel, e lhe digão que o Joaquim é bom filho, bom irmão e é trabalhador. Soprou-me há alguns mezes o vento da fortuna, eu o tenho aproveitado e hei de transformal-o em aura que os circunde de boa temperatura.

Tenho-me conservado callado até hoje porque nada tenho podido fazer em beneficio da família; mas hoje já não devo a ninguém e ganho alguma cousa; sou moço, robusto, gozo uma saúde de ferro e sou activo como satanaz; por que esmorecer a minha família? Minha mulher é filha de um homem rico, mas está acostumada ás privações, e tem nobreza de character bastante para saber que o homem sábio e generoso deixa aos filhos mais do que o rico avarento. Entreguem tudo aos credores, e fação ver a Miguel que elle é um homem illustre, que Luiz é intelligente e activo, e que Joaquim é robusto corajoso.

Na comissão em que estou (do Rio das Velhas) já 3 vezes vi a morte descarnada diante de mim, e não tive um camarada que me vencesse em bravura; como pois temer a dívida de Miguel para com Vm.<sup>ces</sup>, como temer compartilhar a sorte de meus Paes e meu irmão a quem mais devo, se me sinto [página 038] com vida coragem.

Nada de esmorecer, venha á scena o Joaquim!

Si eu tiver credito perante o Manoel Nina ou qualq.<sup>r</sup> pessoa em Maranhão, fação com elle a despeza necessária e lancem sobre mim o que for preciso, fiquem certos que não desmereço a meus irmãos nem a meus Paes.

Com esta vai uma carta que fiz ao Manoel Nina, e para o que elle estiver disposto Vm.<sup>ces</sup> acceitem.

Adeos meus Paes, abracem a um filho m.<sup>to</sup> amigo

Joaquim

PS: Se Miguel já não existir, não desanimem ainda, eu garanto a sua decrepitude, a educação dos filhos d'elle e a subsistência de minha Mana. Se elle ainda viver, digão-lhe que o Joaquim paga as dividas d'elle. É questão de tempo.

Escrevão-me para Ouro Preto.

Miguel embarcou no Tocantins para o Rio de Janeiro, com a família, na tarde do dia 2 de Agosto de 1870, e o vapor só partiu no dia 3, às 10h da manhã. Foi auxiliado, para poder fazer esta viagem, por Luiz, que lhe mandou no primeiro vapor de julho 400\$, e no segundo outros 400\$.

---

## 7 ANEXO I

8 **Fonte:** Discurso de Miguel Vieira Ferreira, em 1871.

9 **Assunto:** 1ª Conferência econômico-política.

[página 034v]

1ª Conferência do Dr. Miguel Vr<sup>a</sup>. Ferr<sup>a</sup>. celebrada o dia 14 de Maio de 1871, no Theatro Gymnasio no Rio de Janeiro.

(Extraído da Republica n° 73 de 25 do dito Maio)

Conferencias Populares

Um novo orador, o nosso distincto correligionário dr. Miguel Vieira Ferreira, celebrou no dia 14 do corrente a 5ª conferencia popular no theatro gymnasio.

Não é nosso intuito analysar aqui sua conferencia. Posteriormente o faremos. Basta dizer por agora que a reconhecida illustração e os brilhantes talentos do orador manifestarão se em todo o seu discurso, o qual publicamos em seguida:

Meus charos concidadãos

Em presença de um auditório intelligente tão illustrado como o que ora tenho diante de mim, vós, que pela maior parte tendes occupado a tribuna neste paiz, podeis julgar qual seja a pressão que se opera sobre o meu espírito.

Sem titulo que me recomendasse, sem vos ter appresentado credenciaes, como é costume fazer-se entre vós, tendes o direito, que não vos nego, de querer saber ao que vim, e o que me deu força para aqui me appresentar.

Tendes razão.

Não me appresentei fiado em merecimentos que não tenho, não vim á vossa presença por um sentimento de vaidade. Não; eu vim fiado em vossa illustração, em vossa intelligencia, pois que apenas a esta me dirijo – submeti-me ao cumprimento de um dever.

A vossa benevolência, com que contava de antemão [Página 035] é, uma circumstancia attenuante muito forte que milita a meu favor; o cumprimento de um dever é mais que justificativa.

Pertencendo a um partido de idéias avançadas, comprehendendo até que ponto o homem é sujeito ao seu dever, e que o dever neste caso é empregar todos os esforços, todos os sacrificios, e a própria vida, pelo progresso e liberdade do Brasil, não poderia eu deixar-me na reserva quando outros exploravão o terreno que nos deve levar á terra da promissão.

Conheço o logar modesto que me cabe nas luctas da imprensa e da tribuna, mas concordareis que são inúteis os esforços empregados por qualquer homem, quando lhe mostre as melhores intenções a respeito de seu paiz.

Pareça-vos inútil o meu esforço, senhores, tenho o dever de o empregar, porque a força da sociedade é o complexo das forças individuaes. [aqui está escrito também *conjunto de todas as forças*]

Reconheço minha fraqueza, mas deveis attender-me; era incompetente para occupar esta tribuna mas também não me proponho traçar o caminho do futuro. Rude operário, trabalhador infatigável, lancei mão de um simples alvião e corri pressuroso [sic] para ajudar a derrocar as pedras para aplanar e alargar a estrada do progresso e da liberdade do Brasil.

Não é só o trabalho do architecto ou do esculptor que honra aquelle que o comprehende, o que emprega a pedra ou o que escava o alicerce também é digno de nossa consideração, também produz um trabalho essencial sem o qual seria inútil o talento do engenheiro e o primor da arte architectonica.

Si cobre-se de honra e gloria o que no campo de batalha faz tremolar as fortalezas inimigas o estandarte da liberdade, nem por isso deixão de ser [henves], de demonstrarem o seu patriotismo e merecerem a gratidão dos povos, esses que alastrão os campos que voluntariamente intulhão os fossos com seus [Página 035v] cadáveres para sobre elles atravessarem os batalhões que cheios de enthusiasmo marchão para a victoria (Muitos applausos).

Era forçoso que eu me appresentasse entre os combatentes. O dever, filho dos sentimentos que nutro a respeito do meu paiz, não me permithio hesitação; apenas me deixou o direito de livre escolha sobre a matéria que devera fazer o objecto destas conversações.

E confesso, Snr<sup>s</sup>. que me achei embraçado.

Não pensai que fosse por me faltarem assumptos. Não, pelo contrario, descobri um vasto horizonte diante de meus olhos. Percorrendo todo o immenso território deste nosso paiz, por toda parte avistei falta de vida, abatimento de espírito, indiferença, indolência, preconceitos, falta de liberdade individual e social. Achei-



me embaraçado por isso que erão sem conta, mui variados os pontos a discutir e todos elles da maior importância para este paiz. A preferencia era difícil e no entanto, para ser justificada, deveria ter uma razão de ser.

Quis occupar-me da Justiça, idéias que deveria estar profundamente gravada no coração humano, que é o fardamento da divisa que tem de um lado – Deus e o meu direito, e do outro Liberdade, Igualdade, Fraternidade – Idea sobre a qual se basêã todos os princípios republicanos.

E não me podereis dizer que eu vinha provar aquillo de que ninguem duvida. Para vós, que ora me ouvis, a matéria não admite contestações, mas admite-a em grande parte para este paiz, onde corre de bocca em bocca que em política não há moralidade que os fins justificam os meios; e mesmo se me não engano, em nossos cursos de sciencias sociaes, ensina-se que justo é tudo quanto é conforme a lei, e que a lei é o costume escripto, ou melhor que o que faz a justiça é o costume.

A justiça é absoluta, senhores, ella não depende dos [página 69] costumes, nasce da razão pura, está escripta no livro da natureza (muito bem).

O assumpto era por demais elevado e expeculativo, por isso entendi devê-lo deixar de parte, não para o abandonar, mas para fazel-o sobressahir lentamente no correr destas conferencias.

Poderia tractar do sentimento da individualidade, este sentimento de virtude do qual o cidadão tem forças para pugnar pelo seu direito; sentimento que é muito diversos do do egoísmo, que é mesquinho.

Neste, o homem colloca-se no centro do universo, suppõe-se o rei da natureza, ama a liberdade mas desconhece as leis sociaes, quer usurpar a liberdade alhêa, não vê os direitos dos outros, desconhece completamente a idéia de justiça.

Naquelle o homem peza o que vale, mas, sem preconceitos, olha para o mundo exterior, vê a justiça para o direito alheio, respeita-o, e por isso mesmo quer sustentar o seu.

O egoísta vive para si e por si, e ipso facto é um homem infeliz e fraco; o que sente fortemente a sua individualidade vive para o gênero humano, para os seus semelhantes, e torna-se um homem forte. (Bravo, muito bem, muito bem).

O sentimento da individualidade é o que dá força á nação ingleza, é o que gerou a republica dos Estados Unidos da América do norte; é elle quem faz a reconhecida excentricidade do character inglez, que longe de ser um defeito, como presumem os que mal pensam, é um alto merecimento, é o que os colloca á testa do progresso de todo o mundo.

São excêntricos porque tem força própria interior para se afastar da rotina, e isso é uma incontestável superioridade.

A opinião publica é forte nos paizes dessa raça, porque todos os indivíduos são fortes de per si, cada um respeita o direito de outrem, e receia ver o ataque do seu desde que o do vizinho é atacado.

E elles tem razão.

Este sentimento foi trazido ao mundo por Jesus Christo, que é o pai de todas as republicas federativas; lendo e relendo os Evangelhos, meditando as palavras do Salvador, é que os puritanos da Inglaterra conseguiram fundar o governo mais sábio que tem apparecido sobre a terra, o dos Estados Unidos da América do Norte.

Mas, Snr<sup>s</sup>., a idéa de justiça e o sentimento de individualidade podem ser por mim postos constantemente em relevo nestas conferencias se não limitar-me a actual, e por isso prefero também não fazer versar sobre este ponto a conversação q. encetamos hoje.

Deveria lançar um golpe de vista sobre a historia deste paiz ou da humanidade?

Si vos apresentasse o quadro dos martyres da liberdade, sei que poderia, profundamente comover o vosso coração generoso, exaltar a vossa viva imaginação, sei que faria mesmo uma conferencia mais brilhante, mas, senhores, não é o brilho o que procuro, procuro o que for de maior utilidade.

Não sou orador, já vol-o disse: não tenho palavras para offerecer-vos, e a culpa é dos meus antigos mestres. Elles não me ensinão palavras, cultivaram-me a intelligencia e ensinaram-me um pequeno numero de signaes algébricos com os quaes resolvem as questões mais transcendentas.

Eu preciso seguir idéas, fallar á intelligencia deste paiz.

A minha fraca voz, embora pareça perdida neste recinto, terá de repercutir lá fora, percorrerá todo este império, porque ahi está vós que lhe dareis outros desenvolvimentos, que a amparareis, com o vosso prestigio, com a vossa illustração.

Poderia eu propor-me a discussão franca das diferentes formas de governo, ver qual dellas melhor conviria a um Estado ou especialmente ao nosso paiz; mas tive medo de comprometter a causa.

Prefiro a republica federativa, mas não me acreditareis [página 70] a proposição assim dogmática; porque a um dogma responde-se com outro dogma, que lhe possa fazer equilibrio, assim como a uma citação de auctos responde-se com três ou quatro que professem idéa diversa.

Representando aqui uma opinião individual, não poderia eu querer sustentar uma these tão difícil. Si fallasse das liberdades publicas, a cada passo chocaria uma opinião.

Si dissesse que não quero a monarchia porq<sup>o</sup>. desejo a liberdade, responder-me-hiam que o rei é e não é ao mesmo tempo; que si podessemos obter a liberdade, como quer o programma liberal, o rei não nos faria mal.

Senhores, é costume neste paiz dizer-se de um homem: — si estudasse seria o primeiro homem do Brasil.

Concordo, sim, si estudasse; mas Voltaire que era homem de espírito, perguntando-se-lhe por que certo autor francez não traduzio em verso a Ilíada de Homero, tendo-o feito em prosa com tanta perfeição, o engenhoso critico respondeu: — não traduzio porque não pôde. De facto o traductor sabia que, em verso, seu trabalho teria maior merecimento. (Apoiado).

Bem, senhores, eu jamais direi: — este homem, si estudasse, seria o primeiro do Brasil; direi sempre: — si este homem devesse ser, ou melhor, podesse ser o primeiro do Brasil, elle estudaria.

Senhores, o estudo é o deleite dos espíritos superiores. Aquelle que vê claramente diante de si um pharol que o guia no deserto, não se deixa ficar nas trevas.

O mesmo direi dessas monarchias libérrimas que sonham-se por este mundo: ellas não podem existir. Acredital-o é erro; promettêl-o será boa fé!

Dizem: — si poderem conseguir todas estas liberdades, a monarchia pode subsistir, não é della que nos vem o mal. Sim, mas estas liberdades não existem com a monarchia porque ellas não podem existir. (Muitos applausos).

[página 70v] A liberdade dos Estados Unidos da América do Norte só n'uma republica federativa pode-se encontrar.

Cada corpo tem as suas propriedades: o aço ferindo o seixo produz fogo, mas o mesmo aço ferindo o corpo humano faz verter o sangue, ferindo a planta fá-la derramar a seiva.

O fructo não pode nascer na raiz, os órgãos desta não lhe permitem o nascimento.

Senhores, devemos respeitar a natureza; líquidos heterogêneos não se misturam, elles procuram os seus logares segundo as suas densidades; e só assim é que estabelecem o seu equilíbrio.

Dizem: — o rei não faria mal, si consentisse em nos dar todas as liberdades que pedimos. Eu direi: si o rei fosse um elemento de liberdade, elle já no-las teria dado. (Apoiados. Muitos applausos).

Não nos illudamos.

Sem querer entrar nas intenções, acredito que os liberaes estão rolando o rochedo de Sysipho, pois que não querem cortar o mal pela raiz, não reconheceram ou, como o cego da Escriptura, não quiseram ainda ver o ponto atacavel desta questão. (Muitos applausos).

Este assumpto si for tomado á priori, é de difficil demonstração; elle, assim como os outros que tenho appresentado, talvez vos parecendo fora de propósito, ficarão mais claro si eu poder percorrer o que quero numero de conferencias que me proponho fazer sobre a economia política; que entendi dever tomar como base de nossas conversações, pois que é sciencia pouco conhecida, não de nós, mas da maior parte de nosso paiz, como é de uma utilidade immediata.

Assim como um corpo compõe-se de átomos e as funções do todo dependem de suas partes, assim o que chamamos sociedade é um composto de indivíduos cujas funções dão um resultado as funções de corpo social.

[página 71] No estudo das sciencias phisicas não se pode abstrahir da consideração de força e movimento e a sciencia que especialmente se ocupa desta parte é a mechanica.

A mechanica da sociedade, senhores, é, a meu ver, a economia política.

O corpo social tem um movimento cuja direcção e intensidade são resultantes de força individual, e a economia política estuda o homem em sua força própria, estuda a sociedade, como um composto de homens.

Admithindo, como a Bíblia, que o homem foi posto sobre a terra para gozar, isto é, para satisfazer as suas necessidades, o que nem sempre fez porque elle não sabe viver em sociedade, esta sciencia pretende encaminha-lo.

A moral ensina a soffrer, a abster-se, a limitar-se aos seus recursos; a economia política ensina a crear recursos, sem todavia aconselhar que se vá de encontro aos preceitos daquela sciencia.

Ella é pois um complemento da moral.

O seu fim, dizem, é estudar a riqueza; mas é preciso saber que se chama riqueza tudo quanto satisfaz ás nossas necessidades.

Ella estuda com detalhes como se produz, como se destribue e como se consome a riqueza; e uma sciencia que ensina como na sociedade se comportam os productos, isto é, os meios de satisfazer ás nossas necessidades; que direito cada um de nós tem á riqueza produzida; e como ella é consumida ou empregada naquillo para que a produzimos, não pode deixar de merecer a attenção de todos os homens que reflectem. (Apoiados).

Não me proponho fazer uma exposição de economia política, pelo contrario presumo que o paiz tanto ou quanto me poderá acompanhar, e que o meu auditorio nada terá a aprender comigo.

O meu fim é tão somente mostrar como a esta [página 71v] sciencia prendem-se as mais importantes questões sociaes; é despertar o gosto por este estudo que é pouco profundado no paiz ou que pelo menos o é por um circulo limitado de pessoas.

A lavoura, o commercio, a industria em geral que tudo tem a esperar do estudo desta sciencia, tem lhe ficado indifferentes, quase que a desconhecem completamente.

Era uma matéria de que deveria haver mais de uma aula em cada provincia, mas que infelizmente só foi ensinada por algum tempo, e isso mesmo creio que com abandono, nos cursos jurídicos.

Só há bem pouco tempo, depois de muitos esforços empregados pelos senhores, Sr. Manoel Ignacio Galvão, é que o governo, em sua sabedoria, descobriu que os engenheiros têm uma necessidade absoluta dos conhecimentos. dessa sciencia para poderem concorrer para o progresso do paiz na medida dos esforços que empregam no estudo da engenharia.

Só no corrente anno é que o sábio governo descobriu a relação que este estudo tem com o commercio e resolveu-se a crear um cadeira no Instituto Commercial.

O restante do paiz não tem onde possa aprender, não tem noticia nem idéa desta alavanca preciosa.

O governo republicano faria esforços para desiminar estes solidos conhecimentos; um governo monarchico, só estende-se quando não pode ser por menos.

E o escasso ensino que temos, é o ensino official, onde não é possível tomar a verdade em sua nudez para appresenta-la ao povo; onde ella precisa roupas e enfeites para ser vista desfigurada.

No ensino official não se podem trazer á discussão os desmandos do governo, porque isso importa em perda do emprego; por conseguinte havia um importante serviço a prestar ao paiz chamando-lhe a attenção para uma sciencia de primeira ordem e de utilidade immediata, appresentando-lh'a em [página 72] traços largos, mas reaes, applicando-a ás questões do dia, como pretendo fazer.

Na producção da riqueza terei de tratar da divisão do trabalho, de suas vantagens extrahordinarias e de alguns inconvenientes que apresenta, principalmente pelo lado da sciencia.

Tractando das machinas direi que a sua introducção encontrou verdadeira opposição nos paizes civilizados, onde por erro, ellas forão encaradas como prejudiciaes principalmente pela perturbação que traziam á sociedade, pelo prejuízo que então causavam aos monopolistas, pelo novo aprendizado que exigiam. Mas a sciencia moderna hoje abre-lhes os braços, o povo as recebe como a salvação, ninguém lhes recusa o merecimento que ellas tem.

É a questão relativa á mudança de forma de governo. Todos a temem como temia-se com a introducção das machinas no mundo civilizado; e todavia os males se compensam da mesma forma: - há uma perturbação passageira, muda-se a marcha do trabalho, mas tudo se restabelece em pouco sempre, e ficam sempre estáveis as vantagens adquiridas.

A perturbação que ocorre pela mudança de forma de governo é de facto grande; os maioraes de hoje passam a ser os pequenos de amanhã, mas é certo que abre-se o campo ao capital moral, abre-se o caminha para a intelligencia que hoje vive obscura, atrophada e perseguida nas monarchias, quando ella é altiva e nobre, quando não sabe curvar a frente. (Muitos e frenéticos applausos).

Outra forma de governo, outros operários, mas o equilibrio se restabelece, novos mercados se abrem ao merecimento, ao capital moral quando se adapta o governo federativo. Como acontece com as machinas, com os novos motores que se inventam ou se descobrem, exige-se mais capacidade daquelles que os devem dirigir, mas

amplia-se o quadro dos operários [página 72v] todos encontram vastas officinas, onde fazendo-se uma nobre concorrência, possam empregar os seus esforços, onde livremente applicuem e desenvolvam as suas faculdades.

Hoje todo o mundo civilizado accêita e procura as machinas, e o Brasil que tem falta de braços, que justamente ellas substituem, precisa dellas em absoluto.

E não precisará da republica federativa?

Tiraremos a conclusão quando tivermos concluído o circulo de nossas conferencias economico-politicas, quando já tivermos mostrado a necessidade da liberdade em todas as manifestações da actividade humana, individual e collectiva, quando tivermos tractado da liberdade commercial, da liberdade de bancos, de credito.

Nesta parte relativa ao trabalho há uma questão de primeira ordem: – é a organização do trabalho.

O trabalho, é como sabeis, um dos elementos da riqueza.

Sobre o capital, o credito e os bancos especialmente pretendo demorar-me, talvez que essa matéria me preocupa mais de uma vez, porque ahi sente-se palpavelmente a necessidade de quebrar este circulo de ferro dentro do qual nos collocaram com os olhos fexados e do qual não querem que saiamos. (apoiados).

Essa é a mola real dos governos monarchicos, é por esse lado que se aperta, para reduzir todo o paiz a pretendentes de empregos públicos.

Si a Inglaterra é tão honesta e moralisada deve-o antes ás suas instituições de credito que ás suas leis civis, disse eu uma vez, e procurarei mostrar-vo-lo; e verei que tudo o que existe entre nós tem a sua razão de ser, são meras conseqüências do attrito desta machina inferrujada, deste motor social que se chama monarchia.

[página 73] Tractarei dos impostos que todos os dias são lançados sobre nós, dos empréstimos públicos, e do direito que temos á retribuição do nosso trabalho.

Esta conferencia foi apenas de abertura, não quis frizar um assumpto determinado, como farei nas outras; mas não me retirarei sem dar exemplos do modo pelo qual os factos sociaes prendem-se todos mais ou menos á sciencia econômica, justificando assim o titulo genérico que adoptei para estas conversações.

Senhores, peço-vos permissão para demorar-me um pouco estabelecendo certas bases das quaes pretendo tirar agora conseqüências.

Para que o homem um esforço, é preciso que lhe traga em resultado um gozo que é a satisfação de uma necessidade; e, o não haver uma só razão allegavel para que o esforço feito por um individuo deva proporcionar satisfação a outro, é uma razão sufficiente, segundo Leibnitz, para fazer admittir que cada um deve trabalhar para si.

O homem peza de um lado o esforço que vae fazer, e do outro o gozo que pode ter; abate um cousa da outra e pronuncia-se pelo lado da maior força, que leva-o a ficar inerte ou a pôr-se em actividade.

Os esforços podem ser physicos, moraes ou intellectuaes, participar de parte ou de todos elles.

O esforço physico, a força bruta pode ser substituída pelo de qualquer motor, de qualquer irracional, não exige aprendizado e por isso mesmo tem menor valor.

Ora, pelas leis da natureza, todo homem tem direito a viver, e si o fructo de seu esforço deve pertencer-lhe, é claro para que outro d'elle use é preciso que remunere aquelle que o praticou, dando-lhe o necessário ao menos para a subsistência.

O esforço intellectual em geral presuppõe um aprendizado mais ou menos longo, faz crer na existência de um capital anteriormente adquirido, que é trabalho acumulado por este ou por outro individuo, mas que é sua

[página 73v] propriedade, com a qual pôde manter-se em quanto estudou, pôde pagar mestres e comprar livros, alem do risco que corresse de ser mal succedido no esforço e no monopólio natural que possui, si tem intelligencia.

O trabalho intellectual é geralmente o que exige maior remuneração.

Ora, senhores, para que um homem se apresente diante de um auditório illustrado como este, para que se torne digno de merecer-lhe attenção, concordareis que é preciso estar no caso que acabo de figurar.

Entretanto, são tantos os preconceitos deste paiz, tão pouco desenvolvidas estão as idéas econômicas entre nós, que pessoas, aliás bem intencionadas, censuram os republicanos por fazerem conferencias pagas, negando-lhes o legitimo direito que tem a uma retribuição pelo seu trabalho.

Não fui o iniciador da idéa das conferencias nesta tribuna e nem o primeiro a estabelecer o precedente; essa honra pertence aos mais illustrados correligionários de idéas os snr<sup>s</sup>. dr. Salvador de Mendonça e Quintino Bocayuva, mas estou tanto de accordo com o que fizeram que offereço-me para deixar que pese sobre mim todo o odioso que injustamente acham neste modo de proceder.

Senhores, é preciso um maduro exame para decidir uma questão, a má observação dos factos nos induz a erros.

Peço-vos que reflectaes comigo.

O pensamento dos meus illustres correligionários foi nobre, sensato e generoso.

Dizem alguns que o ensino publico, que a propagação das idéas de progresso devem ser gratuitas!

É não encarar bem a questão.

Si o governo nomeasse tantos indivíduos quantos somos e os mandasse com o titulo de professores, com ordenado mesmo avultado, pregar-vos as idéas da monarchia, ficariéis muito satisfeitos diríeis que ouvíeis de graça.

Não, não seria de graça. O paiz está tão escravizado que nem podemos reflectir, não vemos que esses ordenados, [página 74] sahindo do thesouro são pagos pelo povo, de quem o governo sabe extorquir dinheiro vexando-se com mil impostos. Não reparaes que nesse caso toda a nação pagaria para o gozo de alguns indivíduos. Porque não vos revoltaes contra esses deputados que ahí estão, que recebem um ordenado de 600\$ mensaes, que tem uma ajuda de custo para fallar na câmara, ou para dar um simples apoiado, e muitas vezes para pleitear contra os vossos interesses fazendo leis antipatrióticas e oppresoras?

Entretanto pagaes os vossos oppressores sem raciocinar, porque o governo se encarregou de dispor do que é vosso, do que só a vós deverea pertencer; e vos revoltaes quando os republicanos vos offerecem a discussão franca e leal das questões mais vitaes da sociedade quando deixam que actue a vossa individualidade, que venhaes ou deixais de comparecer neste recinto!

E pensam que seja este um curso? Aqui estabelecemos uma differença profunda entre os auditórios: há um auditório composto de pessoas que sabem as bases das sciencias, que tiveram meios para se educar, e outro que precisa que se lhe ensine rudimentos porque os meios materiaes não lhe permittiram que os conhecesse em tempo. Ao primeiro mostrou-se como todas as questões sociaies prendem-se á economia política, como esta sciencia é a alavanca da sociedade moderna: presume-se que não lhe faltam bases; ao segundo ensina-se o que é riqueza, utilidade, valor, trabalho, capital, credito, propriedade.

A differença é profunda.

Um auditório pede oradores, o outro precisa mestres; um tem recursos materiaes, o outro não aprende-se porque não os possuía.

Os sentimentos generosos dos republicanos, de accordo com os princípios da sciencia, levaram-os a collocar a questão neste terreno, porque, si para fallar ao publico illustrado é preciso fazer despesas fortes, muito maiores seriam precisas para proporcionar as aulas sobre as differentes [página 74v] matérias que o povo precisa estudar para se esclarecer.

Senhores, visto que estamos no terreno positivo, desçamos ás cifras.

Pediram-lhes por uma casa que tinha um bom salão, e que nada mais tinha do que isso, a quantia de três contos de reis annuaes = 400 cadeiras, e todo os preparos do ensino e arranjos de sala não poderiam ser feitos por menos de dous ou três contos de reis.

Esses moços generosos recuaram, e concordareis que recuaram bem.

Pode-se exigir de um homem intelligente que adquira illustração, pode-se exigir que todos trabalhem, que se esforcem pelo paiz; mas seria absurdo admittir que todo homem tenha o dever de ser capitalista, de ter fundos de que possa dispor. (Apoiados).

Nem mesmo há o direito de exigir o abandono da propriedade.

Foi com este pensamento de vir ao encontro destas difficuldades que se crearam as conferencias pagas, foi um sentimento generoso quem a fez nascer de accordo com a justiça, com os princípios da sciencia, Mas qualquer que fosse o pensamento, os republicanos prestariam um serviço a este paiz, fazendo sentir talvez pela primeira vez que temos accordado, que já sentimos a nossa individualidade. (Apoiados).

Vemos o direito e seguimo-lo, embora isto choque os que não se demoram em reflectir; elles pensarão depois.

Ainda que formado em math[emat]icas, tomo sobre mim illucidar e bem firmar esta grave questão de direito.

Os que tem illustração e tem recursos pagam voluntariamente para ouvir os oradores; nada se exige dos que não nos podem comprehender, dos que precisam aprender preliminares, daquelles que precisam de professorado gratuito; não é para elles que aqui fallamos.

Demais senhores, deve ficar firmado que o cidadão tem o direito de fazer o preço ao seu trabalho; a concorrência o fará baixar. Aquelles oradores que não corresponderem [página 75] á expectativa pública, deixarão de ter auditório, os que prestarem serviços reaes acharão sempre quem os queira ouvir.

O trabalho é nobre em si, elle acha-se firmado na Escriptura. Não há trabalho vil, o trabalho intellectual é o mais honroso entre dentre os que professa a espécie humana.

O capital intellectual não tem mercado no Brasil, é preciso abri-lo, e este é mais um serviço que os republicanos devem prestar á sua pátria. (Muitos Apoiados).

Os reis proporcionaram recursos materiaes aos homens intelligentes que os sustentam, negam-os ao povo; e o povo acha-se tão escravizado, tão fora de seus próprios interesses que apóia os reis auxiliando-os no extermínio que fazem contra os livres pensadores. (Aplausos).

Poucos, mas cidadãos prestimosos e dedicados, reuniram-se e formaram um núcleo, — é esse o club a que tenho a honra de pertencer como o membro mais obscuro (não apoiados); crearam um folha, modelo de moderação e moralidade, no meio da imprensa desmoralizada deste paíz; e vós que os vêdes de fora não podeis reconhecer quanta dedicação e patriotismo existe nesses nobres corações.

Eu os tenho acompanhado em todos os seus trabalhos, e si não posso prestar-lhes bons serviços, sou pelo menos um observador da vida íntima que pode-vos relatar os seus esforços, os seus inúmeros sacrifícios.

O publico applaude esses homens fortes e ousados que souberam quebrar os ferros e dizer á luz do dia que querem a liberdade, querem a republica federativa; mas o publico descrente, a tudo indiferente, cruza os braços, deixa que seus gladiadores tenham uma luta muito desigual, pois que de toda parte surgem-lhes sérios embaraços. O publico, por ignorar quanta dedicação há da parte desses homens, por não se demorar em reflectir, parece formar echo com os que pensadamente nos fazem opposição.

Senhores, é certo que a Inglaterra tem seus Palmerston, que os Estados Unidos da América do Norte tem os seus Washington, que esses paizes os possuem; mas reparei que [página 75v] esses grandes vultos tinham apoio e seus concidadãos, eram impellidos e firmados por um corpo de homens fortes e illustrados individualmente; elles tinham atraz de si a Inglaterra, tinham o povo soberano do novo mundo. (Muitos applausos).

Embora mal discutida deixemos esta matéria passemos a outro assumpto que não é de menor interesse para firmar estas idéas sobre a distribuição de riquezas.

Dizem que s. m. vai á Europa por incommodo de saúde de sua digna esposa.

Ainda bem, pois que si fosse verdade mo que se disse, que s. m. ia aprender o mais de bem nos governar, importaria isso em dizer que temos ido muito mal por culpa do nosso chefe, que só se dipoz a começar a aprender depois de tantos annos de reinado.

S. m. tem de ordenado 800 contos de reis, e reunido este ao dos outros membros da dynastia, anda toda a despeza que fez o império com esta família em 1,330 contos de reis.

Querem agora dar-lhe 2,000 contos para a viagem que projecta fazer.

Dividamos a questão em duas partes.

Tratemos primeiro que tudo da lista civil.

O que faz o preço ás cousas é a relação entre a offerta e o pedido, e nada é melhor para baratear um producto que a livre concorrência.

Nas republicas, diversos cidadão apresentam-se em campo cheios de ambições, fallam ao publico e escrevem suas opiniões, o povo ouve e depois, mais ou menos livremente, vista naquelle que lhe agrada.

Esta maneira de nomear o chefe de Estado está mais de accordo com a sciencia econômica: há concorrência e por isso o preço é módico e existe probabilidade de acerto na escola.

Nos paizes onde há uma monarchia hereditária, o throno passa a outrem sem que o povo intervenha; sem que haja offerta, nem pedido e não há razão para crer que sempre a corôa pertença ao homem mais habilitado do paiz. (Apoiados).

Mas admittamos que assim seja e procuremos arbitrar o ordenado do chefe de Estado.

[página 76] Um rei absoluto precisa ter qualidades eminentes para poder se sustentar, responde directamente por seus actos, e por isso é justo que tenha uma certa remuneração mais ou menos avultadas.

Um rei constitucional não governa, nem administra, na phrase dos nossos liberaes que o acham compatível com todas as liberdades. Elle apenas deve reinar, isto é, ficar expressivamente representado pelo symbolo eloquente que lhe impoz o espirituoso Eduardo Laboulaye: elle é zero. (Hilaridade e applausos).

Ora, senhores, que grande ordenado será preciso para representar este papel?

A família imperial do Brasil tem 1,300 contos de salário, e a renda total do Estado é de 93 mil contos.



Proximamente é como se dividíssemos o total da renda em 73 partes, dêssemos uma á família imperial e 70 a todos estes milhões de habitantes do império do Brasil.

Não será a partilha do leão? (Hilaridade).

O presidente dos Estados-Unidos vence creio que 50 contos de salário annual.

Porventura um paiz como esse, muito mais populoso que o nosso, de um povo muito mais enérgico e illustrado, será mais fácil de dirigir que o Brasil cujos habitantes não tem vida, para quem a indolência e a tranqüillidade é a felicidade eterna?

Não o creio.

O ministério é quem deve governar o Brasil, segundo a nossa carta, e cada ministro ganha 12 contos anuaes; os 7 ministros ganham 84.

Que desproporção com a família imperial!

Por toda parte o chefe de uma repartição que tem de ordenado a somma de todos os seus immediatos, está excessivamente remunerado. Nenhum delles tem verba especial para membros de sua família; sustentam-as com o próprio ordenado.

Si o chefe do Estado brasileiro vencesse 100 contos de reis para elle e sua família, como sendo o primeiro empregado [página 76v] publico do paiz, o mais gradual, não teria uma boa e exorbitante remuneração?

De certo que sim. (Apoiados).

E lembrai-vos que não metti em conta as despesas que se fazem com um regimento de cavallaria, com salvas quando nasce ou morre qualquer príncipe.

Si o fructo do trabalho deve ser para quem o effetua, si um esforço exige um goso em compensação, dizei-me que goso tivestes com as despesas feitas com as salvas e exéquias de princesa? De certo que nenhum, porque não queremos mal á família imperial, só o que desejaríamos é que não tivéssemos de pagar pelo seu deserto. (Apoiados).

Por este excesso de despesas, por esta falta de concurso que o acarreta, pela má administração dada ao paiz pela monarchia, que é tão dispendiosa, é que o martyr brasileiro, o immortal Barata, dizia que por 400\$ annuaes elle governaria o Brasil melhor que o snr. D. Pedro 1º com toda a sua immensa lista civil. (Hilaridade e applausos).

Mas Barata pagou o seu arrojo indo expurgar os seus peccados longamente numa fortaleza. Passemos agora aos dous mil contos.

A Câmara dos representantes da nação quer dar 2.000 contos a s. m. para gasta-los na Europa. O Sr. dr. Mello Moares quer que se dêem 4 além de alguns vazos de guerra.

Um empregado publico, que tem uma licença, já obtem um grande favor quando consegue o ordenado, perdendo as gratificações; mas em todo caso, não se lhe dá ajuda de custo para poder gosar de sua licença.

Um presidente da republica, si adoce, espera que termine o seu tempo para tractar de sua saúde, ou si esta está muito ameaçada, resigna o seu mandato.

Um rei vitalício tem uma licença com todos os seus honorários e mais 2.000 contos, que serão gastos sem o menor goso para o povo que os tem de pagar sob mil formas, e que não é consultado nem ouvido.

Dizem por ahi que fica muito bem ao Brasil que o nosso [página 77] monarcha appareça na Europa como si fosse chefe de um paiz rico e poderoso; não duvido que o digam com a melhor intenção, porque o systema monarchico é todo elle de apparencias.

Mas proponho este dilema: ou todas estas despezas fabulosas são há essência do systema ou não. Si não são e ellas si fazem, a economia política denuncia ao paiz como esbanjadores dos dinheiros públicos e traidores ao mandato que deveriam representar esses deputados que á porfia protegem o interesse do rei aggravando as circuntancias do povo; (muitos applausos) e si são da essência, então os republicanos tem razão quando dizem que não há questão de palavras ou de forma, que há profunda e essencial differença entre o systema monarchico e o republicano. (Muitos applausos).

Eis porque vos disse a principio que não atacaria de frente essa questão, que a economia política fa-la-hia realçar pouco e pouco e acabaria por dar-lhe uma demonstração cabal.

O publico passará nesta argumentação e decidirá de sua lógica.

Uma das grandes vantagens destas conferencias, é que oradores possam se appresentar na tribuna popular discutindo livremente as questões, visto que o nosso mechanismo social, perro e enferrujado, não permite que tenham assento nas câmaras os que não querem passar pelas forcas caudinas. (Apoiados).

É preciso que o paiz tenha um respiradouro, e esse é a tribuna creada e sustentada pelo governo, visto que a que é paga pelo governo, por extorsão dos dinheiros particulares sob a forma legal do imposto, não pode dizer a verdade; não fala pelo povo, advoga a causa do rei. (Applausos).

Havendo esta tribuna de onde fallo, sempre apparecerá quem acarrete a responsabilidade das palavras de verdade que profere.

E essa responsabilidade eu sei qual ella é!

[página 77v] É porque os reis precisam gastar muito dinheiro do povo, tirado por impostos vexatórios; é porque o rei precisa ostentar na Europa o que o Brasil não é; é porque essa eschola é a da simples apparencia; é porque a adulação faz esquecer a sciencia para dar-se dinheiro do povo ao rei contra a vontade do mesmo povo; que os republicanos não querem a monarchia. (Apoiados).

É um serviço mal feito e muito caro, moral e materialmente fallando.

Na tribuna governamental ouvem-se os áulicos á porfia, os que deveriam lá estar para representar o povo, pedindo que se aggrave a má sorte do mesmo povo para dar dinheiro ao rei; é justo que da tribuna popular levante-se uma voz, embora fraca, para lavar perante todo o paiz um protesto contra o esbanjamento dos dinheiros públicos. (Applausos).

O protesto é a consolação do fraco, é a voz do homem resignado, que não pode erguer-se sob o pezo que o esmaga; mas o Brasil, que dorme, despertará, e tempo virá em que teremos forças, em que saberemos pôr em dia nossas contas. (Muitos applausos).

Os males que nos faz a monarchia não tem conta, não poderiam relatar-se no curto espaço de uma conferencia; mas elles existem, estão patentes e estou certo que os reconheceis, e que irei concordando commigo nas proposições que terei de vos appresentar.

Concordareis que os meios únicos que reconhecem os nossos financeiros (e os francezes também) para proporcionar o consumo publico são: o imposto, o imprestimo e o monopólio. Por esses três meios elles fazem recolher ao thesouro toda a fortuna dos particulares, tirando-lhes todo o excedente do estrictamente necessário para a subsistência e negando-a mesmo a outro; por esses meios elles nos tolhem completamente os passos na vida industrial. Concordarei que há um quarto meio, conhecido só pelo paizes livres, pelo qual augmentam-se

as rendas publicas proporcionando ao cidadão os meios de augmentar a sua fortuna individual, creando-lhe recursos, augmentando-lhe o bem estar.

[página 78] Com o mesmo imposto a renda publica torna-se avultada, si augmenta-se a fortuna individual que é a verdadeira riqueza do Estado; a riqueza do Estado, porem, entende-se falsamente ser o dinheiro que apparece no thesouro que de facto apenas pode dar entre nós a medida da oppressão. (Apoiados).

Esse quarto meio que os nossos financeiros parecem desconhecer, está nas boas leis de locação, lei que neguem o direito á preguiça, que sempre tenho combatido, mas que de boa mente o governo reconhece no Brasil, porque á monarchia muito convem essa falsa liberdade que enerva o corpo e mata todas as faculdades do espirito; esse quarto meio está na boa legislação bancaria, que deve ser completamente livre, está na ampliação do credito individual que não existe neste paiz, está na criação do capital moral e no mercado que se abre a todos os productos.

É desenvolvendo todas estas cousas e outras de que vos fallarei nesta serie de conferencias, que um paiz livre augmenta as suas rendas; mas o Brasil tem recorrido ao imposto, tem recorrido ao monopólio, tem descido até a venda de títulos... . Digo mal, os títulos são as graças e as graças não se podem vender porque são divinas, trocam-se. (Muitos applausos).

Não tractarei hoje de todos estes monopólios, mas permittireis que vos diga algumas palavras sobre a liberdade de ensino, sobre o monopolio que neste ponto exerce o governo do nosso paiz.

A Constituição garante o ensino livre, primário, secundário e superior, e ainda por ahi parecerá libérrima; mas a sciencia econômica e o principio de justiça condemnão essa extrema philantropia, recusam-a como odioso engodo offerecido ás pessoas de boa fé que acceitam as apparencias sem quererem no fundo das questões.

O povo figura-se que o governo é uma entidade que tem força moral, intellectual e physicas, tem recursos materiaes que lhe nascem no thesouro sem que saiba donde elle vem; o povo não reflecte que os cidadãos é que dão-lhe esse dinheiro [página 78v], que lhe dão soldados, que lhe prestam apoio; o povo não vê que o governo pagando professores para que ensinem gratuitamente a certos indivíduos não faz mais que practicar uma injustiça. Eu por exemplo, cujos filhos não vão á eschola porque posso e tenho prazer em dar-lhes eu mesmo o ensino, outro que paga mestres particulares para seus filhos, são obrigados a contribuir para a sustentação de uma eschola freqüentada pelos filhos de outros que talvez sejam mais ricos do que nós. (Apoiados).

Eis o que é o ensino livre que nos garante a carta: é a injustiça, é a extorsão do nosso trabalho para o gozo de outros cidadãos.

O que nos deveriam garantir seria ensino livre e apprendizado obrigatório, cousa que não se faz, porque nesse paiz respeita-se muito a liberdade alheia, respeita-se o direito á preguiça e o direito á profunda ignorância.

Senhores, desculpae se insisto nestes dous pontos. Os republicanos comprehendem perfeitamente a liberdade, e sabem que o seu limite para o individuo está no ponto em que elle começa a atacar os direitos e a liberdade de outrem. (Apoiados).

A preguiça e a ignorancia prejudicam todo o paiz, são contra o interesse todos nós; é preciso dar-lhes um corte fundo, é preciso extermina-las do solo brasileiro. E notae que isto não tem feito a monarchia, nenhum passo se vê nesse sentido porque muito lhe convem este estado de cousas. Conserva-se o monopólio e fazem-se

escholas de pedra e cal onde deve persistir o ensino official, o ensino sujeito aos programmas de governo.

A própria promessa da carta acha-se falseada no ensino superior, porque nas escholas de direito e medicina exigem-se cento e tantos mil reis annuaes só de matricula, e sabei que na Europa, os mais hábeis professores, como, por exemplo, Pajot, fazem seus cursos completo pela módica quantia de 100 francos que são menos de quarenta mil reis de nossa moeda.

Onde a justiça, senhores, onde a diffusão dos conhecimentos?

[página 79] Uma academia em Pernambuco para todo norte, uma em S. Paulo e outras nesta corte para o uso de todo o império, academias que não podem ser frequentadas senão pelos ricos, pelos que podem supportar uma despeza annual de cinco ou seis annos, uma academia onde de matricula paga-se mais do que aos professores particulares, do que aos melhores professores do mundo civilizado. E é para o uso dos filhos dos ricos ou dos abastados que lançam-se impostos sobre os pobres, que o operário há de tirar o pão de sua família para dá-lo ao thesouro publico?

É revoltante, senhores! É muito injusto! (Muitos apoiados).

Por causa do monopólio. É que em vez de se fazer em dous até três annos todo o curso de direito, que de sobra pode ser estudado nesse período de tempo, elle exige cinco; é para empregar maior numero de professores, é para sustentar o direito á preguiça que lá se dão essas férias tão prolongadas.

O monopólio é quem por todos os modos imagináveis obriga o cidadão ao sacrificio de tempo e de dinheiro que representam cousas equivalentes; é pelo monopólio que os professores em lugar de fazerem profundar o direito filosofico e a economia política, que são a vida da sociedade, ensinam o direito positivo e a infallibilidade do papa, que muito se aproxima da infallibilidade dos reis. (Apoiados).

Si destas escholas tem de sahir, como tem sahido, os nossos legisladores, é de rasão que neste paiz se conserve a monarchia constitucional hereditária e sagrada, ella tem toda a razão de ser; mas si é certo que queremos o progresso do paiz, é preciso que lhe demos liberdade por toda parte, liberdade de ensino como queremos a da igreja, dos bancos, da palavra e da imprensa.

E para a diffusão das luzes, para o progresso do Brasil, essa liberdade é essencial. (Apoiados).

O professor particular economisa o tempo, elle [página 79v] ensina como vê, porque traça livremente o seu programma; elle entra em concorrência, e não poderá viver si não for distincto, terá de recorrer a outro gênero de vida. Os maos [sic] professores serão banidos do corpo do professorado porque não terão discípulos.

A falta de ensino livre é um mercado completamente feixado ao capital moral, um contra-estimulante da intelligencia e da emulação, elle traz consigo a localisação de alguns centros monopolisadores, traz a centralisação. (Apoiado).

Si por toda parte si podessem abrir academias, é certo que os filhos das províncias que tem capacidade não precisariam vir para a côrte ou procurar os centros monopolisadores; elles ficariam satisfeitos nas províncias que os viram nascer, no seu torrão natal, que será seu futuro paiz, quando o Brasil for um Estado confederado, como acredito que virá a acontecer. (Applausos).

Por toda a parte se abririam escholas, collegios e academias, por toda a parte o homem intelligente poderia tirar do seu trabalho, do producto do suor do seu rosto, uma pequena quota para gratificar o professor, o homem que lhe desse luzes, que o habilitasse para sahir da obscuridade, a crear um capital moral.

Dispensando a matricula, superior actualmente a 100\$ —, dispensando as mezadas, superiores a 1.000\$ — que são precisas durante cinco annos para estudar o curso de direito, qualquer cidadão que em casa de seus paes ou no canto de uma officina podesse dispor de 100\$ ou 200\$ annuaes, isto é, de 10\$ ou 20\$ todos mezes poderia em dous até três annos percorrer todo o curso de direito, estudar mechanica ou geometria, cultivar em summa a sua intelligencia.

Deveis comprehender quanto esta instrucção daria forças a este paiz, que acréscimo de bem estar receberia o individuo, que acréscimo de forças.

As artes, a industria haviam de prosperar, porque ellas deixariam a rotina; o artista e o industrial [página 80] teriam alargado o circulo de suas idéas, conheceriam a utilidade de todas as descobertas á medida que ellas se fossem realisando no paiz ou no estrangeiro.

Todo o paiz adquiria forças e estou certo que, por esta forma restringindo as despezas do individuo augmentando-lhe as forças de produção e bem estar augmentar-se-lhe-hiam as rendas publicas sem que fossem precisos novos impostos. (Muito bem).

Não precisamos de uma universidade do governo, devemos querer que se recuse o direito á preguiça e á ignorância, que se dêem ao paiz todas as liberdades que elle não tem, e que são incompatíveis com a monarchia. (Apoiados).

Devemos abrir campo á intelligencia, quer proclamando o ensino livre, quer estatuinto sobre o apprendizado obrigatório.

Precisamos utilizar as forças vivas do paiz; que todo homem de merecimento possa viver; que toda intelligencia possa se illustrar, que todas as intelligencias achem mercado para os seus productos. (Muito bem).

As conferencias pagas, que sem isto não poderiam subsistir pelas despezas que acarretam aos oradores, dando um choque na parte illustrada da população, fazendo ver a que se acha mais abatida que seus interesses estão sendo bem encarados e discutidos, trarão o verdadeiro ensino gratuito nos centros populosos, trarão a liberdade do ensino e o apprendizado obrigatório, abrirão cursos por todo o territorio brasileiro, darão forças ao cidadão, e acabarão por conquistarmos todas as liberdades. (Apoiados).

Senhores, a economia política é a mechanica social, ella há de levantar este paiz.

A clava de Hercules que há de firmar no mundo inteiro a republica federativa, é esta moderna e profunda sciencia. Ella é quem há de dar ao cidadão a iniciativa individual, é por ella que o individuo há de saber conquistar a sua independência, é que há [página 80v] de ter força para quebrar o domínio dos reis. (Applausos).

Senhores, a mythologia dos gregos e latinos é riquíssimas em lindas imagens, suas allegorias são encantadoras e profundas, e é com verdadeiro talento que ella representava Minerva, deusa da sabedoria, nascendo da cabeça de Júpiter com uma pancada de malho que lhe applicou o deus Vulcano.

Sim, senhores, o parto da sabedoria é doloroso; para faze-la nascer, para possui-la é preciso um braço forte e uma ousada mão que possa subir ao Olimpo e extrahi-la da cabeça do rei dos deoses.

Quando os povos souberem a economia política; quando forem bem conhecidas as leis naturaes que regem o trabalho, o poder e o jogo do credito; quando forem por todos conhecidas as funções do elemento terra, as do capital e o valor que tem um mercado amplo; quando por todos estes meios se multiplicarem as officinas do trabalho, quando houver artes e industria que permittão ao cidadão a vida sem dependência do governo; então, senhores, todas as monarchias se transformarão em republicas federativas, os povos gozarão de seus direitos; nas inúmeras officinas do trabalho physico, moral e intelectual se fabricará esse malho de vulcano que nos dará a sabedoria. (Muitos applausos. Muito bem, Muito bem).

Senhores, por demais tenho abusado de vossa paciência. (Não, não).

Appello para o vosso esforço, conto que o vosso patriotismo, o vosso amor á liberdade e á humanidade, sejam capazes de produzir o que desejaria fazer, mas para cuja realização sinto-me fraco. (Não apoiado).

Não tenho forças para chegar até onde me impulse a intelligencia e o coração; mas do alto desta tribuna appello para os meus concidadãos, peço o concurso de todas as intelligencias e dedicações, peço [página 81] a madura reflexão das idéas.

Desçam ao fundo, estudem os pensamentos dos republicanos, auxiliem-os no immenso esforço que todos precisamos empenhar para a realização destas generosas e grandes idéas.

Tudo espero de vós.

(Frenéticos applausos. O orador é cumprimentado e abraçado pela maior parte das pessoas presentes á conferencia).

## 10 ANEXO J

11 **Fonte:** Carta do Rev. Alexander L. Blackford, em 1874.

12 **Assunto:** Êxtase religioso sentido por Miguel Vieira Ferreira no templo da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro.

[página 094v]

The Foreign Missionary of the Presbyterian Church

July. 1874. Vol. XXXIII – n.º 2

Missão no Brasil = Rio de Janeiro = Carta do Rev. A. L. Blackford – Abril 24.

Poder de Deus sobre a alma – Domingo, 5 de Abril, celebramos a ceia do Senhor, e recebemos e baptisamos quatro convertidos de Roma, e a 12 do mesmo mez corrente, 13 crianças foram baptisadas. O caso de um dos quatro convertidos, a que acima me refiro, é peculiar, e uma não usual manifestação do poder directo de Deus sobre os homens. Elle é um homem muito intelligente e activo muito bem educado. Em maio ou junho do anno passado, seu pai — também homem muito intelligente, e militar reformado — e elle vieram assistir ao nosso serviço, e foi essa a primeira vez em que estiveram n'um [página 095] culto protestante. O sermão foi sobre o texto: “Examinae porem tudo: abraçai o que é bom” etc., e ensinou que a verdadeira religião é uma cousa racional, e não somente supporta, como exige o estricto exame da razão. Quando sahiam, o velho me disse: “Este discurso expressou o meu modo de ver.” Dahi em diante, pai e filho e outros membros da família foram assistentes mui regulares, e as crianças freqüentaram a Eschola Dominical. Não obstante o filho era um incrédulo confesso, e ensinava suas idéas aberta e altamente em leituras publicas nocturnas, n'uma eschola de que era director; e depois, publicou estas leituras (conferencias). Evidentemente elle era sincero em suas vistas, e desejava conhecer a verdade. Recebeu todos os livros que lhe fornecíamos em portuguez e em hespanhol sobre as evidencias do Christianismo. E eu soube depois, por seu pai, que, por uma boa porção de tempo, elles tinham

gasto longas horas, ás noutes, lendo, estudando e discutindo o assumpto; durante todo esse tempo o filho chamando-se, e crendo ser, um materialista puro. Elle tinha ouvido fallar, e lido sobre o espiritismo, e, embora tendo desprezo por essas idéas, concluiu um dia em Fevereiro ultimo tentar algumas experiências por si mesmo. A 20 deste mez, elle veio ao meu escriptorio, n'um estado estranho e doloroso de excitação mental. Disse-me o que tinha feito, mostrou-me uma porção de escriptos, alguns em palavras intelligiveis e o resto em signaes, traços e rabiscos, que para mim eram outras tantas garatulhas sem sentido, que me disse ter sua mão sido forçada a fazer por um invisível mas irresistível poder; e a maior parte do que, considerava [página 095v] que podia ler e interpretar, e que, como m'o traduziu, era uma extranha mistura de verdade, e o mais extravagante contrasenso, e todavia para elle isto evidentemente tinha toda a força de realidade. Convenci-me logo que em tal caso eram inúteis argumentos e por isso evitei-os. Dous dias depois fiquei surprehendido de vel-o em seu lugar no culto de domingo. O sermão foi sobre a sympathia de Jesus. Elle ouvia com uma calma, mas mui profunda attenção; e houve uma manifestação, muito fora do usual, de sentimento na congregação. Findo o culto o moço foi encontrado assentado no seu lugar, incapaz de mover as mãos ou os pés, ou de abrir os olhos. O corpo não estava rígido, todavia ficava na posição em que estava ou o collocavam. Continuou assim por cerca de meia hora, durante cujo tempo somente uma vez abriu os olhos, e isso mesmo só por um instante. Todavia, voltando a si, conheceu perfeitamente o que se tinha feito e dito em redor d'elle. Entre suas primeiras palavras estavam: "Agora aceito a Bíblia como verdadeira e inspirada Palavra de Deus e Christo como um divino Salvador, e quero professar a minha fé nesta Igreja Presbyteriana". Estas e outras verdades elle firmemente affirmou, no entanto que por muitos dias parecia plenamente persuadido que tinha visões, e recebia instrucções directas divinas ou espirituaes e intimações propheticas. Dous ou três dias depois elle abandonou as experiências espiritistas como inúteis, pecaminosas e illusorias. Na noute anterior a do seu ataque do domingo, elle nada absolutamente tinha dormido, e muito pouco em varias noutes e dias anteriores. Sua convicção era que durante o seu estado lethargico seu espírito estava fora do corpo, olhando para elle e consciente de tudo o que se passava. Não pretendo agora analysar os factos, nem mesmo posso dar delles, [página 096] uma idéa adequada. Minha impressão, como testemunha occular, é que o seu conhecimento do que se passava não era pelos seus sentidos corporaes. Elle crê que Deos lançou mão d'elle assim para mostrar-lhe seus erros. Diz que quando a convicção da existência, do poder e da omnipresença de Deus apoderaram-se de sua alma, parecia-lhe como se isso o aniquilasse; mas quando vio Christo como um divino Salvador, e sentio-se perdoado, veio a paz, e o amor e a confiança encheram seu espírito. Levou alguns dias para restaurar a calma ordinária do corpo e do espírito, e sua família e seus amigos ficaram mui suspensos sobre o resultado. Não pude duvidar desde o principio que o Espírito de Deus estivesse operando nelle. Não julguei necessária separar com distincção exacta até que ponto sua extraordinária experiência seria effeito do poder divino, e o que nella seria causado pella fraqueza humana, idéas preconcebidas, e as luctas da incredulidade, e dos hostis poderes espirituaes para manterem ascendente sobre o outr'ora fiel alliado. Nos convencemos que os resultados evidentes — uma calma e humilde fé em Christo como Salvador foram um victoria da palavra e espírito divino, e por isso recebemol-o na Igreja visível de Deus. O orgulhoso descrente, que não reconhecia superior no universo, agora assenta-se mansamente aos pés de Jesus. Uma irmã casada, que vive na família, passava por experiências tanto ou quanto semelhantes, posto que menos vividas e penosas. Os verdadeiros resultados espirituaes pareceram ser igualmente satisfactorios, e ella apresentou-se ao lado de seu irmão para confessar na mesma occasião o mesmo Senhor. Ella não tinha sido incrédula, mas tinha vivido sem religião, sem Deus, e sem esperança no mundo. Mesmo [página 096v] as

crianças, até certo ponto, pareciam sentir a influencia do poder que operava nos corações dos paes. O velho pae, homem reflectido de hábitos firmes, e convicções profundas e fortes, ficou perplexo pelo que não podia comprehender e nem approvar, e pareceu, durante esse tempo, recuar. Mas eu sei que elle tem estado profundamente impressionado, e creio que o Espírito Santo ainda está operando n'elle e outros da família, e que elles ainda serão trazidos a Christo. O filho agora deseja dedicar-se a estabelecer e propugnar a fé que antigamente rejeitou e tentou destruir.

### 13 ANEXO K

14 **Fonte:** Carta de Miguel Vieira Ferreira, em 1874.

15 **Assunto:** Descrição dos trabalhos missionários em Nova Friburgo.

[página 082v]

Nova Fribourg, 5<sup>a</sup> Fr<sup>a</sup>. 26 de Novembro 1874.

Amigo Snr. Dr. Blackford. — São 8 ½ da noute. Fiz o culto das 5 ¼ ás 6 ¼ na igreja allemã como hontem. Hoje a tarde esteve melhor, quanto a chuva mesmo.

Houve maior concurso que hontem. Destribui mais de 60 purgatorios, mas já se tinham retirado m<sup>tos</sup>. em q<sup>to</sup>. desci da tribuna e vim até á porta. A impressão foi muito boa. Durante todo o culto posso dizer que nem voou uma mosca, porque o silencio foi tal que o vôo o teria quebrado. A attenção foi profunda, muito profunda. Retirou-se um só homem, como também hontem, mas isso foi logo em principio á primeira leitura da Bíblia: retirou-se, em quanto eu lia. Aqui há um Dr. Advogado que meteu a ridículo o Pastor no dia em que este veio ao hotel (do Witller), onde estou; mas que depois, hontem de manhã veio me visitar, foi ouvir-me á tarde e hoje



voltou e tem prestado muita atenção e me parece que já se chamou ao serio. O Pastor disse-me hoje, muito em segredo, que um moço {(homem) professor do collegio (do Guilherme) que aqui há, o qual visitei e onde conversei boas dessas horas sobre o Evangelho com o Director e 2 Professores, á vista do Pastor, que também é professor la, cujo moço veio á tarde me visitar e recebeu nossa pregação e os evangelhos para ler} disse-lhe [página 083] achar-se muito impressionado e perturbado com essas minhas conversas, a ponto de temer ir ao culto. O Pastor fez que elle fosse, penso eu, porque lá esteve hoje, e eu aproveitei a occasião para dar-lhe um folheto de cada um dos que trouxe. Tive também hoje senhoras no meu auditório, porem outras que não foram hontem. Uma senhora protestante, cujo marido está na côrte, outra que também é da côrte da igreja allemã e que me fallou no Dr. Gruel, uma de Petrópolis, cuja mãe está em casa de D. Henriqueta, segundo ella me disse, outra suissa mesmo d'aqui, outra Brasileira casada com um suisso e talvez mais alguma. Com estas eu estive conversando depois do culto por um quarto de hora na praça da igreja, onde as achei paradas com o suisso marido d'uma dellas como disse acima. — O Pastor está muito e muito satisfeito com a impressão que tem produzido a Palavra do Senhor; elle me disse hoje — Si eu fosse dizer a este povo o que o Snr. tem dito contra a igreja romana, com certeza me teriam apedrejado — Elle já mandou aviso aos allemães do interior da pregação que vou fazer no domingo.

Estou bastante animado com o meu trabalho aqui, porque Deos tem mostrado que elle mesmo me fez comprehendel-º Hoje especialm<sup>e</sup>. a graça do Senhor superabundou sobre mim, foi o seu Espirito Santo quem me guiou em tudo durante o culto. O meu espirito esteve excessivam<sup>e</sup>. commovido, não houve o menor trabalho meu, e penso que o Espirito do Senhor fez-se sentir em toda a reunião como eu pedi em minha oração que foi feita de toda a minh'alma. O Senhor há de usar de compaixão e misericordia para comigo, Elle aqui me trouxe Elle mesmo, Elle mesmo me fez pregar neste lugar, Elle mesmo fará também algum signal para que se reconheça [página 083v] que delle, e só delle recebi esta missão de pregar o Evangelho aos meus concidadãos; estas são suas promessas; são meus votos; a missão me foi dada por elle mesmo, que assim como me deu o baptismo do Espirito Santo antes do de João, antes também me chamou para esta missão sem imposição de mãos. Assim como Elle mesmo me ensinou a celebrar a Santa Cêa e me fez comprehendere os pontos capitaes de sua Palavra, assim como me tem feito verificar umas de suas promessas, fará também que eu veja verificar outras de suas Promessas. — Tenho atacado fortem<sup>e</sup>. a Igreja romana, alias pregando a doutrina do Evangelho; penso que lhe tenho dado golpes profundos para o espirito dos ouvintes. Tenho-o feito mui rigorosam<sup>e</sup>. e penso que será muito bom, porque o Padre daqui é um allemão que passa por um sabichão. — o Snr. queira mandar Imprensas Evangélicas que não vieram, 100 purgatorios, 100 O que crêem os protestantes, 50 Sou Christão e 50 Sim existe um Salvador. Desejo que venha isto pelo trem do sabbado sem falta, porque destrubui aqui os que trouxe, e desejo partir sem falta 2<sup>a</sup>. Fr<sup>a</sup>. p. f. como já lhe mandei dizer. — O que ocorrer lhe communicarei. — Meu respeito á sua Sr<sup>a</sup>. aos Snr<sup>s</sup>. Van Orden, Mesquita e Azurara..

Seu irmão em Jesus Christo.

Miguel Vieira Ferreira.

## 16 ANEXO L

17 **Fonte:** Carta de Miguel Vieira Ferreira, em 1874

18 **Assunto:** Preleções pastorais em Nova Friburgo.

[página 084]

Nova Fribourg 29 de Nov.º 1874 — A.º S<sup>f</sup>. Dr. Blackford

Recebi a sua de 26 do corr<sup>o</sup>. e os folhetos.

Muito fiquei satisfeito com a sua carta.

A respeito de dinheiro para as despezas felizm<sup>e</sup>. [página 084v] por ora não é preciso mais do que trouxe.

Hoje preguei de 1 a 2 ½ da tarde. Tive um auditório maior que nos dias anteriores. Das 11 ás 12 da manhã o padre romano esteve lá na Igreja delle, e pregou também um sermão no qual disse ao povo, que não dizia que não fossem ouvir porque onde havia um corpo morto ahi também se encontrava os urubus. Não argumentou, não discutio. Apenas fallou pouco, mas nesse gosto. Nem por isso o auditório foi menor, e Deos quis que eu prendesse ainda em absoluto as atenções. Hoje é que preguei contra as imagens, como lhe disse que faria, e o resultado penso que foi muito bom. — Fallei com verdadeira inspiração, embora que algum do auditório achasse fraco e outro forte demais.

Depois que fallei do deos ídolo, do deos do romanista, fallei do Deos do protestante, e foi ahi que minha alma sentio-se verdadeiramente transportada, porque o Espírito de Deos a guiou nas Palavras de verdade que ella disse. — Ao terminar, na oração fallei pedindo a Deos a punição para uma igreja que blasfema, onde o padre ousa dizer que a Igreja que prega o Christo ressuscitado é um corpo morto cercado de urubus. Esta oração foi também feita com extrema força, e ahi é que as opiniões se dividiram, isto é um disse que eu fôra forte demais, e outro que ficara á quem do que devera ser. — Toda a tarde, desde o fim do jantar sustentei uma forte lucta contra o racionalismo: um racionalista me procurou para discutir e a elle aggregou-se outro que lhe deu algum apoio, e estavam presentes mais três nos quaes penso que a minha argumentação fez muita mozza. Depois o Dr. Borell (cuja família tem ido sempre ao culto, mas que chegou, elle, da cid<sup>e</sup>. hoje) veio me visitar, tendo assistido ao culto. O Dr. Borell é racionalista e também esteve discutindo commigo, porem mais intelligentemente que o primeiro, e por isso mesmo não sendo tão obstinado, posto que não [página 085] concordando commigo.

Penso que Nova Fribourg acordará agora. O essencial é que a planta seja regada. O próprio pastor d'aqui creou novo animo. Elle estava há muitos annos luctando, sem força, contra a incredulidade. — Já dei graças a Deos pelas benção q. deu ao meu trabalho aqui: Nova Fribourg já sabe O que crêem os protestantes, em Nova Fribourg pode-se falar de agora em diante desasombradamente contra a igreja romana, em Nova Fribourg vai ser destruído o culto dos ídolos em muitos espíritos, e penso que o crucifixo de prata da igreja protestante ficará apeado.

Hoje, depois do culto, houve um baptisado dos filhos de dous inglezes, e o crucifixo, e os castiçaes não foram para o altar. (É verdade: o padre romano disse também que me deviam dar um purgante de assafetida!).

Penso que amanhã seguirei viagem para S. Sebastião do Alto. Si não seguir por qualquer motivo ainda lhe escreverei d'aqui. Faço-lhe esta desde já pelo prazer de dar-lhe noticia da pregação de Deos, porque, referindo qual a benção de Deos neste dia, estou ainda o louvando e glorificando. Roguemos-lhe que não deixe morrer a semente.

É verdade: — Fiz um appello aos protestantes d'aqui mostrando-lhes o seu dever de trabalhar pela revificação da egreja, disse-lhes que elles (os protestantes, nós) éramos depositários do templo, e que de modo algum deveriam dar de mão a este grande privilegio.

Dei um cartão de nossa Egreja a duas senhoras suissas que aqui estão e que sempre me foram ouvir, que são da côrte e prometteram freqüentar lá a nossa Egreja que fica perto da casa dellas (r. dos Ourives). A fam<sup>a</sup>. do Dr. Borell vai para a côrte em janeiro p. f. Logo de manhã vou [página 085v] visital-os e dar-lhes um cartão de nossa Egreja. A mulher delle é protestante, as filhas cath. romanas, elle catholico (não) romano, racionalista, isto é, baptisado na egreja romana, mas perfeito racionalista dizendo lastimar não ter a minha fé, porque descrê muitas vezes do racionalismo. Penso que si eu lhes der um cartão elles freqüentarão a nossa Egreja.

Deos abençoe o nosso trabalho.

Recomende-me á sua Sr<sup>a</sup>. Aos Sr<sup>s</sup>. Mesquita e Azurara e acceite saudades de quem é seu irmão em Jesus Christo.

Miguel Vieira Ferreira.

P. S. O Carpintor manda recommendações ao Mesquita. Queira mandar noticias minhas a minha fam<sup>a</sup>. a quem não escrevo agora.

## 19 ANEXO M

20 **Fonte:** Carta de Miguel Vieira Ferreira, em 1874

21 **Assunto:** Esclarecimentos quanto aos aspectos da cidade de São Sebastião do Alto.

[página 085v]

São Sebastião do Alto 6 de Dezembro 1874

Am<sup>o</sup>. Dr. Blackford

Já lhe escrevi d'aqui, assim como a Gloria. Neste logar a communicação é mais difficil que de Fribourgo; por isso não admirará se não receberem outras cartas minhas até á minha ida, que não sei assim quando será. — Ainda não tive uma sala para pregar e penso que só 4<sup>a</sup> Fr<sup>a</sup> (9) ás 5 h da tarde farei a primeira reunião: foi esta uma semana gasta em viagens e em espera, porque a ultima vez que preguei foi domingo em Fribourgo. Deus assim o quer, e elle fará como for melhor para aplanar o caminho. — A minha estada aqui, e o fim, tem já corrido n'um raio de 3 a 4 legoas, e todos querem saber quando faço a primeira reunião para assistirem. Uns dizem que está nesta localidade um padre judeu, mas o facto é que todos desejam ouvil-o, homens e senhoras. Nesta localidade a gente é toda m<sup>o</sup>. intelligente, e não há pobreza, todos mais ou menos, tem; [página 086] homens e senhoras lem [lêem], e mesmo entre estas muitas me conhecem de nome e, segundo dizem eram e são minhas affeioadas. O elemento a combater aqui é a descrença: a maior parte aqui não crê em nada. Os santos não tem culto e a bem dizer não existem, as poucas casas que os tinham tem rido dellas e

lançando-os fora do oratório. O Dr. Monte Godinho tem andado com uma imagem de S. Sebastião (padroeiro do logar) amarrada no rabicho do cavallo; assim tem ido visitar os doentes para que todos vejam que aquelle sancto é simplesmente um páo [sic]. O povo acceita tudo isto. — Elles fallam desabridamente do vigário, mas dizem que não querem que elle saia do logar, e que se o removerem irão para onde elle for, porque elle é quem tem civilisado este logar por andar mesmo dentro do povoado armado de revolver e faca. Dizem que si andasse de batina e cordão na cintura esta localidade estaria como as outras. D'aqui pagaram a um caboclo para derrubar a machado o cruzeiro de S<sup>ta</sup>. Maria Magdalena, que é a villa. O Pe. da Freguezia de S<sup>ta</sup>. Anna (d'aqui a 3 ou 4 legoas) não confessa o povo porque diz não acceitar a confissão (e diz em particular que o maior desgosto que tem é de ser padre, mas que o é porque não tem remédio. Estou deseioso de ir fallar com elle para dizer-lhe que Deus tem, remédio para tudo, e chamar-lhe a attenção para a verdade). — O Pe. d'aqui vive no povoado como um tigre: todos fogem d'elle e elle de todos. Os únicos logares que elle frequenta são o bilhar, (que joga) uma loja e casas onde não deveria ir. Dizem que bebe bastante. Pede por uma missa de defunto 50\$000. O casamento do mais pobre [página 86v] paga 50\$ — e si o sujeito recalcitra e diz que é pobre elle responde que casamento é luxo e que quem não tem 50\$ — para pagar ao padre também não tem dinheiro para sustentar a mulher. A igreja não é frequentada. Em casos de enterro elle já achou quem lhe quizesse quebrar a cara com o crucifixo. Este é o estado de desmoralisação da igreja neste logar. A deescença aqui é total: entretanto elles querem mudar de religião, querem saber como é a religião dos protestantes: há verdadeira curiosidade. — Um lado do alto é religioso, carola; d'ahi moram só mineiros, mas nenhum frequenta a igreja porque estão mal com o padre. — Contaram-me que um padre não sei d'onde, não querendo que os fiéis se confessassem em sua freguezia, , affixou um cartaz na porta da igreja dizendo: 2<sup>a</sup> fi<sup>a</sup> confesso os assassinos, 3<sup>a</sup> fi<sup>a</sup> os ladrões, etc. até agora ninguém se tem apresentado ao confissionário. — Só mais tarde poderei dizer alguma cousa, depois de alguma reunião. Ainda não sei quando irei d'aqui. O desejo é que houvesse aqui um Pastor permanente com uma escola annexa á igreja regida por elle. — Me fará o favor de mandar noticias minhas á minha família, e dizer-lhe que não se incomodem por falta de cartas daqui em diante, pois que podendo escreverei, mas a communicacão d'aqui é mais difficil; que também não sei quando irei.

Meus respeitos e recommendações á sua Sr<sup>a</sup>. aos Sr<sup>s</sup>. Van Ordem, Mesquita e Azurara.

Seu irmão e J. Christo.

Miguel V. Ferreira

## 22 ANEXO N

23 **Fonte:** Carta do Dr. Monte Godinho, em 1874.

24 **Assunto:** Informações sobre as pessoas convertidas na cidade de São Sebastião do Alto.

[página 088v]

Meu illustre amigo Dr. Miguel

Alto 31 de Dezembro de 1874

Desejo que tenha ahi chegado com saúde e da mesma sorte ter encontrado a sua digna família. Todos por aqui estão bons e muito perguntão por noticias suas.

Dou-lhe parte que a sua palavra não foi pregada em vão, pessoas que julguei nunca se converter, hoje o estão!! O Pianti (atheo) e a sua mulher D. Salica (incrédula), a filha do Cap<sup>m</sup>. Lima (incrédula), Gaetho (atheo), a D. Carolina (indifferente) e outros acreditão no Evangelho e em tudo que elle diz. Não fallarei a respeito do seu admirador Camillo Mendes, porque a esse só bastava a sua presença.

O que lhe direi a meu respeito?

O meu amigo não me conhece de longa data, mas com facilidade poderá ter informações a meu respeito, não só quanto á m<sup>a</sup>. honradez e independência, como também a respeito do meu modo de pensar relativamente ao Creador. Desde que o Snr. d'aqui sahio cumpri com o seo pedido, li e reli o Evangelho de S. João com desejo de conhecer a verdade.

Tenho lido todas as epistolas de S. Paulo e estou agora lendo o Apocalypse. Não estou convertido é verdade, mas para isso só me falta a revelação, mas a vontade eu a tenho!!

Tenho mesmo dormido tarde só para ler o Evangelho e acredite que muito me tem impressionado, que julgo ser effeito de simples leitura. Continuo a [página 089] trabalhar por esta seita religiosa que reputo ser a melhor de todas. Não sei meu charo Dr. se é verdade que existe um Deos, e que tudo o que a bíblia é verdade, acredito que estou servindo de instrumento ao Creador. Não seria melhor que elle se revelasse? Não trabalharia eu então com mais coragem?

Participo-lhe que tenho muitas duvidas principalmente no ponto em que Christo dá o poder aos apóstolos de perdoar os pecados, etc. Parece-me que o Snr. breve terá de vir, pois o povo da Estrada nova, está muito sentido por não o ouvir. Apresente os meus respeitos á sua Ex<sup>ma</sup>. Família, e ao Snr. Dr. Blackford. Sou com estima — A.º e Cr.º — Dr. Monte Godinho.

## 25 ANEXO O

26 **Fonte:** Carta do Dr. Monte Godinho, em 1875.

27 **Assunto:** Informações sobre o desenvolvimento da fé protestante em São Sebastião do Alto.

[página 089v]

Meu am.º Dr. Miguel

Alto 6 de janeiro de 1875.

Recebi a sua carta de 25 de Dezbr.<sup>o</sup> e confesso-lhe que me deo grande prazer por saber que ahi tinha chegado sem novidade e encontrado a sua illustre família em pleno gozo de saúde.

Li o artigo do Apostolo, e entendi que tal infâmia devia ser publica, não só para o governo como também para o povo deste logar: elles que aqui latem o grao de safadismo do informante do Apostolo; tal informante, tal pasquim. Sobre o que me diz a respeito da compra do hotel, fico sciente. Ainda não fallei com as pessoas mais interessadas sobre isso, porque tem-se augmentado muito os meus afazeres, mas logo que possa fallarei. Meu charo Miguel. Agora não quero mais pensar em templo de pedra, porque quero em primeiro logar o templo espiritual. O templo temporal, não vale nada para mim, porque possuindo eu o verdadeiro Templo, por força que edificarei o outro; pois para mim o temporal será consequência do espiritual. Deos me ajudando, eu só mesmo poderei plantar o templo terrestre. Em fim, sobre a compra do hotel, ou edificação de um templo, isto para mim é cousa resolvida.

Muitas pessoas influentes da Estrada Nova, não cessão de perguntar por V, e pela maneira de perguntarem, tenho coligido que elles desejão a sua vinda. A estrada Nova dista d'aqui 3 legoas, (vargem) lá elles possuem uma igreja romana, porem sem padre. No Vallão do Barros ou arraial do Massambará, também desejão m<sup>o</sup>. a sua vinda, pois esse logar pertence ao Pato, e lá os habitantes tem [página 090] uma igreja quase acabada. Os habitantes deste ultimo logar requererão ao Bispo um curato para ahi, e muito nisso se empenha o Capitão Lima, mas julgo que terão mau resultado pois que o Bispo é coherente com a expoliação do Pato. O Cap<sup>m</sup>. Lima deo-me a entender, de que se o Bispo não despachar favorável, que elle inflará muito para as donas da igreja fazerem presente della á igreja Presbiteriana e para ahi chamarem um pregador e Pastor Protestante!! Eu tenho feito o que é humanamente possível se fazer para confessar Nosso Senhor J. Christo perante os homens. Tenho disposto meu espírito para a verdade com leituras apropriadas, ora com a estrada de ferro, ora com os sermões de Simonton; em fim não tenho poupado de me instruir na verdade, e guiar o meu próximo na senda que vai a Christo. Acredito firmemente que existe Deos, meu bom amigo, acredito e esse grande beneficio vos devo. Vou acreditando nos Evangelhos e estou a todo o momento também esperando ter uma revelação! Não durmo sem ler os Evangelhos, não saio sem Elles!! Me pedio que não me envergonhasse de rogar a Deos, para illuminar o meu espírito; tudo tenho feito, e acredito que não o faço com vergonha, mas até com muita satisfação! Sinto bastante, não ter tempo para ler tudo que é concernente a Deos e a sua Sancta religião. O Pianti é crente! A D. Laliaca é crente! A Sinhá Lima é crente! A mulher do Camillo Teixr.<sup>a</sup> irmã da D. Lalica, é crente, lê o novo testamento, e já deo os sanctos de páo para os filhos brincarem com elles, estão hoje fazendo parte dos brinquedos dos meninos, assim me disse a D. Lalica. O Camillo Mendes, não bebe mais [página 090v] e isso por que? O José (alf.) já vendeo todas as bíblias, e tem poucos livros.

A procura das bíblias é grande.

Peço-lhe que me mande pelo corr.<sup>o</sup> os seg.<sup>es</sup> livros =

Estradas de ferro.....	25
Purgatórios.....	25
Reflexões sobre a M. <sup>a</sup> .....	25
O que crem os protest. <sup>es</sup> .....	25
Historia ecclesiástica.....	2

Mande os preços. Preciso muito destes livros para a propaganda!

V. falle com o Dr. Blackford e faça-lhe ver a conveniência que há em elle mandar publicar no Diário e no jornal o aviso do ministro do Império concernente á validade dos casamentos, e baptizados entre os Protestantes Presbiterianos.

É bom elle fazer publico este aviso do ministro, porque o Pato, anda espalhando que o casamento entre os Protestantes nada garante, e que o primeiro que houver aqui, elle annulará!! Dizendo que o estado não reconhece taes casamentos!! Sempre a mentira, a arma dos padres! Até quando Deos quererá suportar taes gentes! V. sabe o quanto isto influe no animo das pessoas desprevenidas e de boa fé. Tenho sido freqüentem.º interrogado sobre isto. Repito, o Dr. Blackford deve publicar o tal aviso, e quando publicar, mandar-me 10 ou 12 numeros do jornal em que publicar. Peça a Deos por mim, a fim de que encha o meu espírito de graça e de verdade. No momento em que eu receber a revelação (vizual) partirei incontinente p.<sup>a</sup> onde está a minha mãe a fim de ensinar-lhe a verdade e dizer-lhe o que vi. Adeos. Rogue a Deos por este seu admirador.

A.º e Cr.º

Monte Godinho

Não enfraqueço

pelo contrario, animo-me

cada vez mais = Decididam.º

q. sou um instrumento de Deos.

**ANEXO P**



## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

ALMEIDA, Adroaldo José Silva. **O protestantismo no Maranhão durante a primeira República**. 2000. Monografia (Curso de História) – UFMA. São Luís, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Ideologia da decadência**: uma leitura antropológica da história da agricultura no Maranhão. São Luís: IPÊS, 1983.

ÁLBUM DE PORTUGUESES E BRASILEIROS EMINENTES. **Edição Comemorativa do 90º aniversário de fundação da Igreja Evangélica Brasileira – 1879-1969**. São Paulo: s.e., 1969. Fascículos XVII e XVIII.

ASSIS, Machado de. **A Semana** (1892-1893). São Paulo: Gráfica Editora Brasileira, 1957.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *Histórias do Balaio – historiografia, memória oral e as origens da balaiada*. São Paulo : FFCH-USP, **História Oral**, Revista da Associação Brasileira de História Oral n. 1, 1998, p.67-90.

\_\_\_\_\_. **A guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral**. São Luís: SIOGE, 1988.

BASTOS, A. C. Tavares. **Os males do presente e as esperanças do futuro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BASTOS, A. C. Tavares. **Os males do presente e as esperanças do futuro**. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1939.

BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. **Per a uma sociologia reflexiva**. Barcelona, Herder, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2.ed. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. 5.ed. Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**. 4.ed. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Tradução de Guilherme J. de Freitas Teixeira. São Paulo: Zouk, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil, mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. Tradução de Mônica Siqueira Leite de Barros e Zilda Zakia Pinto. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUARTE, Leila Menezes. **Em busca de identidade social: a saga dos primeiros protestantes no Rio de Janeiro (1859-1917)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão social do trabalho**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

\_\_\_\_\_. **As formas elementares da vida religiosa**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. **Dicionário das religiões**. 2.ed. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Mito e realidade**. Tradução de Póla Civelli. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

FARIA, Regina Helena Martins de. **A transformação dos trabalhos nos trópicos – proposta e realizações**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife, 2001.

FERRETTI, Sérgio F.; FERRETTI, Mundicarmo M. R. **Transe nas religiões afro-brasileiras do Maranhão**. In: Revista Cadernos de Pesquisa/Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da UFMA. São Luís: EDUFMA, 1999.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. **Desceu na guma**: o caboclo no Tambor de Mina em um terreiro de São Luís – a casa Fanti-Ashanti. 2.ed. ver. e atualizada. São Luís: EDUFMA, 2000.

FERREIRA, Miguel Vieira. **Reflexões acerca do progresso material da província do Maranhão**. São Luís: Tipografia Frias, 1866.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 18.ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro In: ANTONIAZZI, Alberto [et al.] **Nem anjos, nem demônios**: interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 6.ed. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GOMES, Sônia de Almeida e SARAIVA, José Cloves Verde. **Doutor Miguel Vieira Ferreira – matemático maranhense: uma vida pela liberdade**. São Luís: 2000, brochura.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice / Editora dos Serviços dos Tribunais, 1990.

IGREJA EVANGÉLICA BRASILEIRA. **Excertos**: edição comemorativa do 120º aniversário do nascimento do Pastor Israel Vieira Ferreira. 6.ed. São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Amados irmãos e amigos**. Rio de Janeiro, dezembro/2004.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino – a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1998.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil**: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

LATOURETTE, Kenneth Scott. **Historia del cristianismo**. 3.ed. Traducción Jaime C. Quarles y Lemuel C. Quarles. Casa Bautista de Publicaciones, 1977.

LEONARD, Émile Guillaume. **O protestantismo brasileiro**: estudo de eclesiologia e história social. Tradução de Linneu de Camargo Schützer. São Paulo: ASTE, 1963.

LEWIS, Ioan M. **Êxtase religioso**. Tradução de José Rubens Siqueira de Madureira. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Fundação francesa de São Luís e seus mitos**. 2.ed.rev. e ampliada. São Luís: Lithograf, 2002.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. **Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão – Desde 1839 até 1840**. 6.ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Magia, ciência e religião**. Lisboa: Edições 70, 1988.

MARANHÃO, Governo do Estado. **Museu Histórico e Artístico do Maranhão**, Catálogo. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1973, Mímeo.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão**. 3.ed. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MEIRELLES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MOARES, Jomar (org.). **Ana Jansen, a rainha do Maranhão**. São Luís: Edições AML, 1989.
- MONTELLO, Josué. **A noite sobre Alcântara**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.
- MUNIZ, Maria de Jesus Medeiros. **Fundamentos filosóficos da reforma Benjamin Constant**. 1978. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – PUC, Rio de Janeiro, 1978.
- OBRAS DE JOÃO FRANCISCO LISBOA. v IV. 3ª ed. São Luís: ALUMAR, 1991.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2003.
- RIVERA, Paulo Barrera. **Tradição, transmissão e emoção religiosa: sociologia do protestantismo contemporâneo na América Latina**. São Paulo: Olho d'Água, 2001.
- \_\_\_\_\_. Religião e regeneração social no Maranhão. A constituição de mentalidade laica nas elites sociais no Brasil pré-republicano. In : **Ciências Sociais y Religión / Ciências Sociais e Religião**. Año 6, n. 6 (2004). Porto Alegre : 2000.
- SOUZA, Jessé (org.) **A atualidade de Max Weber**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- SANTOS, Lyndon de Araújo. **As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na Primeira República Brasileira**. 2004. Tese (Doutorado em História). Unesp/Assis, SP, 2004.
- SANTOS, Waldemar. **Perfil de Ana Jansen**. São Luís: SIOGE, 1978.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. **O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença in: SILVA, Tadeu (org.), HALL, Stuart e WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. **O positivismo no Brasil**. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 1957.
- VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1980.
- VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. 3.ed. São Luís: AML/ALUMAR, 1999.

\_\_\_\_\_. **A rainha do Maranhão**. São Luís: SENEC, 1965.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

## **FONTES**

### **Jornais**

**O ARTISTA**. São Luís: Tipografia de José Mathias. 1868 e 1869.

**O CHRISTÃO**. Rio de Janeiro: Associação de Moços, 1892 e 1895.

**QUADRO 2: TEMPLOS DA IGREJA EVANGÉLICA BRASILEIRA**

	<b>Logradouro</b>	<b>Bairro</b>	<b>Cidade</b>	<b>Estado</b>
1.	Rua Doutor Miguel Vieira Ferreira, n.º 46		Coruripe	AL
2.	Rua Doutor Miguel Vieira Ferreira, n.º 35	Três Barras	Poções	BA
3.	Rua Volta Redonda, n.º 15	Petrópolis	Vitória da Conquista	BA
4.	Rua Presidente Dutra s/n.º	Centro	Iguai	BA
5.	Rua 12 - lote 7	Metropolitano	Núcleo Bandeirantes	DF
6.	Rua Fé em Deus, n.º 22 (perpendicular a Av. Dr. Miguel Vieira Ferreira)	Tirirical	São Luís	MA
7.	Rua São Pedro, n.º 314		Pouso Alegre	MG
8.	Estrada de Belém, n.º 1217	Campo Grande	Recife	PE
9.	Rua Doutor Miguel Vieira Ferreira		Luiziana	PR
10.	Rua Dr. Israel Vieira Ferreira, n.º 58	Retiro	Volta Redonda	RJ
11.	Rua Visconde Duprat, n.º 103	Cidade Nova	Estácio	RJ
12.	Rua Valentim Magalhães, n.º 410	Vigário Geral	Rio de Janeiro	RJ
13.	Av. de Santa Cruz, n.º 3452	Bangu	Rio de Janeiro	RJ
14.	Rua Pesqueira, n.º 30	Bonsucesso	Rio de Janeiro	RJ
15.	Linha 184, km 23.5	Cidade do Grande Príncipe Miguel	Rolim De Moura	RO
16.	Rua Júlio de Castilhos, n.º 1		Canoas	RS
17.	Rua Behring, n.º 93	Brás	São Paulo	SP
18.	Rua Mariano de Souza, n.º 451	Vila Antonina	Tatuapé (Guaiaúna)	SP

19.	Av.do Rio Pequeno, n.º 1151	Butantã	São Paulo	SP
20.	Rua Doutor Miguel Vieira Ferreira, n.º 49	Jardim Lourdes – Ferraz de Vasconcelos (Guaianazes)	São Paulo	SP
21.	Estrada de Bragança - Lindóia, Km 98	Curitibanos	Bragança Paulista	SP
22.	Estrada ramal Pinheirinho	Arraial	Tuiuti	SP
23.	Rua Dom Pedro II, 2 n.º 183		Pirassununga	SP
24.	Rua Doutor Miguel Vieira Ferreira, n.º 1913	Boa Vista	Campinas	SP
25.	Rua Goiás, 276		Pitangueiras	SP
26.	Rua Doutor Miguel Vieira Ferreira, n.º 23	Jardim Flamboyant	Mogi Mirim	SP

Quadro elaborado pelo autor, 2005.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)



[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)